



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Ludmila Neves Müller

Temporada de luta: resistência e organização travesti na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (2001 - 2023)

São Gonçalo

2023

Ludmila Neves Müller

**Temporada de luta: resistência e organização travesti na cidade de Campo Grande,
Mato Grosso do Sul (2001 - 2023)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador (a): Prof^ª. Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

M958 TESE	<p>Müller, Ludmila Neves. Temporada de luta : resistência e organização travesti na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (2001-2023) / Ludmila Neves Müller. – 2023. 137f.</p> <p>Orientadora: Prof.^a Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.</p> <p>1. Travestis – Teses. 2. Transexuais – Teses. 3. História oral – Teses. 4. Campo Grande (MS) – Teses. I. Silva, Izabel Priscila Pimentel da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.</p>
CRB/7 – 6150	CDU 316.7-055.3(817.1)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ludmila Neves Müller

**Temporada de luta: resistência e organização travesti na cidade de Campo Grande,
Mato Grosso do Sul (2001 - 2023)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 14 de abril de 2023.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Izabel Priscila Pimentel Da Silva (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^ª. Dra. Maria Paula Nascimento Araujo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. James Naylor Green
Brown University

São Gonçalo

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Erothildes, Juraci, Marilete, Nair, Cacilda, Rosa, Otília e Rossicler.

AGRADECIMENTOS

Foi durante a graduação, no Núcleo de História Oral e Memória, do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO - UFRJ) que entrei em contato, pela primeira vez, com metodologias e debates teóricos que consideravam sentimentos na História. Neste lugar, aprendi a considerar o depoimento como uma fonte válida, mesmo que carregada de subjetividades, e passível de novas possibilidades de interpretação do passado. Agradeço ao Laboratório, ao Núcleo, a todos os meus colegas e amigos de profissão, em especial à minha primeira orientadora, Maria Paula Nascimento Araujo, com respeito e admiração.

Durante a escrita de minha Monografia, busquei um tema em que pudesse aplicar conhecimentos até então obtidos sobre a metodologia da História Oral, mas que também se relacionasse com a minha cidade natal (Campo Grande - MS), e minha identidade como pessoa LGBTQIA+. Em um primeiro momento, pensei em construir um projeto sobre a memória das sexualidades dissidentes da região, entrevistando pessoas de diversas idades sobre espaços de sociabilidade ou trajetórias pessoais. Após realizadas algumas entrevistas, sem um roteiro pré-definido, fui fortemente recomendada a procurar Cristiane Stefanny, fundadora do movimento social de pessoas trans no Mato Grosso do Sul. Seu relato me marcou profundamente e o tema da investigação tornou-se a análise de sua trajetória política. Esta pesquisa foi ampliada no Mestrado para um estudo de caso sobre a organização criada por Cristiane, a Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS).

Agradeço às integrantes associadas Cristiane Stefanny Vidal Venceslau, Dayane Vasconcelos, Alessandra Oliveira, Daniela Raylana Thaylor e Hellen Kadory por compartilharem suas trajetórias para a construção deste trabalho. Um agradecimento especial à Manoela Kika Veiga e uma homenagem à Eloisa Freitas.

Agradeço ao privilégio de poder integrar espaços de ensino superior públicos e de referência como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História Social e a Faculdade de Formação de Professores (PPGHS – FFP) por terem confiado a mim uma vaga no curso de Mestrado.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos recebida durante os dois anos de Mestrado, fundamental para a dedicação exclusiva na pós-graduação.

Agradeço à minha orientadora Izabel Pimentel, com respeito e admiração, que com ética e muito conhecimento me auxiliou desde os primeiros passos até a finalização desta dissertação.

Agradeço aos meus amigos Lavínia, Gabriel, Fernanda, Simone, Adriana, Jullia, Lays, Julia, Amanda e Thais, pelo amor e consideração que construímos ao longo dos anos mais marcantes de minha vida, eu sinto um profundo amor por todos vocês. Obrigada por serem companheiros.

Agradeço aos meus novos amigos Flaviane, Pedro, Deborah, Bruna, Gabriela, Renata, Julia, Thais, Ana Karolinn, Thalia, Luz e Lucas, que chegaram de mansinho e se tornaram mais que especiais nesses dois últimos anos.

Agradeço à Gabriel e Carla, parceiros do IBISS-CO, que me acolheram de peito aberto como voluntária na instituição. Estou aprendendo muito com vocês.

Agradeço às minhas amigas Maria Eugênia, Ana Carolina e Bruna Lino, por terem sonhado ainda na adolescência um futuro comigo, e por permanecerem para viver as realizações na fase adulta.

Agradeço à Amanda Müller, Amanda Gael, Daniel Shaman, Ana Lídia e João Santiago pelo companheirismo, amizade e portas abertas.

Agradeço à Raymundo, Léa e Thiago, por tanto carinho.

Agradeço à Ricardo Marcos Strenske, por acompanhar de perto todo este processo, e pela jornada que vivemos juntos.

Agradeço ao meu tio Adalberto pelo incentivo na pesquisa.

Agradeço aos meus sogros Keila e Wilson e meus cunhados Gabriel, Sandy, Lucas e Maria Isabella, pelo afeto nesses dois últimos anos, pela ajuda e suporte, por me acolherem em uma família cheia de amor.

Agradeço à Isadora Tiemi, minha companheira do viver, que esteve comigo desde a escrita do projeto de Mestrado até a finalização deste trabalho. Obrigada pela paciência neste período, por ler e reler este texto tantas vezes, por ter aprendido comigo, pelas horas, noites em claro, conversas, trocas, insights, pela dança e pela Gal. Somos duas mulheres e nos amamos, meu amor.

Agradeço ao meu irmão Gabriel Davi, pelo privilégio de te ver crescer, lindo, sensível e companheiro. Você é o melhor acontecimento da minha vida, obrigada pela sua existência.

Agradeço às minhas avós Otilia e Concepcion por todos os conhecimentos ancestrais, cuidados, preocupações, orações e preces.

Agradeço ao meu padrasto Ivan, por ser atencioso e amoroso desde o primeiro dia que nos conhecemos, por me apoiar, me incentivar, me socorrer, por vibrar comigo nos melhores dias e estar sempre junto nos piores. Obrigada por ser amigo, família, suporte, amor.

Agradeço ao meu pai Paulo, por ser parte fundamental de toda minha formação, como profissional e como pessoa. Obrigada pelas oportunidades, pelo incentivo na pesquisa e pela confiança. Sem você eu nunca chegaria até aqui.

Por fim, agradeço imensamente à minha mãe Rossicler, que sempre me apoiou de todas as formas que um ser humano pode apoiar o outro. Que me criou para brilhar e para ser honesta. Que acredita e confia em mim, embarcando sempre nas minhas ideias. Que me cuida e se preocupa até demais. Que leu cada palavra deste trabalho e que merece todo o amor e felicidade que esta vida pode oferecer. Obrigada por tudo!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

MÜLLER, Ludmila Neves. *Temporada de luta: resistência e organização travesti na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (2001 - 2023)*. 2023. 137f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Através da metodologia da História Oral, esta dissertação analisa a criação, formalização, desenvolvimento e realizações da Associação de Travestis e Transexuais do Mato Grosso do Sul (ATMS). Com balizas temporais que abrangem mais de vinte anos de história (2001 - 2023), estas sujeitas vêm resistindo a diversas categorias de violência a que são submetidas, em especial a de Estado, conquistando direitos, espaço e visibilidade. Entrecruzando depoimentos de suas integrantes, que expressam memórias e experiências sensíveis e subjetivas, o acervo privado da Associação e respeitadas pesquisas sobre a história das travestis e seu movimento organizado no Brasil, faz-se possível a contribuição acadêmica de novos pontos de vista sobre a história do país e dos movimentos sociais, tanto no âmbito político, quanto cotidiano.

Palavras-chave: Travestis e transexuais. Trajetórias. Memórias. História oral.

ABSTRACT

MÜLLER, Ludmila Neves. *Fighting season: resistance and travesti organization in the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul (2001 - 2023)*. 2023. 137f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Through the methodology of Oral History, this dissertation analyzes the creation, consolidation, development, and accomplishments of the Associação de Travestis e Transexuais do Mato Grosso do Sul (ATMS). Over a period of more than twenty years of history (2001 - 2023), these individuals have been resisting a wide range of violent categories that have been associated with them, especially by the State in the process of conquering rights, space, and visibility. Using its members testimonies, which express sensitive and subjective memories and experiences, the association's private collection, and research about transsexuals' history and their organized movement in Brazil, this academic contribution offers new points of view about the history of the country and its social movements, both politically and in cotidian experiences.

Keywords: Travestis and transsexuals. Trajectories. Memoirs. Oral history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Blitz Cidadã	82
Figura 2 –	Assassinato da Travesti Vamp	91
Figura 3 –	Cristiane na coluna cotidiano	91
Figura 4 –	ATMS denuncia violência policial	92
Figura 5 –	Manifestação em frente ao fórum de Dourados	92
Figura 6 –	Associação diz ser necessária a mudança de nome	93
Figura 7 –	Entrevista cm Cristiane no Jornal Correio do Estado	93
Figura 8 –	Travestis fundam associação	95
Figura 9 –	Cristiane discursando na I Parada da Cidadania	99
Figura 10 –	II Parada da Cidadania de Campo Grande (2003)	101
Figura 11 –	Manifestação cristã em dia de Parada da Cidadania	105
Figura 12 –	Folheto da IX Parada e Show da Diversidade	106
Figura 13 –	Participantes da XIII Parada manifestando por um Estado laico	108
Figura 14 –	Trajetos da Caminhada da Diversidade	111
Figura 15 –	Cristiane discursando no trio elétrico	112
Figura 16 –	XIX Parada da Cidadania (2022)	113
Figura 17 –	Performance “O amanhã não está à venda” no Show da Diversidade ..	114
Figura 18 –	Primeira reunião da ATMS em 2023	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
APA	Associação Americana de Psiquiatria
ANTRA	Associação Nacional das Travestis e Transexuais
ARCA	Arquivo Histórico de Campo Grande
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro
ASTRAS	Associação de Travestis de Salvador
ASTRAV	Associação de Travestis de Belo Horizonte
ASTRAVEB	Associação de Travestis de Brasília
ATMS	Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEM	Centros Especializados Municipais
CENTRHO	Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia
CID	Código Internacional de Doenças
CTA	Centro de Testagem e Aconselhamento
DEOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENTAL	Encontro Nacional de Travestis e Liberados
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da AIDS
FONATRANS	Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros
GALF	Grupo de Ação Lésbica Feminista

GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IBISS CO	Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste
IBTE	Instituto Brasileiro de Transformação pela Educação
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
ISER	Instituto Superior de Estudos da Religião
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e demais pluralidades de orientações sexuais
MAM	Museu de Arte Moderna
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MOPAC	Associação Travestis de Colônia do Piauí
MUTHA	Museu Transgênero de História e Arte
MST	Movimento Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PROVITA	Programa de Proteção a Testemunhas
PM	Polícia Militar
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
RENATA	Rede Nacional de Travestis
SDHU	Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos
SECTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SEJUSP	Secretaria de Justiça e Segurança Pública
SUS	Sistema Única de Saúde

TGEU	Transgender Europe
TvT	Transrespect versus Transphobia Worldwide
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNIDAS	Associação das Travestis na Luta pela Cidadania de Aracajú

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	“RESISTIR PARA EXISTIR, EXISTIR PARA REAGIR”: ENTRE EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS TRANS BRASILEIRAS	20
1.1	O lugar da travesti nos séculos XX e XXI	21
1.2	“Desacuada, tem alibã na gira!”: histórias de resistência	38
2	MOVIMENTO ORGANIZADO DE TRAVESTIS NO MATO GROSSO DO SUL: TERRITÓRIO, MEMÓRIAS E ATUAÇÃO POLÍTICA	50
2.1	Conservadorismo e autoritarismo em Mato Grosso do Sul	51
2.2	Memórias travestis	58
2.2.1	<u>As depoentes</u>	62
2.3	Oralidades, memórias e trajetórias: a Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS)	68
2.3.1	<u>Violência de Estado contra as travestis campo-grandenses: os arrastões da DEOPS-MS</u>	68
2.3.2	<u>Surge a Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS)</u>	70
2.3.3	<u>“Eu sou uma militante”:</u> espaços de formação política	73
2.3.4	<u>Relações de afeto e união entre associadas</u>	75
2.3.5	<u>CTA e Ambulatório Transexualizador: conquistas no âmbito do direito à saúde</u>	77
2.3.6	<u>Realizações e relações com o poder público</u>	78
2.3.7	<u>Travessias</u>	82
3	ENTRE MEMÓRIAS, LUGARES E SIGNIFICADOS: O PASSADO SIMBÓLICO DA ATMS	85
3.1	O acervo privado da ATMS	87
3.2	A Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande e o Show da Diversidade	95
3.2.1	<u>“A gente parou e ficou”:</u> do surgimento à consolidação dos eventos	99
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116

REFERÊNCIAS	120
ANEXO A – Cristiane Stefanny discursando no XI ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids), que aconteceu em Campo Grande (MS), em 2004	132
ANEXO B – Logo da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul	133
ANEXO C – ATMS (representada por Cristiane Stefanny) recebendo das mãos do Presidente Lula o Prêmio Direitos Humanos (2008)	134
ANEXO D – Cristiane Stefanny nomeada presidente da Associação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA), ao lado de Keila Simpson, atual presidente (2012)	135
ANEXO E – Hellen Kadory se apresentando no Concurso <i>Miss Trans Travest</i> (2022)	136
ANEXO F – Daniela Raylana Thaylor e Cristiane Stefanny	137

INTRODUÇÃO

Em um guia técnico orientador, Jacqueline de Jesus, psicóloga e professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), contribui significativamente para sanar dúvidas sobre as derivações da transgeneridade. Para a autora, em primeiro lugar, é importante destacar que todos os seres humanos podem ser enquadrados como cisgênero ou transgênero. Isto é, chamamos de cisgêneros aqueles que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento e transgênero os que não se identificam.¹

No Brasil, ainda não há consenso sobre o termo, vale ressaltar. Há quem se considere transgênero, como uma categoria à parte das pessoas travestis e transexuais. Existem ainda as pessoas que não se identificam com qualquer gênero, não há consenso quanto a como denominá-las. Alguns utilizam o termo queer, outros, a antiga denominação “andrógino”, ou reutilizam a palavra transgênero.²

A autora define a transexualidade como uma questão identitária, ou seja, a identificação com o gênero oposto ao socialmente designado. Pessoas transexuais geralmente desejam se adequar a imagem de gênero que tem de si, no entanto, ao contrário do senso comum, esta adequação pode incluir tratamentos hormonais e cirúrgicos ou não. É imprescindível que se viva integralmente, exteriormente, como se é por dentro, seja na aceitação social e profissional do nome pelo qual se identifica ou no uso do banheiro correspondente à sua identidade, entre outros aspectos.³

Em relação à denominação travesti, o guia define pessoas com aparelho genital masculino que vivenciam papéis de gênero femininos e não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou um não-gênero.⁴ No entanto, há travestis que desejam realizar procedimentos como a cirurgia de redesignação sexual ou transgenitalização.⁵ Segundo Marco Antônio Coutinho Jorge e Natália Travassos,

¹ JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. p.10.

² Ibidem.

³ Ibidem. p.16.

⁴ Ibidem. p.17.

⁵ Popularmente conhecida como cirurgia de mudança de gênero, é feita com o objetivo de adequar as características físicas e dos órgãos genitais da pessoa transgênero, de forma que esta pessoa possa se identificar com o corpo que considera adequado para si.

pesquisadores do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do ponto de vista da psicanálise, cada caso é um caso que deve ser pensado em sua absoluta particularidade, sendo qualquer experiência travesti ou transexual estritamente singular.⁶

De acordo com os autores, o limiar entre essas duas categorias mostra-se cada vez mais fluido. Apesar do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-V), elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), considerar o “travestismo” como um desejo de vestir-se com roupas do sexo oposto e sem caráter contínuo, na cultura, a travestilidade revela que muitas travestis mantêm a aparência feminina de forma contínua, recorrem a próteses de silicone para arredondar suas formas, ou seja, produzem alterações corporais definitivas.⁷

Se aqui já perdemos as duas pontas do fio que separaria travestis de transexuais, vamos então embolar mais ainda esse novelo: se travestis desejam manter seus órgãos genitais intactos e transexuais desejam fazer a cirurgia de redesignação sexual alterando a genitália, por que encontramos hoje mulheres transexuais dizendo que desejam preservar seus órgãos sexuais masculinos? Decerto encontraríamos respostas extremamente distintas para essa mesma pergunta, podendo variar desde a preocupação com a manutenção do prazer na região genital até a exclamação “Meu sexo não está entre as pernas, mas entre as minhas orelhas!”⁸

Em suma, diferente do que se costuma pensar, o que determina a identidade de gênero transexual é a forma como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico. Em decorrência disso, muitas pessoas que hoje se reconhecem ou são consideradas como travestis seriam, em teoria, transexuais.⁹

Erika Hilton, primeira vereadora transgênero eleita pela cidade de São Paulo, em entrevista para o canal do *Youtube* “Transdiário”, afirma que não existe diferença entre as denominações travesti e transexual. Para ela, a distinção se dá por uma questão semântica e um uso maldoso da ciência médica em classificar as pessoas transexuais como doentes.¹⁰ Atualmente, o DSM-V ainda considera a transexualidade como “disforia de gênero”¹¹ e a

⁶ JORGE, Marco Antônio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2018. p. 13.

⁷ Ibidem. p. 60.

⁸ Ibidem. p. 61.

⁹ JESUS, Jaqueline Gomes de. op. cit. 2012. p.16.

¹⁰ TRANS E TRAVESTI É A MESMA COISA? com Erika Hilton. Publicado pelo canal TRANSDIÁRIO. *Youtube*, 14 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0MeAlfHawfQ>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

¹¹ JORGE, Marco Antônio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. op. cit. p. 17.

retirada desta condição como patologia sob o diagnóstico de "transexualismo" do Código Internacional de Doenças (CID-11) só ocorreu de forma efetiva em primeiro de janeiro de 2022.¹²

Para Jacqueline de Jesus, estas classificações partem de uma compreensão biologizante dos gêneros, tratando-os como uma configuração puramente genética, senão meramente genital. Confundidas com sexo biológico, qualquer expressão diferente da atribuída ao nascimento é considerada anômala e classificada como um transtorno.¹³

Defender a autodeterminação dessas identidades, para a psicóloga e pesquisadora Céu Cavalcanti, significa ir na contramão da patologização e do saber psiquiátrico, que instaura posições equivocadas sobre o que é e qual critério deve ter uma pessoa trans.¹⁴

Autodeterminação é, portanto, um conceito político em disputa. E a desigualdade posta nos diferentes circuitos de enunciação se dá ainda hoje pela legitimação coletiva da Psiquiatria enquanto campo de saber que teria algo a falar sobre pessoas trans. Acontece, caras pessoas leitoras que até aqui me acompanham, que a Psiquiatria com sua pretensão à cientificidade positivista e seu viés universalista, cria e termina por impor uma série de critérios diagnósticos levianos que tanto nos cobra determinadas posições para termos alguns acessos, quanto acaba por engendrar subjetividades profundamente interpeladas pelas exigências dos critérios diagnósticos.¹⁵

Enquanto o termo transexual é tido como uma patologia, travestis sofrem com o estigma da marginalização. A aproximação da expressão à prática da prostituição é tão recorrente que até o ano de 2011, travesti era um sinônimo possível para profissional do sexo na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A retirada ocorreu diante dos protestos do movimento social transgênero.¹⁶

De acordo com o resultado da enquete sobre a empregabilidade trans em dezembro de 2020, publicado no Dossiê da Associação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA), acredita-se que 90% das travestis brasileiras, negras em maioria, utilizam a prostituição como

¹² Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS. **Conselho Federal de Psicologia [online]**. 22 de mai. 2019. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde,Problemas%20de%20Sa%C3%BAde%20\(CID\).](https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde,Problemas%20de%20Sa%C3%BAde%20(CID).>)>. Acesso em: 11 jul. 2022.

¹³ JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v.16, n° 2, p.104, 2013.

¹⁴ CAVALCANTI, Céu. Patologizações, autodeterminações e fúrias – uma breve carta de amor. In: Marília dos Santos Amaral, Ematuir Teles de Sousa, Daniel Kerry dos Santos (orgs.) **Psicologia, travestilidades e transexualidades**. 1.ed. Florianópolis: Tribo Ilha. p. 31.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ JESUS, Jaqueline Gomes de. op. cit. 2013. p. 107.

fonte primária ou complementar de renda.¹⁷ Rejeitadas pela própria família e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, encontram na profissão do sexo uma forma de sobrevivência.¹⁸ Empurradas compulsoriamente a esta prática, é inaceitável atrelá-la a uma forma de expressão da identidade travesti.

A presente pesquisa propõe um estudo detalhado sobre a criação, formalização, desenvolvimento e realizações da Associação de Travestis e Transexuais do Mato Grosso do Sul (ATMS). Com balizas temporais que abrangem mais de vinte anos de história (2001 - 2023), estas sujeitas vêm resistindo a diversas categorias de violência a que são submetidas, em especial a de Estado, conquistando direitos, espaço e visibilidade. Entrecruzando depoimentos de suas integrantes, o acervo privado da Associação e respeitadas pesquisas sobre a história das travestis e seu movimento organizado no Brasil, apresentamos uma contribuição acadêmica de novos pontos de vista sobre a história do país e dos movimentos sociais, tanto no âmbito político, quanto cotidiano.

A partir de uma revisão de literatura e investigação histórica, ao longo do primeiro capítulo deste trabalho, apontamos e fundamentamos a atual realidade das pessoas trans no Brasil como consequência de um processo histórico de exclusão. Compreendemos o papel do Estado brasileiro e da sociedade civil na marginalização, repressão, violência e estigma contra esta comunidade ao longo da história do tempo presente, localizando ao mesmo tempo, as mais diversas formas de resistência articuladas contra tais opressões. Seja através da linguagem, da luta política na rua ou da criação de Associações, é inegável o protagonismo de travestis e transexuais, unidas em um ativismo “solidário e sobrevivente”, parafraseando Keila Simpson, atual presidente da ANTRA.

O segundo capítulo expressa um olhar para o Centro-Oeste, mais especificamente para o estado do Mato Grosso do Sul, uma das regiões mais conservadoras e transfóbicas do país. Através da metodologia da História Oral, analisaremos experiências, trajetórias, memórias e narrativas de integrantes da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS), localizada na cidade de Campo Grande (MS). Para além de uma discussão inicial sobre o território a que se insere a Associação, pensando seus aspectos sociais, políticos e culturais, buscamos compreender o seu contexto de formação, formas de atuação e impacto social. Em mais de vinte anos de história, a ATMS conquistou impressionantes avanços para a

¹⁷ BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. p. 44.

¹⁸ *Ibidem*.

comunidade trans local, protagonizando lutas por direitos, políticas públicas, respeito e dignidade.

O terceiro capítulo trata sobre a relação entre memórias, lugares e significados simbólicos, a partir de dois objetos de análise principais: o acervo privado da ATMS e os eventos “Parada da Cidadania” e “Show da Diversidade”. O primeiro consiste em uma série de documentos, como fotografias e notícias de jornais recortados, arquivados pelas integrantes associadas a partir de um desejo de não esquecimento de suas histórias, e que foram fundamentais para a construção desta pesquisa. Consideramos problemáticas como vontades ou critérios de acumulação na investigação sobre os documentos preservados. O segundo abrange uma estudo sobre a história dos eventos citados, promovidos anualmente há quase duas décadas pela ATMS. Discutimos sobre como estas manifestações vêm atuando pela visibilidade da comunidade LGBTQIA+ no Mato Grosso do Sul, além dar sentido a espaços públicos, compondo *marcas territoriais*, conceito também apresentado no decorrer do capítulo.

Apresentar práticas de militância e resistência travesti, temática ainda não estudada no contexto sul-mato-grossense, é o ponto inovador a que propõe esta pesquisa. Discutiremos, ao longo do trabalho, as condições que levaram esta comunidade à luta organizada no estado e as especificidades do caso campo-grandense. Ao final deste trabalho, será possível chegar a uma compreensão geral, a partir de novos pontos de vista, sobre existências travestis no Brasil, amplificando possibilidades de análise do tempo presente.

1 “RESISTIR PARA EXISTIR, EXISTIR PARA REAGIR”¹⁹: ENTRE EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS TRANS BRASILEIRAS

Neste capítulo apresentaremos uma discussão acerca das vivências travestis e transexuais no Brasil, destacando múltiplas formas de existir e resistir no país mais violento para esta comunidade no mundo.²⁰ Com balizas temporais que abrangem os séculos XX e XXI, evidenciaremos transgressões às normas de gênero e sexualidade de um território conservador, construído aos moldes colonizadores e imperialistas. Identificaremos relações complexas, e por vezes, e contraditórias, seguindo os passos de pesquisadores que buscam discutir o tema a partir de um novo olhar, superando um discurso acadêmico recorrente, que as reduz ao espaço marginal.

Para Megg Rayara Gomes de Oliveira, embora os conceitos de travesti e transexual sejam recentes, as indivíduos aos quais se referem não. Sua posição enquanto pesquisadora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) contraria visões essencialistas, que generalizam existências e desconsideram os múltiplos processos que as envolvem. De acordo com a acadêmica, os modelos de trabalhos produzidos nos últimos anos se referem a experiências recentes e, raramente, trazem informações que localizam historicamente pessoas que expressam identidades de gênero que escapam às normas da cisgeneridade.²¹

Partindo desta problemática, buscaremos caminhos diferentes do convencional. No primeiro tópico discutiremos vivências trans ao longo da história recente do Brasil, pensando o lugar do transformismo teatral, glamuroso e majoritariamente branco, e a marginalização social, especialmente entre travestis negras. Neste debate, serão utilizadas tipologias de fontes variadas, que incluem documentos audiovisuais e musicais, considerando a possibilidade de uma tensão entre evidência e representação.

Refletindo sobre a estrutural violência perpetrada contra este grupo, compreenderemos os projetos políticos brancos e heterossexuais de fins do século XIX, seus desdobramentos, o

¹⁹ Título da campanha para o mês da visibilidade Trans, realizada pela Associação Nacional das Travestis (ANTRA) em janeiro de 2019.

²⁰ Dados do relatório do projeto *Transrespect versus Transphobia Worldwide 2021* (TvT) da Transgender Europe (TGEU), ONG internacional que mapeia 72 países denunciando casos e índices de transfobia. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

²¹ OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, 2018. p. 168.

controle dos corpos e das subjetividades nos períodos autoritários republicanos e mudanças e permanências pós redemocratização. O papel do Estado, da imprensa e da sociedade na exclusão dessas pessoas também será considerado nas páginas que seguem, assim como as consequências na atualidade.

O segundo e último tópico apresentará a trajetória do movimento travesti brasileiro, de organizações e lideranças pioneiras até as atuais. Apontaremos o contexto de formação das mais de cento e vinte associações de travestis e transexuais em atuação no país hoje, evidenciando lutas, demandas e conquistas ao longo do tempo.

1.1 O lugar da travesti nos séculos XX e XXI

Eu determino que termine aqui e agora
 Eu determino que termine em mim, mas não acabe
 comigo
 Determino que termine em nós e desate
 E que amanhã, que amanhã possa ser diferente pra
 elas
 Que tenham outros problemas e encontrem novas
 soluções
 E que eu possa viver nelas, através delas e em suas
 memórias

Oração – Linn da Quebrada

A transição do Império para a Primeira República foi marcada por uma nova identidade de nação autoritária, criada a partir de uma ordem política e social, articulando valores morais para sexualidade, gênero e raça.²² Richard Miskolci reflete sobre o projeto político nacional, reprodutivo, branco e heterossexual, conduzido pelas elites brasileiras no final do século XIX, e movido pela ambição de um país de progresso. As teorias raciais, que criticavam a mestiçagem e a consideravam um problema a ser resolvido, nasceram neste contexto. O temor da degeneração, caso a nação não assumisse padrões europeus, fez com que qualquer

²² MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012. p. 24.

comportamento moralmente desviante fosse reprimido e visto como um mal ao desenvolvimento. Este objetivo modernizante e conservador visava superar o passado escravista e higienizar comportamentos em busca de uma sociedade civilizada.²³ Se o futuro da nação dependia de uma moralidade assentada na valorização de casais reprodutivos formados por mulheres e homens brancos, existências dissidentes eram condenadas.

No Brasil, a preocupação coletiva com a sexualidade emergia na intersecção de discursos políticos, científicos e literários sobre a nação brasileira que seguiam objetivos como o de branqueamento/civilização de nosso povo por meio de práticas claramente discriminatórias ou formas sutis de rejeição, disciplinamento e controle das relações íntimas, particularmente as afetivas e sexuais, conformadas ao ideal reprodutivo (portanto heterossexual), branco e viril.²⁴

No campo artístico e teatral, entretanto, a travestilidade masculina era tolerada. De acordo com João Silvério Trevisan, esta prática em manifestações culturais existe, pelo menos, desde o século XVIII no Brasil. No período colonial, sobretudo a partir de 1780, quando o teatro era entendido como infame e as mulheres foram proibidas de subirem aos palcos, as personagens femininas eram, na maioria das vezes, interpretadas por homens travestidos.²⁵ Tais performances, além de consagradas, atraíam um grande público.

Em antigas crônicas sobre a temporada teatral ocorrida no ano de 1790 [...] as personagens femininas das várias obras apresentadas durante um mês de festividade foram interpretadas por homens que, considerando a estabilidade dos elencos mesmo em se tratando de amadores, pareciam ter se especializado em papéis de mulher. [...] O fenômeno do travestismo em teatro não ocorria apenas nos grandes centros urbanos. Em Porto Alegre, por volta de 1830, existiu uma certa Sociedade do Teatrinho, que mantinha em seu elenco alguns rapazes especializados em papéis femininos. [...] Também no estado do Maranhão conhecem-se programas de representações teatrais de meados do século XIX nos quais os homens faziam todos os papéis femininos.²⁶

Assim como o que chamamos na atualidade de transexualidade não deixou de existir por consequência das diversas medidas opressoras praticadas pelo Estado, a travestilidade artística masculina não acabou com o crescimento da presença das mulheres nos palcos. Esta evoluiu para duas vertentes diversas, o Carnaval e o surgimento do ator-transformista. Nas festividades carnavalescas, tornou-se tradicional e aceitável para os homens o uso de trajes

²³ Ibidem. p. 40.

²⁴ Ibidem. p. 42.

²⁵ TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. p. 226.

²⁶ Ibidem. p. 226-228.

femininos, até mesmo pelos “pais de família”, que pegavam emprestado roupas de suas esposas e irmãs, interpretando mulheres de forma “cômica” e grotesca.²⁷

James Green aponta que a tolerância com essas manifestações públicas ousadas de inversão era temporária e restrita ao momento da folia. Embora um comportamento mais transgressivo fosse permitido durante o carnaval, isso representava apenas três ou quatro dias no ano. Nos 362 dias restantes, todos deveriam manter-se no limite estabelecido pela sociedade, especialmente os limites de gênero, ou sofreriam as consequências.²⁸

“Jurema”, um jovem funcionário de escritório que vivia em São Paulo nos anos 30, descobriu essa dura realidade quando decidiu experimentar roupas de mulher em público. Como fez isso fora da época do carnaval, a polícia o prendeu. [...] “Flor-de-Abacate”, vivendo na mesma época em São Paulo, admitia gostar de travestir-se, mas somente o fazia publicamente durante a época do carnaval, quando a polícia não o incomodaria.²⁹

Também era durante o carnaval que, segundo o historiador, as travestis poderiam exagerar em seus trejeitos sem a preocupação com os vigilantes. Nos palcos, os atores-transformistas passaram a viver profissionalmente da imitação de mulheres, porém, com frequência, eram travestis também na vida cotidiana.³⁰

Em 1921, *O Estado de S. Paulo* noticiava, no palco do Cine São Paulo, um espetáculo de Darwin, famoso “imitador do belo sexo”. [...] O travestismo masculino se proliferou tanto no século XX que passou do palco para as ruas e, num movimento inverso, procurou se legitimar, de volta aos palcos, buscando função nos espetáculos transformistas. [...] Travestis-atores puderam encontrar espaço profissional mais amplo nas revistas musicais que, a partir de meados do século XIX, invadiram os palcos brasileiros e proliferaram. Oriundos da França, mas devidamente digerido e transformado no Brasil, esse gênero teatral abraçaram-se, passando em revista os acontecimentos, ideias e costumes da época, tudo de forma cômica.³¹

A pesquisadora Megg Oliveira chama a atenção para o fato de que essas afirmações tomam como base as experiências de vida das travestis brancas. Alijada desse espaço, a travestilidade negra se constituía pelas margens da margem, na prostituição, na malandragem,

²⁷ Ibidem.

²⁸ GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019. p. 341.

²⁹ Ibidem.

³⁰ TREVISAN, João Silvério. op. cit. p. 234.

³¹ Ibidem.

na pobreza, envolta por violência física e simbólica, sob a vigilância constante da polícia.³² São exemplos Madame Satã (Rio de Janeiro, 1900-1976), Maria Tomba Homem (Belo Horizonte, 1935-2016) e Cintura-Fina (Belo Horizonte, 1921-1995), conhecidas principalmente através de registros policiais e notícias sensacionalistas, em que, diversas vezes, foram relacionadas ao crime e a perversão.

Apresentamos a seguir o texto retirado de um registro policial, que compõe em *voz off*, a primeira cena de imagens do filme *Madame Satã* (2002), que retrata a famosa travesti negra moradora do bairro da Lapa, no Rio de Janeiro.³³

O sindicado, que também diz chamar-se Benedito Emtabajá da Silva, é conhecidíssimo na jurisdição deste Distrito Policial como desordeiro, sendo frequentador costumaz da Lapa e suas imediações. É pederasta passivo, usa as sobranceiras raspadas e adota atitudes femininas, alterando até a própria voz. Não tem religião alguma. Fuma, joga e é dado ao vício da embriaguez. Sua instrução é rudimentar. Exprime-se com dificuldade e intercala em sua conversa palavras da gíria de seu ambiente. É de pouca inteligência. Não gosta do convívio da sociedade por ver que esta o repele, dados seus vícios. É visto sempre entre pederastas, prostitutas, proxenetas e outras pessoas do mais baixo nível social. Ufana-se de possuir economias, mas, como não auferir proventos de trabalho digno, só podem ser estas economias produtos de atos repulsivos ou criminosos. Pode se adiantar que o sindicado já respondeu a vários processos e, sempre que é ouvido em cartório, provoca incidentes e agride mesmo os funcionários da polícia. É um indivíduo de temperamento calculado, **propenso ao crime** e, por todas as razões, inteiramente nocivo à sociedade. Rio de Janeiro, Distrito Federal, 12 dias do mês de maio do ano de 1932.³⁴

Para Marcos Napolitano, o conjunto de elementos de um filme de representação histórica, convergentes ou não, buscam encenar uma sociedade, seu presente ou seu passado, nem sempre com intenções políticas ou ideológicas explícitas.³⁵ O texto citado acima, direcionado a Madame Satã (interpretada pelo ator Lázaro Ramos), enquanto estava sentada e machucada dentro de um recinto policial, massacraram e marginalizam esta personagem. Além disso, pode-se concluir que respingava nas travestis negras a visão do suposto potencial perigoso e propensão ao crime do homem negro.³⁶ Este pensamento, que ganhou força nas

³² OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. op. cit. p. 170.

³³ Madame Satã, durante as festividades carnavalescas da década de 1930, era muito conhecida por desfilar pelas ruas cariocas. Sempre recebendo aplausos e reconhecimento por trajar plumas e vestidos luxuosos de lantejola, também tinha fama por ganhar concursos de fantasia.

³⁴ MADAME Satã. Direção: Karim Aïnouz. São Paulo: Columbia Pictures, 2002. (105 min.). (Grifo nosso).

³⁵ NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 276.

³⁶ OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. op. cit. p. 170.

primeiras décadas do século XX, deriva das teorias do racismo científico implantadas no Brasil pela Antropologia Criminal de Cesare Lombroso (1835 – 1909), uma das vertentes do determinismo racial, que afirmava ser “possível descobrir o criminoso antes que cometesse o crime”.³⁷ O longa-metragem, ou fontes audiovisuais no geral, portanto, não apresentam nem suportes adicionais das fontes escritas, nem ilustrações de contextos históricos, mas sim constituem um campo próprio e desafiador, que nos fazem redimensionar a permanente tensão entre evidência e representação da realidade passada, cerne do trabalho historiográfico.³⁸

Transformações importantes aconteceram nas primeiras décadas do Brasil do século XX. Centros econômicos, políticos e culturais, como Rio de Janeiro e São Paulo, tornaram-se campos de batalha para ideias conflitantes em torno da identidade nacional e visões divergentes quanto ao futuro político e econômico do país. Os acontecimentos e as construções ideológicas e sociais controvertidas sobre nação, raça, identidade, cultura e gênero moldaram tanto uma subcultura homossexual urbana, quanto um discurso médico-legal sobre ela.³⁹

As novas teorias sobre a origem dos homossexuais⁴⁰, vindas da Europa, apontavam que os comportamentos que perturbavam papéis de gêneros deviam-se a desequilíbrios hormonais congênitos, levando a condutas imorais e degeneradas. Leonídio Ribeiro, Edmur Whitaker, Viriato Fernandes Nunes, Aldo Sinisgalli, entre outros profissionais da saúde dedicados a estudar o assunto no Brasil, sugeriam meios para conter a perversão sexual, incluindo um papel maior do Estado em reagir a esta patologia.⁴¹

Já desde 1910, cientistas vinham realizando experiências com animais cobaias machos que, depois de castrados, recebiam enxerto de uma glândula do sexo oposto, a partir do que começavam a desenvolver caracteres físicos femininos – e vice-versa. Constatou-se que era possível, em laboratório, masculinizar fêmeas e feminilizar machos, com transplantes ovarianos ou testiculares. Julgava-se, portanto, que com esse tipo de manipulação hormonal se podia reforçar a natureza contra o desvio. No dizer entusiástico de Leonídio Ribeiro, aí estava “o verdadeiro caminho para o tratamento científico dos casos de inversão sexual”. [...] Dr. Fernandes propunha, ainda na década de 1920, a criação de um estabelecimento próprio para a reclusão de homossexuais, “garantindo a sociedade com a segurança do seu afastamento e devolvendo ao criminoso a assistência médica que carece”. [...] No Brasil, dizia Soares de Melo, o Código Penal era insuficiente, pois muitos casos de homossexualismo sem violência carnal ou corrupção “escapam da lei e não são

³⁷ Ibidem.

³⁸ NAPOLITANO, Marcos. op. cit. p. 276.

³⁹ GREEN, James N. op. cit. p. 135.

⁴⁰ É importante destacar que o uso do termo homossexual poderia se referir tanto ao gay cisgênero quanto às travestis.

⁴¹ GREEN, James N. op. cit. p. 202.

punidos”. Para tanto, ele propunha a criação de um Código Criminal paralelo, que previasse medidas de segurança, para antecipar às penas ou quando não fosse possível aplicar o Código Penal. [...] Em resumo, a punição ocorreria de um modo geral e preventivamente, antes que se praticasse o crime. De modo que, segundo tal raciocínio, ser homossexual significaria automaticamente ser criminoso.⁴²

Para James Green, tais condutas poderiam ser consideradas positivistas, por respaldar a intervenção do Estado para resolver “problemas” sociais e usarem a ciência como mola propulsora do progresso e mantenedora da ordem. Assim, essa filosofia, que serviu ainda de estrutura ideológica para a maioria dos profissionais nas décadas de 1920 e 1930, legitimava o papel de médicos, juristas e criminologistas em sua tentativa de descobrir e estudar doenças, bem como propor suas curas, de modo a promover uma nação saudável, vigorosa, cisgênera e heterossexual.⁴³ Estes métodos de contenção, controle e cura agravaram a exclusão, a violência e o estigma contra as travestis.

Além das prisões sob justificativas de propensão à criminalidade, é constatado que desde 1924, a Delegacia de Costumes já utilizava a Lei de Vadiagem⁴⁴ para encarcerar negros, homossexuais e travestis. Este crime foi instituído logo no início do Regime Republicano, que pretendia reeducar os vadios. A punição fazia parte de uma tentativa de mudar a concepção de trabalho para as elites brasileiras, que o entendiam como um ato de degeneração, ligado à escravidão. Durante o Estado Novo (1937 – 1945), mais precisamente em 1941, o crime tornou-se uma contravenção penal, tipologia jurídica utilizada para descrever crimes tidos como leves.⁴⁵

Com essa nova perspectiva, decretou-se o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais: “Art. 59 – Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses”.⁴⁶

No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), a vadiagem atuava de forma a expor um modelo padrão de trabalhador com carteira assinada, que é reconhecido pelo Código

⁴² TREVISAN, João Silvério. op. cit. p. 181-185.

⁴³ GREEN, James N. op. cit. p. 202.

⁴⁴ Estabelecida no Código Penal de 1890.

⁴⁵ OCANHA, Rafael. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 154.

⁴⁶ Ibidem. p. 155.

Penal perante o vadio.⁴⁷ Esta medida controversa não considerava o ritual burocrático para o reconhecimento das profissões, que envolvia a apresentação de diversos documentos, que a população pobre, incluindo pessoas negras, travestis e marginalizadas não tinham acesso. No entanto, conforme se verá adiante, foi no período da Ditadura Militar Brasileira (1964 – 1985), com a criação de operações organizadas e padronizadas de caça às travestis, que este aparelho jurídico foi excessiva e arbitrariamente utilizado.

É fato que o Brasil é um país de dimensões continentais, assim, os sistemas sexuais e de gênero nos pequenos municípios e áreas rurais operaram num contexto diferente das estruturas sociais, culturais e econômicas das grandes áreas urbanas. Foi no decorrer da década de 1950 que, literalmente, centenas de milhares de homens jovens, conscientizados de seus desejos, deixaram suas famílias e amigos do interior e mudaram-se para o Rio de Janeiro e São Paulo. Essas cidades se tornaram dois dos mais importantes espaços para o surgimento de subculturas homossexuais, e eram os lugares onde a repressão agia com mais intensidade.⁴⁸

Reivindicando pertencer ao gênero feminino, entre essas pessoas, havia uma grande quantidade de transgêneros. O conceito *Êxodo Travesti* foi criado pela pesquisadora e TransAtivista Bruna Benevides para explicar este processo migratório. Segundo ela, o movimento caracterizou-se como uma busca de autoconhecimento, liberdade, construção de suas identidades e de oportunidades, especialmente no mercado do sexo.⁴⁹

Para Renan Quinalha, estas sexualidades dissidentes passaram a ser tema de segurança nacional na Ditadura Militar. Os desejos e afetos foram alvo do peso desse autoritarismo com pretensão de sanear moralmente a sociedade.⁵⁰ Segundo o autor, no pós-golpe de 1964,

a estruturação de um aparato de violência complexo e funcional para seus objetivos, proveu aos síndicos da moralidade alheia os meios de que precisavam para levar a cabo um projeto de purificação, desde as agências estatais. Isso fez com que esses padrões morais, outrora particulares e restritos a determinados grupos que, ainda que influentes, fossem então alçados ao status de políticas públicas e acabassem, por extensão, dotados da mesma legitimidade com que conta o Estado.⁵¹

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ GREEN, James N. op. cit. p. 45.

⁴⁹ BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular/ANTRA/IBTE, 2020. p. 24.

⁵⁰ QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 31.

⁵¹ Ibidem.

Existia ainda o discurso falacioso, recorrente em diversos documentos, de que as travestilidades e sexualidades dissidentes representavam uma ameaça à segurança nacional brasileira⁵², ligada ao movimento comunista internacional.⁵³ Tais repressões a este “mal” compreendiam práticas de censura, veiculações de propagandas em defesa da família tradicional, agressões físicas e outros tipos de violências praticadas diretamente contra as travestis e homossexuais nas ruas.

O documentário *Divinas Divas* (2016)⁵⁴, dirigido por Leandra Leal, apresenta a trajetória artística de oito travestis icônicas do teatro de revista da década de 1960. Rogéria, Valéria, Jane di Castro, Camille K., Fujica de Holliday, Eloína, Marquesa e Brigitte de Búzios apresentavam-se costumeiramente no Teatro Rival, no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que faziam grande sucesso na cena carioca, enfrentavam e resistiam ao período conhecido como Anos de Chumbo.⁵⁵

Nesse período, artistas transformistas, igualmente referidos como praticantes do travestismo, apresentavam-se nos palcos, como o Teatro Rival, até mesmo após 1964, não podendo, porém, confundirem-se com as mulheres cisgêneras fora de seus espaços cênicos. Mas sempre há frestas. A cantora e performer Divina Aloma, negra, musa do pintor Di Cavalcanti, chegou a se apresentar no Canecão e em outros espaços que dividia com mulheres cis.⁵⁶

Em meio à caçada brutal aos inimigos internos, sob a Doutrina de Segurança Nacional, policiais e delegados reprimiam corpos travestis na pista⁵⁷. Quinalha apresenta uma discussão sobre a face mais visível da violência que se abateu contra elas nos grandes centros urbanos

Essas pessoas eram constantemente assediadas por batidas policiais seguidas de prisões arbitrárias, pela prática das mais diversas formas de torturas física e psicológica, pela extorsão e por outros métodos de violação de direitos humanos de uma população já marginalizada. As polícias, que logo integraram o complexo de

⁵² A Doutrina de Segurança Nacional criou a noção de inimigo interno, que não seria somente um inimigo da nação, mas um inimigo dos valores e de uma sociedade de progresso.

⁵³ QUINALHA, Renan. op. cit. 2018. p. 33.

⁵⁴ DIVINAS Divas. Direção: Leandra Leal. São Paulo: Vitrine Filmes, 2016. (110 min.).

⁵⁵ Conhecido como o período mais repressivo da ditadura militar no Brasil, estendendo-se desde o fim de 1968, com a edição do AI-5 até o final do governo Médici, em março de 1974, quando teve início o longo e complexo processo de abertura política no país.

⁵⁶ JESUS, Jaqueline Gomes de. Notas sobre as travessias da população trans na história. **Cult [online]**. 12 jun. 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

⁵⁷ Termo que designa área de prostituição.

aparatos repressivos da ditadura militarizada contra os subversivos “políticos”, passaram a regular também o direito à rua para os segmentos LGBT.⁵⁸

Apesar da ausência da criminalização de orientações sexuais não normativas, diversos outros tipos penais foram mobilizados para enquadrar essa comunidade. Além da vadiagem, eram acusadas de atentado público ao pudor, corrupção de menores, violação da moral e dos “bons costumes”, entre outros. Estes instrumentos legalizavam o controle desses grupos e realizavam uma higiene social.⁵⁹

Em meio a tais perseguições, a década de 1970 representou um marco importante na história das pessoas trans brasileiras. Assistimos à popularização da terapia hormonal, de aplicações de silicone e a chegada da cirurgia de redesignação genital⁶⁰. Também houve um aumento substancial na quantidade de travestis se prostituindo nas calçadas das grandes capitais.⁶¹

De acordo com o historiador Rafael Ocanha, em 1976, somente na cidade de São Paulo, havia em torno de duas mil travestis trabalhando na prostituição. Neste mesmo ano, uma equipe especial, chefiada pelo delegado Guido Fonseca, foi designada para fazer um estudo de criminologia sobre as travestis e a contravenção penal de vadiagem na área da Consolação. Guido estava autorizado a abordar todas as travestis das proximidades do Hotel Hilton, área da Boca do Luxo, para verificar sua comprovação de renda. Em 1977, o estudo foi publicado em uma revista com circulação interna para todas as delegacias do estado.⁶²

Entre 14 de dezembro de 1976 e 21 de julho de 1977, 460 travestis foram sindicadas para o estudo, sendo lavrados 62 flagrantes, contabilizando 13,5% do total. O resultado mostra que 398 delas foram importunadas com interrogatório, sem serem vadias, e obrigadas a demonstrar comprovação de trabalho com mais exigências que o restante da população. A Portaria 390/1976, da Delegacia Seccional Centro, estabelecia que travestis deveriam apresentar RG e carteira de trabalho acompanhada de xerocópia, a qual era encaminhada pela autoridade policial à delegacia seccional para arquivo destinado somente a travestis. Aquelas que não apresentavam os documentos eram encaminhadas ao distrito, onde aguardavam a formulação de inquérito que, em seguida, se tornaria processo por vadiagem. Quando liberadas, deveriam ir com a maior brevidade possível a uma gráfica providenciar outra xerocópia para apresentar a polícia, caso fosse parada em uma blitz. [...] “Sempre que

⁵⁸ QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p 41.

⁵⁹ Ibidem. p. 43.

⁶⁰ O termo *transsexual* ficou conhecido no Brasil somente a partir da primeira cirurgia de redesignação sexual (1971), feita pelo médico Roberto Farina, em Waldirene Nogueira.

⁶¹ GREEN, James N. op. cit. p. 379.

⁶² OCANHA, Rafael. op. cit. 2014. p. 155.

possível, as sindicâncias serão ilustradas com fotografias desses pervertidos em trajes femininos que estiverem usando na ocasião, para que os MM. Juízes possam avaliar sua nocividade”.⁶³

O estudo do delegado atrela o traje feminino das travestis à criminalidade, quanto mais transgressora às normas de gênero impostas, mais nociva era a sujeita à sociedade. Desta forma, compreende-se que o indivíduo processado por vadiagem com uma foto em roupas femininas seria mais facilmente condenado do que outro em vestes masculinas.⁶⁴

A imprensa teve um papel importante ao estigmatizar as travestis, associando-as a um perfil criminoso. Podemos constatar este aspecto na seguinte manchete do jornal *O Estado de S. Paulo* em março de 1980: “Eles se vestem de mulher, tomam conta de vários pontos espalhados pela cidade, são violentos e chegam a matar”.⁶⁵ O fato de um dos jornais mais influentes da época veicular reportagens sobre o “perigo das travestis”, fez com que a ofensiva se prontificasse rapidamente, ou melhor, que já estivesse montada diante do clima de medo criado em torno de um grupo já muito estigmatizado.⁶⁶

Dois dias após a série de reportagens especiais, em 1 de abril de 1980, um artigo publicado no jornal anunciava, com destaque: “Polícia já tem plano conjunto contra travestis”. Nota-se, assim, que a “cobrança” feita pelo Estadão, poucos dias antes, havia produzido resultados concretos. Diante de tão pequeno intervalo entre a enunciação do problema e a apresentação de resposta estatal, não seria demais suspeitar de que já houvesse algum tipo de negociação ajustada entre as autoridades e o órgão de imprensa. [...] Após tais cobranças por parte da grande imprensa e o anúncio de um plano pioneiro, não demorou muito tempo para que uma política ainda mais agressiva contra as travestis, uma das populações mais vulneráveis, fosse posta em prática. Não era a primeira vez que as forças policiais se engajavam em uma campanha de moralização. Mas agora era com outro nível de intensidade e organização.⁶⁷

A política citada por Quinalha refere-se às operações lideradas pelo chefe da Delegacia Seccional de Polícia da Zona Centro, José Wilson Richetti. Mobilizando um grande aparato de homens e viaturas, estas ações prometiam acabar com os drogados, criminosos, imorais, prostitutas e travestis de São Paulo. As primeiras operações foram denominadas Cidade,

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem. p. 163.

⁶⁵ Anúncio do Especial “Perigo! A Invasão dos Travestis”. (*O Estado de S. Paulo*, 25 mar. 1980, p. 35).

⁶⁶ QUINALHA, Renan. op. cit. 2021. p. 67.

⁶⁷ Ibidem. p. 70.

Limpeza e Rondão⁶⁸. As prisões diárias em massa resultaram na higienização da cidade, inspirando as demais delegacias de polícia de cidade, do estado e do país.⁶⁹

Nessas operações, os excessos e abusos eram recorrentes. Além das agressões físicas, eram recorrentes as extorsões, violências sexuais, muitas vezes obrigadas a realizar trabalhos forçados dentro das delegacias e penitenciárias, limpando banheiros, celas e fazendo outros serviços para os policiais.⁷⁰ A partir do relato de uma travesti chamada Tatiana, que trabalhava na região da Boca do Luxo, Quinalha recuperou uma modalidade de violência empreendida especificamente contra pessoas trans: o corte de cabelo e o uso compulsório de hormônios masculinos para que “voltassem a ser homem”.⁷¹

Nos anos seguintes, a popularização da televisão enquanto meio de comunicação em massa, a formação de movimentos organizados de homossexuais, as primeiras manifestações políticas de gays, lésbicas e travestis, os veículos de jornais de imprensa alternativa⁷² LGBT, como o *Lampião da Esquina* (1978 – 1981) e o *Boletim Chanacomchana* (1981 – 1987) – e, sobretudo, a revolução sexual que se desenrolou durante toda a década de 1970 –, serviram de pretexto para alimentar um pânico moral em diversos setores da sociedade.⁷³ Não conseguindo assimilar a velocidade com que tais mudanças ocorriam, as camadas conservadoras reagiram apoiando ainda mais a repressão contra esses grupos.

A canção *Geni e o Zepelim* (1979), que integra a *Ópera do Malandro*, musical escrito por Chico Buarque, faz uma referência crítica ao lugar da travesti na sociedade brasileira desta época.⁷⁴

[...]
Joga pedra na Geni!
Joga pedra na Geni!

⁶⁸ Criticada pelos jornais, das mais de mil pessoas presas na primeira semana da Operação Rondão, só doze permaneceram detidas.

⁶⁹ Apesar de liderar as operações, Richetti nunca atuou sozinho. Citamos os nomes de seus superiores: Rubens Liberatori, diretor do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo, Otávio Gonzaga Jr, Secretário de Segurança Pública e o general Milton Tavares, comandante do II Exército.

⁷⁰ QUINALHA, Renan. op. cit. 2021. p. 62.

⁷¹ Ibidem. p. 74.

⁷² Para saber mais sobre esta imprensa alternativa, ver: ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

⁷³ QUINALHA, Renan. op. cit. 2018. p. 34.

⁷⁴ Em 1979 a famosa travesti paulistana Andréa de Mayo (1950-2000) interpretou nos palcos a primeira Geni de *Ópera do Malandro*.

Ela é feita pra apanhar!
 Ela é boa de cuspir!
 Ela dá pra qualquer um!
 Maldita Geni!⁷⁵

Outro fator importante foi a chegada do vírus HIV ao Brasil, começando a ser notificado no segundo semestre de 1982. Acostumadas ao sexo rápido e sem proteção, muitas vezes atendendo ao desejo do cliente, o contágio ocorreu em grande velocidade entre as travestis.⁷⁶ Considerada uma “peste gay”, a epidemia médica tornou-se também uma epidemia moral, propiciando violências de diversas categorias, que eram justificadas por crenças de que travesti era sinônimo de ameaça e perigo.

Edward MacRae apresenta pesquisas de órgãos respeitados como a Divisão de Hansenologia e Dermatologia Sanitária, Instituto de Saúde, Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e o Centro de Referência Nacional para AIDS para o ano de 1987, que notificavam que a situação da epidemia neste período, no Estado de São Paulo, era de um total de 1026 casos, dos quais 387 já haviam falecido. De acordo com as fontes, um dos principais fatores de risco para a doença era a homossexualidade masculina, sendo ela recorrente em 54,94% dos casos.⁷⁷ Tais conclusões precipitadas da comunidade científica, juntamente com a imprensa sensacionalista, que continuava a estigmatizar este grupo à doença e perversão⁷⁸, fizeram com que a discriminação e violência não diminuíssem com a redemocratização.

Todos esses aspectos parecem ter provocado a reação indignada das camadas médias, que cresciam e assumiam uma importância política cada vez maior, passando a cobrar medidas mais enérgicas de limpeza moral da cidade. [...] Esse foi o combustível necessário para dar sobrevida a um aparato repressivo que se reinventava e experimentava uma mudança em suas funções habituais.⁷⁹

Sem perspectivas, travestis brasileiras passaram a ver a Europa como grande sonho de viver uma vida tranquila e financeiramente estável. No capítulo *Travestis tipo exportação*,

⁷⁵ CHICO BUARQUE. Geni e o Zepelim. Rio de Janeiro: Philips. 1979. (5 min.).

⁷⁶ TREVISAN, João Silvério. op. cit. p. 387.

⁷⁷ MACRAE, Edward. **A construção da igualdade – política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018. p.78.

⁷⁸ MARIUSSO, Vitor Hugo da Silva Gomes. “Prendam, matam e comam os travestis”: a imprensa brasileira e seu papel na exclusão da população lgbt (1978-1981). **Albuquerque – revista de história**, v. 7, n. 13, p. 44-61, jan./jun. 2015.

⁷⁹ MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 31.

Trevisan afirma que, neste período, muitas se mudaram para Paris, tida então como paraíso da prostituição, conseguindo fazer certa fortuna no *trottoir*⁸⁰ ou em shows de cabaré.⁸¹

Dos setecentos travestis trabalhando então na França, calculava-se que quinhentos seriam brasileiros – com enorme sucesso na praça. É verdade que eram mais bem tratados pela polícia francesa do que pela brasileira. Como informava a travesti Lora, “aqui me chamam de madame, enquanto no Brasil somos tratadas como verdadeiros animais”. [...] Mas, na verdade, mudara apenas o plano de fundo, já que os travestis brasileiros na França continuaram fundamentalmente vivendo à margem e sujeitos a todo tipo de extorsão, numa espiral de violência que provocou até assassinatos. Trabalhando em Paris, eles pagavam um dinheirão pelo “ponto” na praça, além da taxa de proteção cobrada pela polícia, aluguéis altíssimos e pequenas fortunas para obter documentação falsificada. Acima de tudo, não passavam de exóticos objetos de consumo [...] Além disso, a Associação pela Defesa das Prostitutas Francesas mobilizou-se através de passeatas, alegando que os travestis brasileiros as ameaçavam com uma concorrência desleal. [...] Além de estarem ameaçando a mão-de-obra local, nossos travestis foram acusados de ter aumentado a criminalidade no país. Com dificuldades na França, os travestis brasileiros se espalharam pela Alemanha, Portugal, Espanha, Suíça e Itália.⁸²

A procura por autonomia, dignidade e sobrevivência em outro país ocorre pela percepção do quanto uma pessoa trans enfrenta violentos processos de exclusão social em todos os níveis, que lhe resta apenas sair de onde vive, para tentar sobreviver longe de seus locais de origem. Bruna Benevides também nomeia esta imigração um *Êxodo Travesti*.⁸³

A partir de certo convívio com trans brasileiras na Suíça, o cineasta Matthias Kälin produziu o documentário *Dores de Amor* (1988). O filme apresenta relatos de travestis icônicas da época, que conseguiram prestígio principalmente através da cena artística. São elas: Thelma Lippi, jurada do programa *Clube do Bolinha*⁸⁴; Condessa Mônica, empresária, performer e fundadora da boate paulistana *NostroMondo*; Claudia Wonder, escritora e atriz famosa por atuar em peças do *Teatro Oficina*; Brenda Lee, militante pioneira no acolhimento de pessoas soropositivas e Andréia de Mayo, cantora, atriz e proprietária das boates *Val Improviso* e *Prohibidu's*, em São Paulo.⁸⁵

⁸⁰ *Trottoir* é uma palavra francesa que significa “calçada”, também faz referência ao caminhar que as prostitutas fazem quando ficam à espera de seus clientes.

⁸¹ TREVISAN, João Silvério. op. cit. p. 387.

⁸² *Ibidem*.

⁸³ BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). op. cit. 2020. p. 24.

⁸⁴ Transmitido entre 1974 e 1994, foi um programa de auditório brasileiro exibido aos sábados pela Rede Bandeirantes.

⁸⁵ DORES de Amor. Direção: Pierre-Alain Meier e Matthias Kälin. São Paulo: Jürg Müller Film, 1988. (58 min.).

No Brasil pós-redemocratização, as rondas deixaram de ser noticiadas como uma solução para a ordem social, mas o poder da polícia sobre os segmentos dissidentes permaneceu intocado. As práticas continuaram no cotidiano da cidade e se intensificaram de forma estratégica durante toda a década de 1980, sendo um exemplo emblemático a Operação Tarântula⁸⁶, liderada por José Wilson Richetti, de combate à prostituição de travestis. Esta atuação foi investigada e analisada pelo documentário *Temporada de caça*, de Rita Moreira.⁸⁷ Através de entrevistas com pessoas comuns no centro da cidade de São Paulo, Rita escancara a violência, o preconceito e o desprezo da sociedade brasileira em relação aos homossexuais e travestis.

Rita – Você tem ouvido falar nos noticiários, nos jornais, sobre assassinato de homossexuais?

Mulher – Tenho sim.

Rita – E o que você pensa disso?

Mulher – Eu acho que tem mais que assassinar mesmo.

Rita – E contra eles [LGBT], o que você tem contra eles?

Motorista – Ah, eu tenho muita coisa contra eles, eu acho que eles estão poluindo a cidade de São Paulo.

Rita – Você acha que deveriam matar travestis?

Homem jovem – Bom, eu acho que se a lei permitisse, seria uma boa.⁸⁸

Ao mesmo tempo em que eram ostensivamente perseguidas nas ruas, de modo contraditório, através da televisão, as travestis também se tornaram positivamente muito populares entre os brasileiros. Encontramos exemplos dessa popularidade no trabalho do antropólogo sueco Don Kulick, autor de renomada etnografia sobre as travestis de Salvador.

Por exemplo, um programa de televisão de grande audiência, transmitido nas tardes de sábado, mantinha um quadro fixo, onde se apresentavam homens vestidos de mulher – alguns dos quais, obviamente, travestis – que eram julgados pela beleza e pela qualidade das dublagens performáticas de cantoras que faziam. Outro programa televisivo semanal mostrava periodicamente uma travesti bastante conhecida chamada Valéria. A novela *Tieta*, uma das mais populares da época, contou com a participação especial de Rogéria, travesti muito famosa no país. E o sinal mais eloquente da posição especialíssima reservada às travestis no imaginário popular brasileiro é o fato que, em meados dos anos 80, a pessoa tida como a mulher mais bela

⁸⁶ Operação criada para prender arbitrariamente travestis na capital paulista. No pouco tempo que durou (de 27 de fevereiro a 10 de março de 1987), perseguiu cerca de 300 travestis. O álbum *Tarântula* (2019), do grupo musical “As Baías”, faz referência a este acontecimento.

⁸⁷ TEMPORADA de caça. Direção: Rita Moreira. São Paulo, 1988. (24 min.).

⁸⁸ *Ibidem*.

do Brasil era... uma travesti! Roberta Close, a eleita, tornou-se um nome famoso em todo o território nacional.⁸⁹

Além dos exemplos apresentados acima, mencionamos também Tânia Star, travesti dona de uma companhia de shows, que se apresentou diversas vezes na televisão. Sobre as apresentações de Star, a pesquisadora Megg Oliveira questiona o uso da *Blackface*⁹⁰ e discursos racistas recorrentes, concluindo que o corpo idealizado das travestis era o corpo branco.⁹¹ Travestis negras raramente alcançaram visibilidade ou acumularam riqueza, admiração e status cultural.

Para Green, essas figuras que personificavam o oposto dos traços comportamentais normativos de virilidade e masculinidade esperados dos homens, alcançaram ampla aceitação popular e circulavam confortavelmente na alta sociedade por um motivo. Seus modos efeminados e provocativos serviam como um parâmetro contrastante, representando um modelo divertido, mas inapropriado, proibido de ser imitado. As mulheres poderiam acolher este tipo de celebridade desde que seus filhos ou namorados não manifestassem comportamentos similares. Do mesmo modo, os homens viam essas estrelas como figuras atraentes pelo fato de atuarem como imitações perfeitas dos arraigados estereótipos da mulher ideal do universo masculino. Travestis escandalosas ou beldades peitudas poderiam desfrutar uma relativa aceitação social, desde que sejam filhos de outras mães e pais. Por vários aspectos, elas mais reforçavam do que desconcertavam o sistema de gêneros, rigidamente definido.⁹²

As imagens contraditórias das festas permissivas do carnaval, sucesso na televisão e as violências brutais sofridas por este grupo, assim como as tensões entre tolerância e repressão, aceitação e ostracismo estão profundamente arraigadas na história das travestis na sociedade brasileira, persistindo em períodos posteriores.⁹³ Nos anos de 1990, enquanto as que pertenciam à cena artística eram ovacionadas, parte da imprensa ainda parabenizava a ação da polícia contra as que viviam nas ruas, chamando-as de “indivíduos degradantes que, de noite ou de dia,

⁸⁹ KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 22-23.

⁹⁰ Geralmente feita por pessoas brancas no teatro, esta prática consiste em pintar rosto e braços para escurecer a pele, imitando pessoas negras de forma ofensiva e caricata.

⁹¹ Megg Rayara: O lugar de travestis e transexuais na história e na sociedade. Publicado pelo canal Beija Flor Filmes. *Youtube*: 13 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yx9D3PeEtvw>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

⁹² GREEN, James N. op. cit. p. 37.

⁹³ *Ibidem*.

afrontavam sua família, com comportamento despudorado.”⁹⁴ Kulick denuncia, em sua etnografia produzida em 1997 na cidade de Salvador, práticas policiais abusivas e corriqueiras, que se assemelham as ações das rondas de Richetti.

Nos anos 90, as travestis saíam à noite para as ruas sem saber se voltariam no dia seguinte. Elas podiam ter quase certeza, no entanto, que seriam presas pela polícia militar ou pela DJC. Em qualquer um dos casos as prisões não estavam em absoluto dentro da legalidade: prostituição não é crime no código penal brasileiro, e sobre as travestis detidas não pesava nenhuma acusação (a não ser em algumas ocasiões, quando elas eram acusadas de crime de “vadiagem”). Travestis detidas pela polícia civil eram levadas ao xadrez, onde passavam uma noite – e as vezes duas ou três noites – até serem liberadas. Mas quando eram detidas pela polícia militar, e sobretudo quando eram recolhidas pelo camburão do batalhão de choque, passavam frequentemente por sessões de tortura. Eram jogadas dentro da caminhonete, levando pontapés incontáveis e sendo esmurradas por seis ou oito policiais, que rodavam com elas dentro do carro, não para conduzi-las à delegacia, mas para a Praia do Flamengo, um local deserto, distante 45 minutos de Salvador. Chegando à praia, os policiais desciam e formavam um corredor polonês. Então, faziam as travestis descerem do carro, uma a uma, passando no corredor em meio à chutes, socos e pauladas de cassetete.⁹⁵

Para além da ofensiva policial, segundo Trevisan, também não deixou de crescer a violência partindo de outros setores da sociedade.

Em 1993, nova onda na cidade de São Paulo: “dezesseis travestis foram assassinados em três meses, sempre por homens motorizados que se passavam por clientes e davam tiro na cabeça dos prostitutas.” [...] No segundo semestre de 1999, o Recife viveu um desses pesadelos, com o fuzilamento público, em menos de um mês, de quase meia dúzia de travestis.⁹⁶

Em dias atuais, de acordo com o relatório de 2021 do projeto *Transrespect versus Transphobia Worldwide* (TvT) da *Transgender Europe* (TGEU)⁹⁷, o Brasil lidera o ranking pela décima terceira vez consecutiva de assassinatos contra esta comunidade no mundo. A Associação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA) é responsável pelo levantamento destes dados no Brasil. Segundo a instituição, este grupo também possui menos acesso a políticas públicas em comparação à população em geral.⁹⁸

⁹⁴ TREVISAN, João Silvério. op. cit. p. 386.

⁹⁵ KULICK, Don. op. cit. p. 49.

⁹⁶ TREVISAN, João Silvério. op. cit. p. 383.

⁹⁷ ONG internacional que mapeia 72 países denunciando casos e índices de transfobia.

⁹⁸ BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). op. cit. 2020. p. 9.

O Estado brasileiro não tem sido apenas omissivo, como continua agente na marginalização e exclusão das pessoas trans. A falta de dados governamentais e de respostas ao processo histórico de precarização dessas vidas fazem parte de um projeto, muito bem articulado, entre o governo e outros grupos, incentivando o ódio contra essa parcela da população.⁹⁹

No que se refere ao seu cotidiano atual, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada —transfobia.¹⁰⁰

Mesmo de forma embrionária, nos últimos trinta anos, presenciamos uma maior visibilidade e compreensão do que é ser transexual e travesti no Brasil, além de uma crescente discussão sobre seus direitos civis.¹⁰¹ Isto se deu como resultado de resistências e militâncias políticas de travestis em todo o país, sobretudo a partir dos anos 1990, assunto que abordaremos de forma aprofundada no próximo tópico.

Ainda em mínimas e insuficientes proporções, encontramos hoje profissionais trans de diversas áreas no mercado de trabalho. Em entrevista para um curta-metragem feito sobre sua trajetória, a pesquisadora Megg Oliveira lamenta ser, somente em 2017, a primeira travesti negra doutora em Educação no Brasil.¹⁰² Estes pequenos avanços devem-se quase que exclusivamente às lutas políticas da comunidade por espaço e dignidade.

No dia 14 de setembro de 2018, o Conselho entregou a Carteira de Identidade Profissional (CIP) à Júlia Santigliani Pires, primeira psicóloga trans registrada no Regional do ES.¹⁰³

⁹⁹ BENEVIDES, Bruna G. (Org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiros**. Brasília: Distrito Drag/ANTRA, 2022. p. 45.

¹⁰⁰ JESUS, Jaqueline Gomes de. op. cit. 2013. p. 106.

¹⁰¹ TREVISAN, João Silvério. op. cit. p. 386.

¹⁰² MEGG - A Margem que migra para o centro. Direção: Larissa Nepomuceno e Eduardo Sanches, 2019. (15 min.).

¹⁰³ Primeira psicóloga trans registrada no CRP-16!. **Conselho Regional de Psicologia [online]**. 19 de set. 2018. Disponível em: <<http://crp16.org.br/primeira-psicologa-trans-registrada-no-crp-16/#:~:text=Nesta%20data%2C%20o%20Conselho%20entregou,%C3%A0%20psic%C3%B3loga%20por%20suas%20conquistas.>>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

A homenagem do Google nesta terça-feira (30) foi para Janaína Dutra, a primeira travesti a obter a carteira profissional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).¹⁰⁴ Na semana passada, a estudante mineira Thaiz Andrade, de 37 anos, se tornou a primeira mulher trans (dos registros históricos) a ingressar no curso de Medicina de uma universidade pública brasileira.¹⁰⁵ Polícia Militar de São Paulo tem 1º policial transexual em quase 200 anos de história.¹⁰⁶

Em 2022, testemunhamos a presença de uma travesti no *Big Brother Brasil*, o *reality show* mais assistido no país, assumindo uma postura didática ao falar da própria identidade, em um lugar de muita visibilidade. A participação de Linn da Quebrada, multiartista que superou o imaginário travesti-estereótipo, fazendo sucesso com composições e atuações contendo fortes denúncias políticas¹⁰⁷, é uma conquista para todes.

Sou determinada, sou corajosa, mas sou muito medrosa. Sou complexa, sou contraditória. Trabalho com o erro, com a falha, com o fracasso. Eu sou o fracasso. Eu fracassei. Sou o fracasso de tudo aquilo que esperavam que eu fosse. Não sou homem, nem sou mulher, sou travesti.¹⁰⁸

1.2 “Desacuenda, tem alibã na gira!”¹⁰⁹: histórias de resistência

A rua é mundo cão. É faca, navalha.

É a cara da morte a todo momento.

Vacilou, um passo em falso, um erro, no ponto.

¹⁰⁴ Janaína Dutra, primeira advogada travesti do Brasil, ganha homenagem do Google. **Uol [online]**. 30 nov. 2021. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/44535_janaina-dutra-primeira-advogada-travesti-do-brasil-ganha-homenagem-do-google.html>. Acesso em: 11 jul. 2022.

¹⁰⁵ Mineira se torna primeira mulher trans a ingressar na faculdade de medicina na UFBA. **Razões para acreditar [online]**. 21 mai. 2019. Disponível em: <<https://razoesparaacreditar.com/primeira-mulher-trans-medicina/#:~:text=Thaiz%20conquistou%20a%20vaga%20ap%C3%B3s,Thais%2C%20em%20entrevista%20ao%20portal.>>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

¹⁰⁶ Polícia Militar de São Paulo tem 1º policial transexual em quase 200 anos de história. **G1 São Paulo [online]**. 18 abr. 2019. Disponível em: <<http://oextra.net/14784/pm-sp-tem-o-10-policial-transexual-em-200-anos#:~:text=Pela%20primeira%20vez%20nos%20seus,420%20km%20da%20capital%20paulista.>>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

¹⁰⁷ Citamos outros exemplos de artistas como Urias, Liniker, Jup do Bairro, Alice Guél, Danna Lisboa, Ventura Profana, Raquel Virgínia, Assucena Assucena e Valéria Houston.

¹⁰⁸ Big Brother Brasil. Rio de Janeiro: Emissora Globo, 20 jan. 2022. Programa de TV/Reality Show.

¹⁰⁹ Em linguagem Bajubá (dialeto travesti), a expressão significa “Corram, lá vem a polícia!”.

Uma falha um retalho, remato sangrento.
 Na rua não tem paz pra mim ou pra mana.
 A polícia, o cliente, o tráfico, o oco.
 Eu vivo numa selva urbana, insana.
 É a cidade inteira que quer me matar!
 Você não duraria nem ao menos 10 minutos,
 se estivesse em minha pele pelas ruas da cidade.
 Você não duraria...

Trecho do Musical Brenda Lee e o Palácio das Princesas

Don Kulick defende que em nenhum lugar a violência é tão ubíqua quanto no cotidiano das travestis, sendo ela o eterno pano de fundo de suas vidas.¹¹⁰ Acrescentamos que, para além do cotidiano violento, a resistência é a coluna vertebral de seus corpos, sustentando-as no território cisheteronormativo brasileiro.

O próprio dialeto criado pelas travestis, ao longo de sua história nas ruas trabalhando com a prostituição, conhecido como *Bajubá*, *Pajubá* ou *Bate-bate*, nasce como uma contrapartida à repressão. Muito usado para defesa e estratégia durante episódios de perseguição policial, esta linguagem é um exemplo representativo de uma cultura de resistência. Para a pesquisadora Gabriela Costa Araújo, através deste dispositivo são criadas formas de proteção, sociabilidade, transgressão, reconhecimento e afirmação. Palavras do vocabulário como *Adé*, *Alibã*, *Aqüê*, *Babado*, *Bofe*, *Ilê*, *Laruê*, *Picumã* e *Uó*¹¹¹ revelam seu inegável valor histórico, a começar pela influência do iorubá-nagô, que rememora nosso passado da escravidão e mostra recortes de gênero, classe e geração.¹¹²

Com a intenção de ludibriar policiais ou investigadores durante rondas, batidas ou detenções, além da criação de palavras, era comum entre esta comunidade a adoção de dois ou até três nomes femininos. Esta prática se configurou como uma maneira engenhosa de fazer “multiplicar” o número de travestis, ao mesmo tempo em que facilitava a argumentação com a

¹¹⁰ KULICK, Don. op. cit. p. 47.

¹¹¹ *Adé*: homossexual masculino efeminado ou bicha; *Alibã*: polícia ou policial; *Aqüê*: dinheiro; *Babado*: acontecimento qualquer, podendo tanto ser bom ou mau; *Bofe*: homem heterossexual ou homossexual ativo; *Ilê*: casa; *Laruê*: fofoca; *Picumã*: cabelo; *Uó*: ruim ou desagradável. As definições foram transcritas do dicionário *Bajubá – Pajubá*, publicado por Jovann Baby Cardoso Silva, integrante do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), em 2021.

¹¹² ARAÚJO, Gabriela Costa. **Bajubá: memórias e diálogos das travestis**. 1. ed. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019. p. 12.

autoridade, tentando negociar sua liberação em caso de reincidência. Luiz Morando, professor e pesquisador mineiro, apresenta como exemplo o caso da já citada Cintura-Fina (1921 – 1995), que era também conhecida como Esther Williams.¹¹³

A partir da segunda metade do século XX, testemunhamos diversas tentativas de organização política deste segmento. Luiz Morando cita a tentativa de um grupo de travestis em Belo Horizonte para fundar uma associação chamada Liga dos Liberados do Amor, em 1966. A iniciativa acabou sem sucesso após forte atuação da Polícia de Costumes e de Vigilância Geral de Minas Gerais.¹¹⁴

O autor também identifica uma matéria do *Diário da Tarde* de 1968, em que travestis são ameaçadas após anunciarem uma passeata contra a proibição, feita pelo Serviço de Censura da Polícia Federal, do *Baile Miss Minas Gerais Travesti*.¹¹⁵

Se os travestis teimarem em fazer uma passeata de protesto na cidade, vão ser recebidos com bomba de gás lacrimogêneo e cassetetes “tamanho família”. A advertência é do próprio Secretário de Segurança, Joaquim Ferreira Gonçalves, diante da ameaça de que a turma, inconformada com a proibição de seu desfile, no Montanhês Danças, estaria planejando uma manifestação de rua.¹¹⁶

Em fevereiro de 1979, após ser presa pela Operação Pente Fino¹¹⁷ em Vitória, Espírito Santo, a travesti Jovanna Baby Cardoso Silva foi convidada para participar da criação de uma associação mista de travestis e prostitutas chamada Associação Damas da Noite.¹¹⁸

Após a minha liberação, quando voltei para a Avenida da República, no Parque Moscoso, encontro Bianca, uma mulher prostituta e portadora de deficiência, convocando as prostitutas para uma reunião às 16 horas nas Escadarias Maria Ortiz, no centro, para tratarmos da perseguição policial que estava fora dos limites. [...] O governo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUC), indicou a servidora Anúbia Rezende para lidar com as nossas demandas. O governo

¹¹³ MORANDO, Luiz. Texto apresentado no VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG, realizado entre 13 e 17 mai. 2019. Disponível em: <<https://api.ephisufmg.com.br/annals/capa-mesclado-compactado.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

¹¹⁴ MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963 – 1969). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos [SP]: EdUFSCar, 2014. p. 75.

¹¹⁵ *Ibidem*. p. 77.

¹¹⁶ *Diário da Tarde* (1968, p.7).

¹¹⁷ Operação criada sob justificativa do Artigo 59 da Lei Nº 3.688 de 1941, conhecida popularmente como “Lei da Vadiagem”.

¹¹⁸ SILVA, Jovanna Cardoso da. **Bajubá Odara: Resumo histórico do nascimento do movimento social de travestis e transexuais do Brasil**. 1. ed. Picos [PI]: Jovanna Cardoso da Silva, 2021. p.18.

assumiu o compromisso de convocar a área de segurança para tratar das questões das detenções de prostitutas e travestis sem nenhuma justificativa plausível.¹¹⁹

O já citado documentário *Divinas Divas* (2016) expõe enfrentamentos políticos praticados pelas trans que se apresentavam entre 1960 e 1970 no Teatro Rival. Em meio a operações no centro do Rio de Janeiro, elas criaram esquemas organizados para driblar policiais, em que vans e viaturas eram abertas para soltar travestis.¹²⁰ O roteiro do filme em si já performa um marco de resistência, visto que o reencontro dessas artistas na terceira idade é uma exceção à expectativa de vida atual desta comunidade no país, que não passa de 35 anos.¹²¹

Renan Quinalha afirma que diversos foram os esforços para a mobilização política entre corpos dissidentes no Brasil do século XX. Contudo, essas articulações e movimentações eram circunscritas a alguns guetos territoriais e de classe, principalmente nas maiores e mais urbanizadas capitais do país. O pesquisador cita uma iniciativa anônima, ocorrida em meados de 1976, onde panfletos começaram a circular pelo Rio de Janeiro divulgando o I Congresso do Homossexual Brasileiro.¹²² Realizado nos jardins do Museu de Arte Moderna (MAM), ao invés de gays, lésbicas e pessoas trans, o que mais havia no dia e local do evento eram jornalistas e policiais.¹²³

Ninguém sabia quem organizara a festa, que se propunha a tratar da união do homossexual brasileiro com “alegria, amor e respeito”. Um dos poucos presentes, José Jurandir Garrido, escapou ao bloqueio policial, mas “estava irritado” e “lamentou a ausência de outros adeptos à reunião”. Garrido, como o denominava a reportagem, era na verdade uma travesti que se autodenominava Garrida.¹²⁴

A ausência de mais integrantes da comunidade na ocasião revela a dificuldade e o medo das pessoas LGBT em se mobilizar neste período tão adverso. De qualquer modo, este dia se configurou como um acontecimento histórico.¹²⁵

Ainda em sua pesquisa sobre perseguições policiais contra as travestis em São Paulo (1976 – 1982), Rafael Ocanha resgata uma fonte periódica do jornal *Folha de S. Paulo*,

¹¹⁹ Ibidem. p. 19.

¹²⁰ DIVINAS Divas. Direção: Leandra Leal. São Paulo: Vitrine Filmes, 2016. (110 min.).

¹²¹ BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). op. cit. 2021. p. 42.

¹²² QUINALHA, Renan. op. cit. 2021. p. 11.

¹²³ Esta operação ficou conhecida como “Salto-Alto”.

¹²⁴ QUINALHA, Renan. op. cit. 2021. p. 12.

¹²⁵ Ibidem. p. 13.

noticiando no dia 6 de junho de 1980, a organização de uma manifestação de prostitutas e travestis contra os “rondões” de José Wilson Richetti. De acordo com a reportagem, estava prevista a queima de um boneco de três metros de altura representando o delegado.¹²⁶

Havia um clima de apreensão e medo dos manifestantes, temendo uma retaliação da polícia, pois, segundo a reportagem, Richetti teria declarado que prenderia todos os manifestantes. No entanto, depois de uma reunião com Rubens Liberatori, declarou à *Folha de S. Paulo*: “Vou fazer de conta que não é comigo. Bem, vou ficar na cidade. Vou considerar isso uma brincadeira. Estou limpando a cidade com as prisões de prostitutas e travestis e vou continuar fazendo isso. Que protestem e me queimem em praça pública. Não vai adiantar nada”. No dia seguinte à manifestação, a *Folha de S. Paulo* não publicou notícias sobre o protesto. Não foram encontrados documentos em outras fontes da imprensa que comprovem que a manifestação aconteceu. Mesmo que a manifestação não tenha ocorrido, seu anúncio é um indício de que prostitutas e travestis começavam a organizar-se de forma autônoma a outros movimentos sociais para exigir o fim das prisões arbitrárias.¹²⁷

Resistir à repressão policial significava, muitas vezes, até atentar contra a própria integridade física. Em entrevista para o jornal *Lampião da Esquina*, a travesti Monique e suas companheiras foram questionadas sobre carregarem uma gilete partida ao meio entre a arcada dentária e a bochecha, e cortes em seus braços.¹²⁸

Cortamos nossos braços, quando a polícia está a fim de grana, a gente não dá e eles levam em cana, arrojando cada vez mais. A gente se revolta e se corta. Então eles são obrigados a soltar, mandar pro Pronto Socorro. Mas não ponha isso no jornal, não, menino, tá louco? [...] Eu não ando com navalha, faca, gargalo de garrafa na bolsa, revólver, nada disso. Só ando com gilete. É a minha defesa contra a polícia.¹²⁹

Ao longo dos anos de 1980, com o advento da epidemia do HIV, as travestis passaram pelo estigma da doença. Neste contexto, aliado ao preconceito e a desinformação, a prática de automutilação, que antes servia apenas para fugir das prisões arbitrárias, afastava os policiais através do medo de serem infectados.¹³⁰

Podemos destacar também a criação de espaços de acolhimento como a Casa de Apoio Brenda Lee, a primeira residência a amparar pessoas portadoras do vírus HIV no Brasil. Brenda

¹²⁶ OCANHA, Rafael. op. cit. 2014. p. 164.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ QUINALHA, Renan. op. cit. 2021. p. 50.

¹²⁹ MATTOSO, Glauco. “Não me expreme que eu sangro!”. *Lampião da Esquina*, n. 4, p. 5, set. 1978.

¹³⁰ OLIVEIRA, Augusta da Silveira. Em busca da “Igualdade”: A luta pela cidadania da população trans em Porto Alegre (RS) na década de 1990. In: COLAÇO, Rita; VERAS, Elias; SCHMITD, Benito. (Orgs.). **Clio sai do armário: Historiografia LGBTQIA+**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

Lee foi uma travesti paulistana, que a partir de 1984, usou de sua boa condição financeira para ajudar aqueles que, embora não necessitassem de internação hospitalar, não tinham condições de exercer uma ocupação profissional e careciam de cuidados médicos diários. Este era o caso da maioria das travestis soropositivas.¹³¹

Foi uma tragédia, era um comando de procedência desconhecida que estava metralhando as travestis aqui em São Paulo, né? E aí dessa maneira eles chegaram a atingir cinco travestis que moravam comigo. Uma morreu, outra ficou inválida e três foram atingidas superficialmente. Aí foi quando o repórter falou assim pra mim: "Brenda, o que você vai fazer com essa travesti que tá inválida? Você vai mandar ela pra família dela? Aí eu falei que "no estado que ela está, eu acho que não é a vontade dela, como eu também não sei se a família vai aceitar, então aqui nós somos uma comunidade e tudo que tiver vai ser dividido irmãmente". Aí foi quando o repórter falou assim: "Brenda, e se aparecer alguma dessas travestis aqui com AIDS, o que é que você vai fazer?" Aí eu dei uma pausa e disse "Aproveito para dizer que se tem alguém com AIDS e não tem lugar pra ficar, pode vir aqui pra minha casa que a gente cuida sem discriminação". Aí no dia seguinte a secretaria da saúde ligou aqui pra casa dizendo que tinha assistido a entrevista e que lá tinha um paciente, que inclusive era um travesti, e que a família não aceitava, e se eu aceitava que viesse aqui pra casa...¹³²

Além do surgimento de uma imprensa alternativa homossexual¹³³, o final dos anos de 1970 e toda a década de 1980 foi marcada por mobilizações sociais de um conjunto de grupos denominados Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Assistimos as criações dos pioneiros Grupo de Afirmação Homossexual – Grupo Somos (1978) e Grupo de Ação Lésbica Feminista – GALF (1981), ambos em São Paulo¹³⁴, havendo notória exclusão das pessoas trans dos espaços de organização.¹³⁵

De acordo com os pesquisadores Mário Carvalho e Sérgio Carrara, existem dois modelos na construção de organizações políticas travestis, que se formalizaram somente a partir da década de 1990. Algumas surgiram da sua auto-organização, em geral como uma resposta a violências de Estado, ou a partir de ONGs e políticas públicas estatais voltadas para a prevenção do HIV. Esta década também foi marcada pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o

¹³¹ CARVALHO, M; CARRARA, S. Em direito a um futuro trans?: Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 14, ago. 2013. p. 325.

¹³² Entrevista Olhar Brasileiro Retrato em Movimento: Brenda Lee. 1993. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Sdzhg3ri6eg>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

¹³³ Citamos como exemplo o jornal *Lampião da Esquina* (1978 – 1981) e o Boletim *Chanacomchana* (1981 – 1987).

¹³⁴ QUINALHA, Renan. op. cit. 2021. p. 99.

¹³⁵ Somente em 1995 as associações de travestis puderam participar formalmente de um espaço do MHB, que neste mesmo ano começou a se chamar Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT).

movimento de reforma sanitária, consolidando a ideia de responsabilidade do Estado em solucionar os problemas de saúde da população.¹³⁶

No dia 2 de maio de 1992, liderada por Jovanna Baby Cardoso Silva¹³⁷ e um grupo de travestis que se prostituíam na Praça Mauá, região portuária da cidade do Rio de Janeiro, foi criada a Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), a primeira organização política registrada deste grupo na América Latina. Sua fundação foi apoiada por um projeto de prevenção de DSTs e AIDS, chamado Saúde na Prostituição, que realizava encontros com profissionais do sexo no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), local onde passariam a ocorrer as primeiras reuniões da associação.¹³⁸

Nas muitas reuniões que tivemos na sede do projeto eu propus as demais a ideia de criarmos uma associação que lutasse pelos nossos direitos, todas concordaram e seguimos fazendo mais algumas reuniões para fortalecer a ideia. [...] Então o marco histórico de fundação do nosso movimento politicamente organizado aconteceu no dia 15 de maio de 1992, quando nós seis, as fundadoras: Jovanna Cardoso, Elza Lobão, Beatriz Senegal, Josy Silva, Monique Du Bavieur e Claudia Pierre France demos entrada no cartório do registro da ASTRAL, a primeira organização brasileira de travestis e transexuais. Até o momento, as pesquisas apontam que a nossa associação foi a primeira da América Latina e possivelmente seja de fato a primeira do mundo, já que as outras instituições eram mistas de gays, lésbicas e travestis. [...] A nossa inscrição como pessoa jurídica no cartório contou inclusive com cobertura da mídia, tanto a televisiva como a escrita. [...] Foi assim que construímos esse momento histórico de surgimento do movimento social politicamente organizado de travestis e transexuais, um resultado de nossa resistência as violências e perseguições policiais e da nossa insatisfação com o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) que não nos representava.¹³⁹

Uma das primeiras ações da associação foi a criação de um dicionário impresso Bajubá. Com o título *Diálogo das Bonecas*, este livro foi idealizado para ajudar as travestis que viviam da prostituição no centro do Rio de Janeiro a se defender da sociedade ou dos ataques policiais. Jovanna relembra que

a principal fala era que uma podia avisar a outra em situações de emergência sem serem entendidas por curiosos. Muitas palavras usadas foram levantadas e otimizadas em um texto que foi diagramado e impresso em forma de dicionário.¹⁴⁰

¹³⁶ CARVALHO, M; CARRARA, S. op. cit. p. 325.

¹³⁷ Jovanna já havia participado anteriormente da Associação Damas da Noite, em Vitória - ES (1979).

¹³⁸ Ibidem. p. 326.

¹³⁹ SILVA, Jovanna Cardoso da. op. cit. p. 23.

¹⁴⁰ Ibidem. p. 35.

O relativo sucesso das ações políticas motivou as integrantes a organizarem, ainda em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTAL)¹⁴¹. Posteriormente chamado de Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da AIDS (ENTLAIDS), este evento foi um marco na história do movimento travesti brasileiro, sendo a partir dele criadas diversas outras organizações estaduais, iniciando um movimento nacional.

Dois anos após a fundação da ASTRAL, as associadas se manifestaram pela primeira vez nas ruas exigindo respeito e o fim da violência. Chamada de Marcha pela Diversidade Sexual, este acontecimento se tornou uma tradição ao final de cada ENTLAIDS, que até hoje ocorre anualmente em uma cidade brasileira diferente.¹⁴²

Em 1994 presenciamos a criação da Associação de Travestis do Paraná (Grupo Esperança) e a Associação de Travestis de Brasília (ASTRAVEB). Em 1995 foram criadas a Associação de Travestis de Santo André (Grupo Tulipa), a Associação de Travestis de Salvador (ASTRAS) e o Grupo Filadélfia, em Santos. O ano de 1997 contou com a fundação da Associação Travestis de Colônia do Piauí (MOPAC), seguido, em 1999 do surgimento da Associação de Travestis de Belo Horizonte (ASTRAV), da Associação das Travestis na Luta pela Cidadania de Aracajú (UNIDAS) e do Grupo Igualdade, em Porto Alegre.¹⁴³

Em seu trabalho sobre a trajetória do Grupo Igualdade, a historiadora Augusta da Silveira de Oliveira alega que o movimento nasceu fruto da auto-organização de mulheres trans que frequentavam as reuniões semanais do Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPARRS).¹⁴⁴

Tendo em vista esse cenário, o GAPA, para muitas travestis e trans, foi o primeiro contato com algum serviço de assistência. [...] O GAPA transforma-se, para além de espaço para a promoção da prevenção à AIDS, num espaço de acolhimento para as populações marginalizadas afetadas pela epidemia e de promoção aos direitos humanos.¹⁴⁵

Defende a pesquisa de Augusta que, o que atraía as travestis para esse espaço, fora o serviço de assistência, era a ideia de encontro, a troca de experiências, de serem reconhecidas

¹⁴¹ Em 1993, o I ENTAL contou com 95 participantes de cinco estados.

¹⁴² SILVA, Jovanna Cardoso da. op. cit. p. 31.

¹⁴³ Ibidem. p. 27.

¹⁴⁴ OLIVEIRA, Augusta da Silveira. op. cit. p. 215.

¹⁴⁵ Ibidem. p. 217-219.

por alguém como pessoas detentoras de cidadania, constituindo-se como um espaço de sociabilidade¹⁴⁶. No longa-metragem sobre a atuação política de Indianara Siqueira¹⁴⁷ no Rio de Janeiro, sua fala em um evento nos chama atenção sobre a relação entre o HIV e o contexto de formação de organizações travestis: “A AIDS nos matou, mas também nos salvou”.¹⁴⁸

Primeiramente nomeada Rede Nacional de Travestis (RENATA), a criação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em Curitiba, no final do ano 2000, significou a promoção de uma maior articulação e diálogo com lideranças de todo o Brasil.¹⁴⁹ As pautas debatidas entre estas organizações em encontros posteriores, foram para além de debates acerca do HIV/AIDS e da violência de Estado, e incluíram debates acerca da importância do respeito e direito ao nome social, a ressignificação e autoafirmação do termo pejorativo “travesti”, a regulamentação da prostituição como trabalho profissional, acesso aos serviços de saúde, empregabilidade e educação.¹⁵⁰

Esta união gerou importantes conquistas dentro do cenário político nacional. Pela primeira vez na história, travestis discutiram com o governo federal a criação de uma campanha para acabar com a discriminação. Lançado no Congresso Nacional, o Programa Nacional de DST/AIDS elaborou em conjunto com a ANTRA a campanha *Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos*, em 29 de janeiro de 2004, durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Essa data foi decretada nacionalmente como Dia da Visibilidade Trans.¹⁵¹

Condecorada com o Prêmio Direitos Humanos, recebido das mãos da então presidente Dilma Rousseff em 2014, a militante Keila Simpson, fundadora da Associação de Travestis de Salvador (ASTRAS), afirma em entrevista que o Dia da Visibilidade Trans foi essencial para ampliar a discussão dos direitos dessa população.¹⁵²

¹⁴⁶ Ibidem. p. 219.

¹⁴⁷ Indianara também foi integrante fundadora do *Grupo Filadélfia*, em Santos. (1995).

¹⁴⁸ INDIANARA. Direção: Aude Chevalier-Beaumel e Marcelo Barbosa. 2020. (84 min.).

¹⁴⁹ SILVA, Jovanna Cardoso da. op. cit. p. 31.

¹⁵⁰ História. ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais [online]. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

¹⁵¹ Ibidem.

¹⁵² Visibilidade Trans: Keila Simpson fala sobre como é ser mulher trans na terceira idade. **Agência de notícias da AIDS [online]**. 29 jan. 2020. Disponível em: <<https://agenciaaids.com.br/noticia/visibilidade-trans-keila-simpson-fala-sobre-como-e-ser-mulher-trans-na-terceira-idade/#:~:text=Visibilidade%20Trans%3A%20Keila%20Simpson%20fala,na%20terceira%20idade%20%E2%80%93%20Ag%C3%Aancia%20AIDS&text=%E2%80%9CQuando%20a%20pessoa%20passa%20dos,respeitar%20ou%20atender%20%C3%A0s%20especificidades%20>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

De acordo com o perfil digital da história e princípios da ANTRA, que atualmente conta com 127 organizações travestis brasileiras associadas, estão entre suas linhas de atuação:

Mapear, produzir estudos e denunciar nas instâncias cabíveis os assassinatos de pessoas Trans no Brasil, bem como cobrar soluções desses crimes;
 Promover campanhas informativas e apresentar propostas a fim de garantir o direito das Travestis e Transexuais;
 Colaborar em todos os níveis com outras redes, que trabalham com Direitos Humanos, a fim de desenvolverem trabalhos conjuntos, intercambiando experiências nas áreas de atuação de cada uma;
 Denunciar e promover a divulgação, em todos os meios de comunicação possíveis, de todo e qualquer caso onde for detectado preconceito e ou discriminação por identidade de gênero;
 Ter por princípio apoiar toda e qualquer ação de prevenção do HIV/Aids, Hepatites Virais e outras DST em todos os seus aspectos e âmbitos;
 Apoiar as ações que visem a melhora da qualidade de vida das pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids;
 Atuar diretamente na incidência política e na criação de climas e ambientes favoráveis para Travestis e transexuais;
 Incentivar e apoiar a realização de Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais para potencializar as bandeiras de lutas e encaminhar as demandas de suas afiliadas.

153

Elaborando pesquisas e dados sobre os mais diversos assuntos que tangem as existências trans, a partir de 2017 esta instituição começou a produzir um dossiê anual dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras. São trabalhadas informações públicas, compiladas através da divulgação de casos publicados na mídia, que podem ser encontrados em diversos mecanismos de buscas. O desenvolvimento do trabalho é acompanhado pelo comitê de ética da ANTRA e conta com a participação de pesquisadores de diversas áreas, além das instituições – nacionais e internacionais, que apoiam a publicação e ratificam sua importância para o enfrentamento da violência ¹⁵⁴

O Estado segue em muitos espaços, replicando a lógica higienista de retirar travestis do território em que elas foram colocadas compulsoriamente e impedindo de trabalhar e sobreviver, mesmo que no Brasil não seja crime se prostituir. A nome da defesa da família, a sociedade ainda segue apontando os dedos para a vítima como se fosse seu algoz. As travestis que eram caçadas pelos policiais diariamente, hoje quando vão a alguns fóruns e seminários são recebidas como parte da estrutura e contribuem para políticas de segurança pública. De reféns do estado passamos a educadoras sociais produzindo conteúdos, lives, material didático, cartilhas, literatura (que vão das ficcionais às literaturas médicas). Só mantendo essa postura vigilante e sem tolerância

¹⁵³ História. ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais [online]. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

¹⁵⁴ Pesquisas anuais. ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais [online]. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/assassinatos/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

com a violência é que conseguiremos construir uma democracia com inclusão e diversidade.¹⁵⁵

Atualmente, com sede na cidade de Picos, Piauí, Jovanna Baby coordena o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS). Em entrevista à Ponte Jornalismo, ela afirma que:

*O Fonatrans nasce da necessidade de ter uma discussão específica sobre negritude e transexualidade. Nós, travestis dos anos 90, e ainda hoje, sofremos muito mais por ser travesti e preta do que qualquer outra coisa.*¹⁵⁶

Apesar dos avanços, conquistados sobretudo pelo movimento trans, esta comunidade ainda sofre em índices alarmantes.¹⁵⁷ Na contramão dos esforços, estão o retrocesso, a mediocridade e o desmonte das políticas acessadas por essa população. Na conjuntura atual, sob um governo federal ultraconservador, como se não bastasse o sucateamento dos equipamentos de assistência social, que sofrem com a falta de recursos materiais e profissionais para o atendimento ao público, também são frequentes as tentativas de fechamento dos espaços e interrupção dos serviços.¹⁵⁸

Em seu artigo de abertura para a obra *Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil*, Erika Hilton compreende que a saída é ocupar o Parlamento. As reações e respostas ao atual cenário político foram eleger, em 2018, as primeiras transvestigêneres¹⁵⁹ para estes espaços de poder.¹⁶⁰

Percebemos que nossas subjetividades são absolutamente necessárias como formuladoras de políticas para todes, mas especialmente para corrigir desigualdades históricas e estruturais. [...] A estrada é longa e ainda há muito caminho pela frente. É certo que já estamos distantes do ponto de partida, embora não saibamos o dia em que nos encontraremos, todes juntas, na linha de chegada. Todas as saídas possíveis para

¹⁵⁵ BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). op. cit. 2020. p. 114.

¹⁵⁶ Conheça a FONATRANS. **Aliança Pró-Saúde da População Negra [online]**. 1 Fev. 2021. Disponível em: <<https://aliancaprospn.org/2021/02/01/conheca-a-fonatrans/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

¹⁵⁷ Segundo o dossiê da ANTRA de 2021, a cada 10 assassinatos de pessoas trans no mundo, quatro ocorreram no Brasil.

¹⁵⁸ HILTON, Erika. A revolução é transvestigênera. In: IGNÁCIO, T et al. **Tem saída? Perspectivas lgbtq+ sobre o brasil**. Porto Alegre [RS]: Zouk, 2020. p. 12.

¹⁵⁹ Buscando uma identidade trans sem o estigma da marginalidade, da prostituição e da patologia, Erika Hilton e Indianara Siqueira se autodenominaram *Transvestigênera*. Este termo também contempla pessoas não binárias e intersexo.

¹⁶⁰ Em São Paulo, a Deputada Estadual Erica Malunguinho e a Vereadora Erika Hilton; em Pernambuco, a Co-Deputada Estadual Robeyoncé Lima.

a comunidade LGBT passam pela organização, pela elaboração de estratégias, pela ocupação dos espaços de poder e pelas conquistas coletivas. Só assim avançaremos.¹⁶¹

Em esferas acadêmicas, o presente capítulo teve como objetivo visibilizar e mapear a história fragmentada das existências trans brasileiras, a partir de uma discussão bibliográfica de trabalhos que, de alguma forma, conversam com o tema proposto. Acompanhamos também a trajetória de resistência desta comunidade ao longo da História recente do Brasil, bem como o contexto de formação de diversas associações e grupos organizados de luta por direitos.

Reconhecendo que os debates relacionaram majoritariamente as maiores e mais populosas regiões do país, o próximo capítulo propõe um olhar inovador para o centro-oeste, mais especificamente para a cidade de Campo Grande. Realizaremos um estudo de caso da Associação de Travestis do Mato Grosso do Sul (ATMS), investigando a história do movimento, as trajetórias de suas integrantes, relacionando temáticas específicas que abrangem este território.

¹⁶¹ HILTON, Erika. op. cit. p. 13.

2 MOVIMENTO ORGANIZADO DE TRAVESTIS NO MATO GROSSO DO SUL: TERRITÓRIO, MEMÓRIAS E ATUAÇÃO POLÍTICA

A Psicologia Social vem contribuindo grandemente para a reflexão acerca do discurso acadêmico sobre as travestilidades no Brasil. Em uma revisão bibliográfica publicada por pesquisadores da área, entre os anos de 2001 e 2010, as temáticas mais estudadas, no campo das ciências humanas e biológicas, foram prostituição, transformações corporais e a relação histórica desta comunidade com a epidemia do HIV.¹⁶² A conclusão da investigação apontou que, ao analisar este grupo a partir de limitados recortes, espaços e marcos temporais, a academia, de certa forma, também auxilia na perpetuação de estigmas.¹⁶³

Em outra mais recente revisão, publicada em 2017, Gustavo de Aguiar Campos e Domênico Uhng Hur apresentam avanços e mudanças nas abordagens ao analisarem o crescimento de produções acadêmicas que localizam trajetórias de lideranças políticas trans.¹⁶⁴ É significativo também o aumento do número de estudos de caso envolvendo a história de seus grupos organizados ou associações, que, como vimos no capítulo anterior, surgiram a partir da década de 1990, em todo o país.¹⁶⁵

A proposta de estudar um movimento social de travestis e transexuais no estado do Mato Grosso do Sul não se mostra inovadora somente por pensar formas de resistências desta comunidade fora dos grandes centros urbanos. A pesquisa permite uma reflexão sobre o território em que se insere este grupo, considerando seus aspectos sociais, políticos e culturais.¹⁶⁶ Buscaremos pensar a relação das normas sociais e das vivências trans sul-mato-grossenses, considerando experiências históricas fronteiriças, influências e identidades regionais construídas em um Brasil extenso e diverso.

¹⁶² AMARAL, Marília dos Santos; SILVA, Talita Caetano; CRUZ, Karla de Oliveira; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia & Sociedade [online]*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 301-311, 2014.

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ DE AGUIAR CAMPOS, Gustavo; HUR, Domênico Uhng. Da invisibilidade à participação política: experiências e discursos sobre a luta de travestis e transexuais. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, v. 7, n. 2, p. 244-261, 2017.

¹⁶⁵ Morando (2014) para Belo Horizonte, Oliveira (2018) para Porto Alegre, Veras (2019) para Fortaleza, Miranda (2020) para São Paulo, Baby (2021) para o Rio de Janeiro, Santos (2021) para Campos do Goytacases, etc.

¹⁶⁶ SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Elizeu Savério. Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2009. p. 57.

Compreenderemos também de que maneira um dos estados mais conservadores do país, através do trabalho da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS), fundada tardiamente frente a outras organizações travestis nacionais, tornou-se um dos primeiros a implementar um conjunto de leis contra a homofobia e transfobia no Brasil.

Ao longo deste capítulo, analisaremos fontes primárias que contemplam documentos periódicos encontrados no acervo privado da ATMS e depoimentos orais de integrantes associadas. Desta forma, serão reveladas múltiplas existências e resistências da população trans local, com balizas temporais que abrangem desde a criação da associação até os dias atuais.

Identificaremos a presença de estruturais condutas violentas desempenhadas pelo Estado na região e a diminuição destas práticas em consequência da ascensão de mobilizações sociais. Serão estudados os processos de construção, formalização e desenvolvimento da ATMS, assim como a análise de narrativas que revelam subjetividades, relações de afeto, união, coragem e propósito entre as associadas.

O primeiro tópico aborda um debate sobre o território do Mato Grosso do Sul, discutindo aspectos históricos, econômicos e socioculturais. Atravessado pelo coronelismo guerreiro, por projetos modernizantes e higienistas, e a experiência fronteiriça com o Paraguai e Bolívia, estruturou-se nesta região uma sociedade marcada pela violência. Apresentaremos como as travestis eram representadas na imprensa campo-grandense e o contexto histórico de perseguições que resultaram na formação de um movimento organizado.

Através da metodologia da História Oral, o segundo tópico analisa depoimentos das integrantes da ATMS, que ao relatarem memórias e conquistas da Associação, também revelam trajetórias potentes que se encontram, emergindo da marginalização ao centro do sistema excludente, protagonizando lutas por direitos, políticas públicas, respeito e dignidade.

2.1 Conservadorismo e autoritarismo em Mato Grosso do Sul

Aqui não
Posso até não ser simpático
Comigo não tem desculpa
Minha criação é chucra
A verdade ninguém furta
Sou bruto, rústico e sistemático

Criado através de uma Lei Complementar em 1977¹⁶⁸, assinada durante o período da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964 - 1985), o Mato Grosso do Sul fora fragmentado do antigo e extenso Mato Grosso. Existem aspectos e experiências específicas que podem ter levado esta região à formação de uma cultura particularmente autoritária, conservadora e violenta. A começar pela colonização europeia, que ao longo dos séculos e assim como em todo o território nacional, escravizou comunidades indígenas nativas e populações africanas na região, além de impor normas de comportamento baseadas na religião cristã e patriarcal.

A localização, que se limita internacionalmente com o Paraguai e a Bolívia, também se configura como um fator significativo. De acordo com Mariana Jantsch de Souza, a fronteira demarca portas de entrada e saída, entretanto, é o limiar dos espaços culturais e sociais, marcando a passagem para o interior de um “outro” ambiente cultural.¹⁶⁹ “É como o patamar junto a uma porta: local onde ainda não se está de fato dentro do ambiente que a porta encerra, mas também não se está completamente alheio ao espaço resguardado pela porta.”¹⁷⁰ É inegável que a Guerra da Tríplice Aliança, mais conhecida como Guerra do Paraguai (1864 - 1870)¹⁷¹ e a Ditadura de Alfredo Stroessner (1954 -1989)¹⁷², respectivamente o conflito e o regime autoritário mais duradouros da América Latina, influenciaram a cultura sul-mato-grossense.

¹⁶⁷ Lançada em 2009 pela dupla sertaneja João Carreiro e Capataz, a música “Bruto, Rústico e Sistemático” representa a cultura autoritária, conservadora, machista e violenta da região mato-grossense.

¹⁶⁸ Lei Complementar Nº 31, de 11 de outubro de 1977.

¹⁶⁹ SOUZA, Mariana Jantsch. Fronteiras Simbólicas – espaço de hibridismo cultural, uma leitura de Dois irmãos, de Milton Hatoum. *Letrônica*, v. 7, n. 1, p. 475-489, 2014.

¹⁷⁰ *Ibidem*. p. 477.

¹⁷¹ Paraguai contra Tríplice Aliança (Império do Brasil, Argentina e Uruguai).

¹⁷² Um significativo traço do Stronismo foi a perseguição às sexualidades e identidades dissidentes. O caso *108 y um quemado* (1959), referente à investigação do assassinato de Bernardo Aranda, marca o início de extensos ataques e violências contra a população gay e travesti paraguaia. Esta onda de perseguições, realizadas principalmente pelo Estado, levou à prisão e tortura de mais de uma centena de pessoas, acusadas de “duvidosa conduta moral”, ou de “possíveis assassinos passionais de Aranda”. De acordo com a historiadora Clara Cuervas, grande parte da sociedade paraguaia atuou ativamente na averiguação deste caso, realizando denúncias anônimas e aleatórias, na ânsia por assegurar a ideologia heteronormativa. Vinte cinco anos depois, o movimento de caça aos homossexuais e travestis supostamente envolvidos no *Caso Palmieri* (1982) expõe a ressonância histórica do episódio e a manutenção das práticas de repressão. Desta vez, aproximadamente seiscentas pessoas foram presas, todas acusadas de “condutas amorais”. Documentos do *Arquivo del Horror* revelam que muitos detidos neste caso foram levados para a *Tercera*, o mais famoso centro de tortura da Ditadura Stronista. CUEVAS, Clara Eliana. Crime, sexualidade e opinião pública: o caso *108 y quemado* em Assunção, 1959. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 11, p. 63, 2019.

O sul do Estado de Mato Grosso era, desde a formação histórica, o lugar da heterogeneidade em todos os sentidos. No ir e vir da fronteira, as vozes, falas, cores, roupas, risos, cheiros, sons e rostos lembravam o Paraguai, a Bolívia, as regiões andinas, um pouco de cada região do Brasil e das populações indígenas locais. Os paraguaios eram maioria entre os imigrantes estrangeiros. A fronteira do Brasil com o Paraguai, seca ou fluvial, permitia vários pontos de passagem entre os dois países, principalmente entre Ponta Porã e Bela Vista. [...] No sul do Estado de Mato Grosso, os fronteiriços compartilhavam as mesmas experiências, alegrias, pesares, os mesmos gostos musicais e vivenciavam problemas comuns. O espectro cultural era heterogêneo, variável e afastava-se do macronacional. [...] O constante ir e vir fronteiriço permitia o livre trânsito de gentes, culturas, mercadorias, veículos, animais e doenças. A fronteira, como espaço dinâmico, vivo e variável possibilitava uma comunicação ampla e irrestrita.¹⁷³

Valmir Batista Corrêa nos auxilia a compreender os fatos políticos e sociais que marcaram a evolução histórica da região. De acordo com o pesquisador, a violência foi se transformando em uma forma de viver e sobreviver no Mato Grosso.¹⁷⁴ Durante a transição do Império para a Primeira República, houve um aumento nas disputas por legitimidade do poder local, contribuindo para o surgimento de fenômenos como o *Coronelismo Guerreiro* e do *Banditismo Endêmico*.¹⁷⁵ Este contexto aflorou combates sangrentos na região ainda nas primeiras duas décadas de 1900.¹⁷⁶

O domínio político esteve então na mão dos grandes coronéis, que viviam a reprimir os bandos, impondo à sociedade mato-grossense um cotidiano explicitamente violento.¹⁷⁷ Os chamados *coronéis guerreiros*, caracterizados pela política das armas, restringiram-se mais ao sul do estado e, por consequência da relação com as migrações gaúchas na fronteira, semearam a ideia do separatismo.¹⁷⁸

Em relação aos costumes, a cultura coronelista também se formou a partir de um projeto de nação moderna, que aspirava ao progresso, baseado no machismo e na discriminação, em que se rejeitava o “diferente” e controlava as relações íntimas, afetivas e sexuais, conformadas

¹⁷³ MARIN, Jéri Roberto. Fronteiras e fronteiriços: os intercâmbios culturais e a nacionalização da fronteira no sul do estado de Mato Grosso. *Fronteiras*, v. 4, n. 7-9, p. 151-182, 2000.

¹⁷⁴ CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995. p. 29.

¹⁷⁵ Segundo Valmir Corrêa (1995), a luta política no Mato Grosso assumiu tamanha proporção que se transformou em um meio de vida e uma atividade econômica, forjando o aparecimento do *Coronelismo Guerreiro*, fazendo política pelas armas, contra o *Banditismo Endêmico*, compreendendo a sociedade rural da região que se organizou em bandos, tais como agregados, posseiros, assalariados, camponeses, sem-terra e marginais.

¹⁷⁶ CORRÊA, Valmir Batista. op. cit. 1995. p. 29.

¹⁷⁷ Ibidem. p. 29.

¹⁷⁸ Ibidem. p. 19.

ao ideal reprodutivo (portanto heterossexual), branco e viril.¹⁷⁹ Percebemos a influência deste ideal na construção do *1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande*, instituído seis anos após o surgimento do município, e visando determinar condutas a serem seguidas pelos habitantes.

Com a Proclamação da República, um novo ideal de modernidade pautou as transformações das cidades brasileiras. Dos grandes centros urbanos aos mais distantes rincões do país, a ordem era moralizar, limpar e higienizar o espaço urbano com a finalidade de obter progresso e desenvolvimento. [...] Um dos instrumentos privilegiados do ordenamento social foi o Código de Posturas. [...] Em nome dessa nova vivência o Código dedicou-se a orientar o cidadão sobre os aspectos sociais e morais de comportamento...¹⁸⁰

Coronéis guerreiros só sentiram abalos em seu sistema político a partir da década de 1930, em virtude do surgimento de novas forças sociais e do rápido processo de urbanização de Campo Grande, onde se impulsionou o comércio pelos trilhos ferroviários.¹⁸¹ Outro fator a diminuir gradualmente e temporariamente este modelo foi a interferência da Ditadura do Estado Novo (1937 - 1945), alheia aos interesses regionais. Além da repressão político-policial, foi imposto o processo de desarmamento e o ideário unionista. Porém, estas ações não significaram o desaparecimento do desejo separatista, tampouco acabaram de forma definitiva com a influência dos coronéis na política.¹⁸²

No caso do pacto entre coronéis, a submissão foi intermediada por troca de favores e espírito de corpo que uniram e preservaram o poder construído nas práticas cotidianas da violência, explícitas ou subliminares. Nessa linha de interpretação, pode ser percebida uma incontestável semelhança das práticas políticas dos separatistas do século XX com as velhas artimanhas do coronelismo tradicional, observada nos documentos mais contundentes como manifestos e boletins, alguns apócrifos, outros declaradamente autorais. A partir da década de 1930, tal estrutura de poder autoritário utilizou-se de um verniz democrático, da fala em nome do povo, embora excluísse do poder de decisão a maioria da população, e do populismo que deslocou o eixo do poder local do ambiente rural para o ambiente urbano, mas sempre carregando em suas entranhas os germes do conservadorismo e da violência. Assim, esse conservadorismo de políticos mato-grossenses, mormente no Sul do Estado, teve as

¹⁷⁹ MISKOLCI, Richard. op. cit. p. 42.

¹⁸⁰ SILVA, M. P.; TRUBILIANO, C. A. B. Código de Posturas e a modernidade em Campo Grande (1905 – 1930). **Albuquerque: journal of history**, v. 2, n. 4, 20 jun. 2017. p. 129.

¹⁸¹ CORRÊA, Valmir Batista. op. cit. 1995. p. 21.

¹⁸² Uma reflexão sobre a história de Mato Grosso do Sul. **Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul [online]**, 3 out. 2021. Disponível em: <<https://ihgms.org.br/artigos/uma-reflexao-sobre-a-historia-de-mato-grosso-do-sul-43>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

características típicas do pensamento elitista que planeja o futuro com os olhos do passado e com a preservação de privilégios.¹⁸³

A separação do estado do Mato Grosso, disputa que se estendeu até os anos 1970, pode ser entendida como parte integrante de um processo histórico que envolve, entre diversas hipóteses, articulações e interesses políticos elitistas, autoritários, conservadores e morais, sob pretexto da busca pela modernização, ordem e progresso.¹⁸⁴

Finalmente, a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, fruto de um ato manifesto do presidente Ernesto Geisel, amparado em seus tecnocratas, passou ao largo da história do povo sulista e dos “divisionistas”. Vigorou a narrativa da centralização do poder e dos **projetos modernizantes** que pretendiam domar o bravo território das fronteiras da nova unidade da federação, que permaneceu fincado em suas raízes históricas e singulares.¹⁸⁵

Segundo Nataniél Dal Moro, discussões sobre a busca pela modernização aparecem recorrentemente para pensar o desenvolvimento das cidades brasileiras no período da Ditadura Civil-Militar, incluindo as de médio porte, como Campo Grande.¹⁸⁶ Como consta em diversos suportes documentais, o município recebeu milhares de imigrantes, em grande parte paraguaios, e migrantes da zona rural ou de outras regiões do país, entre as décadas de 1950 a 1980, tornando-se, cada vez mais, uma das metrópoles regionais do centro-oeste brasileiro.¹⁸⁷

Ao mesmo tempo em que se tornava capital do recém-criado estado sulista, houve a intensificação da miséria e pobreza em vários pontos da urbe. O historiador identifica que esta explosão demográfica e o aumento da população em situação de rua intensificaram o surgimento de tensões sociais.¹⁸⁸

Campo grande vem enfrentando ultimamente um sério obstáculo no que se refere à assistência social, e diversos fatores vem contribuindo para tal. Inúmeras vezes, na 14 de Julho e Avenida Calógeras, observamos estirados na calçada, com feridas à mostra, pessoas que nos imploram a caridade. Ora são mulheres com crianças no colo, que “choram a triste sorte”. O que se verifica, também, é que atualmente existe uma área de concentração dos pedintes, na cidade, pelo menos de uma parte deles. O bom

¹⁸³ Ibidem.

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ Ibidem. Grifo nosso.

¹⁸⁶ MORO, Nataniél Dal. **Cidade de Campo Grande: cotidiano urbano (décadas 1960-70)**. El Futuro del Pasado, 7, 2016. p. 535.

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ Ibidem. p. 540.

observador, irá notar que a Rua Dr. Demístocles, entre a 14 de julho e a Avenida Calógeras, onde funcionou a sede da Copobel, mostra um triste quadro: são quase 40 pessoas que se aglomeram no local. De homens, mulheres e crianças, o “ponto” está repleto.¹⁸⁹

Notícias do *Jornal Correio do Estado*¹⁹⁰ foram as principais fontes utilizadas por Dal Moro na construção de seu trabalho sobre o cotidiano urbano de Campo Grande, entre as décadas de 1960 e 1970. Para ele, este veículo mantinha uma postura bastante forte no sentido de cobrar providências do poder público, da polícia e da sociedade em geral para a expulsão de “imorais” do centro da cidade. O objetivo era edificar a capital, atingindo determinados padrões de civilização moderna e em desenvolvimento, defendidos pelas elites.¹⁹¹

O CE [Correio do Estado] só não se mostrou divergente em um ponto: sempre defendeu um projeto para a cidade de Campo Grande, o de uma cidade que deveria ser constantemente modernizada. Ao fazer isso teve que combater, sempre, a maior parte do cotidiano das **pessoas comuns** existentes na urbe, cujas práticas por vezes se afastavam, quase que totalmente, do projeto pensado pelo impresso e que visava edificar uma cidade segundo determinados padrões de ordem e de higiene, progresso e modernidade/modernização à época considerados necessários pela maioria da elite cidadina. Intentando transformar a cidade em um espaço mais civilizado e mais desenvolvido, esse periódico se prestou a divulgar sistematicamente nas décadas de 1960-70 matérias que retratavam **as limitações da urbe na luta pelo progresso**.¹⁹²

As limitações da urbe para o progresso, a que se refere Dal Moro, seriam as *pessoas comuns*, as quais o autor especifica como indivíduos sem carteira de trabalho assinada, mendigos de ambos os sexos, moradores de rua, andarilhos, enfermos, indigentes debilitados fisicamente, pessoas embriagadas, vendedores ambulantes e profissionais do sexo.¹⁹³ Uma parcela da população que infringia o – já citado no capítulo anterior – Artigo 59 da Lei Nº 3.688 de 1941, conhecida popularmente como “Lei de Vadiagem”, incluindo as travestis.

A detenção por desordens, ou por “tirar a ordem”, expressa na breve notícia sobre a prisão de “travestis bagunceiros” a seguir, revela a continuidade do ideal modernizante ainda

¹⁸⁹ *Jornal Correio do Estado*. Um triste “espetáculo” no centro da cidade. Campo Grande, p. 2, 19 nov. 1975.

¹⁹⁰ Com apoio de políticos do sul do Mato Grosso ligados à União Democrática Nacional (UDN), o *Jornal Correio do Estado* foi lançado em 1954, com o objetivo de difundir ideias do partido. De caráter conservador, apoiou o Golpe civil-militar de 1964 e foi um veículo muito importante no processo separatista do estado.

¹⁹¹ MORO, Nataniél Dal. Uma cidade (in)civilizada: Elite, povo comum e viver urbano em Campo Grande (Décadas de 1960-70). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 30, n. 1, 2012. p. 5.

¹⁹² MORO, Nataniél Dal. op. cit. 2016. p. 538. (Grifo nosso).

¹⁹³ MORO, Nataniél Dal. **Modernização urbano-cidadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)**. 2007. Dissertação de Mestrado em História Social – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007. p. 17.

na passagem do século. Outro elemento importante a se destacar é a forma debochada como o *Jornal Primeira Hora* se refere às travestis, escancarando um jornalismo transfóbico.

Depois de receber denúncia de que “elementos” (ô termozinho...) estariam promovendo desordens na vila Progresso, policiais foram para o local (onde?) e fizeram a detenção de vários travestis, que foram conduzidos para a Metropol (aí, Mau-mau, cela especial, hein?). Foram detidas a... João José Ribeiro, de 20 anos; a... Nelson dos Santos Serra, 23; a... Rubens Santos Carvalho, 20; e... Elvis da Cruz Parreira, 21.¹⁹⁴

O historiador Victor Mariusso argumenta que a zombaria e a ridicularização das pessoas LGBTQIA+ se configuraram como uma prática comum e recorrente na imprensa brasileira. O veículo *Primeira Hora Polícia* mostra que em Campo Grande, os padrões não foram diferentes.

“BOFE” SURRA TRAVECÃO

O Cristiano José Vidal Venceslau apanhou que nem cachorro de um sujeito, depois de muita discussão sobre “negócios”. Ah, o Cristiano, na região das avenidas Afonso Pena e Calógeras, é a conhecida “Cris”, um travecão “dupirú”. Não é que ele resolveu peitar o “bofe” com quem fez um programa na véspera. “Cris” argumentou com o sujeito que cumpriu o combinado. Mas o “bofe”, mau pagador, enfatizou que não poderia pagar o “mixê” por que teve ejaculação precoce (nossa, eu hein!). Depois do bate-bocas, o sujeito resolveu botar prá quebrar, e aplicou sessão de porradas na bicha. Cada uma...¹⁹⁵

A JIRIPOCA PIU NO ZOOLOGICO DA COSTA E SILVA, TRECHO DA BICHARADA

Quem voltou para rever os amigos do trecho foi o Rubens Santos de Carvalho. Ele estava numa prosa animada com os amiguinhos viadinhos ali da Costa e Silva, quando de repente, a jiripoca piou. Confusão dos diabos, chilique dos boiolas, a cena das bichas agitadas no trecho e nesta sobrou pro Marcolino que levou um tiro no braço direito, sendo socorrido por uma equipe do Corpo de Bombeiros e levado direto para o PS da Santa Casa.¹⁹⁶

A imagem atrelada às travestis como a figura do bandido, do assassino, da vítima, em um discurso hostil e apelativo, foi responsável, como vimos no capítulo anterior, pela exclusão dessas pessoas e da “construção de combate ao outro que se difere de mim”.¹⁹⁷ Aparentemente inofensivo, Mariusso afirma que esta ação também representa uma forma de violência.

¹⁹⁴ *Primeira Hora Polícia*. Travestis Bagunceiros. Campo Grande, 31 dez. 2000. Acervo privado ATMS.

¹⁹⁵ *Primeira Hora Polícia*. “Bofe” surra travecão. Campo Grande, 4 jul. 2000. Acervo privado ATMS.

¹⁹⁶ *Primeira Hora Polícia*. A jiripoca piou no zoológico da Costa e Silva, trecho da bicharada. Campo Grande, 20 ago. 2000. Acervo privado ATMS.

¹⁹⁷ MARIUSSO, Vitor Hugo da Silva Gomes. op. cit. 2015. p. 48.

No mesmo período, em contraste à estas publicações estigmatizantes, jornais como a *Folha do Povo*, já noticiavam denúncias feitas por travestis sobre a grave violência estatal e o nascimento da ideia de uma organização.

A reclamação dos cerca de 150 travestis e 80 garotos de programa da Capital é contra a violência da polícia. [...] O travesti Cristiano, 21 anos, conhecido como Cris, relata que já foi agredido várias vezes por policiais e, por conta do preconceito, quase foi impedido de abrir crediário de calçados. “Acham que porque sou travesti vou dar calotes”, conta. Ele afirma que a meta é organizar um movimento para a criação de uma associação que una homossexuais do sexo masculino, para combater o preconceito e a violência contra travestis, visando, inclusive, à implantação de um disque-defesa para amparar travestis agredidos.¹⁹⁸

Concluimos que, em linhas gerais, a colonização europeia deixou heranças autoritárias, conservadoras, patriarcais e heteronormativas na cultura brasileira. No sul do Mato Grosso, a experiência da tríplice fronteira, considerando contextos políticos, econômicos e sociais, em especial do caso paraguaio, também influenciou os costumes machistas e violentos da população local.¹⁹⁹ Além disso, uma das motivações para a assinatura de criação do estado sulista também representou o desejo pela exclusão de populações fora dos padrões morais de comportamento. Qual o papel de uma associação de travestis, que luta pelo fim de tais heranças, a não ser uma fissura neste sistema? O surgimento e as conquistas da ATMS representam o rompimento de uma hegemonia “bruta, rústica e sistemática”.

2.2 Memórias travestis

O principal caminho proposto para a análise da trajetória da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS) se deu através das narrativas de suas integrantes e fundadoras. Os fios condutores da presente discussão compreendem entrevistas com seis travestis associadas, realizadas por mim entre os anos de 2019 e 2022. Tais depoimentos variam entre as que atuam desde o início da organização, até as que entraram ao longo do tempo. São

¹⁹⁸ *Folha do povo*. Travestis sofrem violência nas ruas. Campo Grande, 24 jul. 2000. Acervo privado ATMS.

¹⁹⁹ De acordo com a pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizada entre os anos de 2015 e 2017, neste período, o Mato Grosso do Sul foi o líder nacional em feminicídio e processos de violência doméstica contra a mulher. Além disso, o mesmo estudo aponta que o estado se configura como inseguro e hostil para pessoas LGBTQIA+. Por estes motivos, Campo Grande foi a primeira cidade do país a receber uma unidade da Casa da Mulher Brasileira, inaugurada em março de 2015, durante o governo de Dilma Rousseff e o Mato Grosso do Sul foi o primeiro estado a integrar uma Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT no organograma do governo (2017).

elas Cristiane Stefanny Vidal Venceslau, Cláudia Assumpção, Daniela Raylana Thaylor, Alessandra de Oliveira, Hellen Kadory e Dayane Vasconcelos. Apresentamos, para além da biografia dessas sujeitas históricas, os processos de fundação, desenvolvimento, atuações e realizações da organização.

Tais testemunhos recompõem histórias individuais e coletivas, evidenciando inúmeras formas de viver e sobreviver, sendo uma pessoa trans, em território sul-mato-grossense. Manifestamos de início que o presente estudo, produzido a partir da metodologia da História Oral, não se propõe a dar voz a estas pessoas. Elas mesmas falam por si e vêm publicizando suas trajetórias em diversos meios de comunicação.

Eu sou Cris Stefanny, sou militante LGBT e fundadora da Associação das Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul. [...] Bom, Mato Grosso do Sul era um estado totalmente arcaico, um estado onde não se respeitava a questão das diferenças e das liberdades de expressão das pessoas... [...] Então a partir de 2002 a gente começa a tomar as ruas...[...] De modo que hoje no nosso estado temos leis, decretos, e órgãos públicos que defendem a pauta LGBT, graças ao trabalho realizado pelo movimento.²⁰⁰

A produção de História Oral de Vida não significa uma compensação para a incapacidade dos depoentes em escrever sobre si mesmos. Este processo consiste em uma análise sistêmica das biografias destes indivíduos, visto que são utilizados métodos de pesquisa.²⁰¹ Para Verena Alberti, um dos principais alicerces da História Oral é a narrativa, ou seja, o entrevistado transforma e organiza as mais variadas experiências vividas em linguagem. O passado existe independente da ou das narrativas, portanto são “versões” de um mesmo acontecimento. Este argumento norteou-me a não tratar os depoimentos em questão como a própria realidade, mas sim como uma fonte válida que não dará conta de recompor o passado por completo, porém amplifica as possibilidades de interpretação dele. Esta metodologia, que foi inicialmente tratada com desconfiança por produzir fontes carregadas de subjetividades e distorções, hoje nos mostra que até tais aspectos podem gerar boas compreensões, tanto dos valores coletivos, quanto das próprias ações de um grupo.²⁰²

²⁰⁰ História LGBT de Campo Grande MS. Publicado no canal Cris Stefanny. *Youtube*. 28, nov. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vZM02MrmBJc>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

²⁰¹ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 166.

²⁰² *Ibidem*.

No caso das integrantes da ATMS, o estudo poderá auxiliar outros campos historiográficos como a história política e cotidiana, resgatando formas de articulação em diferentes camadas sociais, além de enriquecer estudos sobre memória.

Ao mesmo tempo, o trabalho com a História Oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História Oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo.²⁰³

Para Maurice Halbwachs, a *memória* é compreendida como um fenômeno coletivo, sendo mais rico o processo de reconstrução do passado analisando-o de acordo com pontos de vista compartilhados.²⁰⁴ Por este motivo, buscamos uma variedade de depoimentos para a escrita da trajetória da ATMS: “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação.”²⁰⁵

A noção de *memória em disputa*, proposto pelo sociólogo Michael Pollak, aprofunda o entendimento sobre o múltiplo caráter da memória. Ela pode estar *subterrânea*, isto é, silenciada, lembrada somente por um grupo e guardada por meios informais de comunicação ou muito conhecida como a memória oficial, fortalecida e de difícil rompimento.²⁰⁶ A visibilidade das travestis do Mato Grosso do Sul neste trabalho, tais quais suas lutas políticas, são um marco onde as “memórias subterrâneas” emergem nas pesquisas e ruas brasileiras. Como uma disputa de poder, suas narrativas confrontam aquelas construídas a respeito da população travesti no Brasil, a partir de um jornalismo sensacionalista e de um regime autoritário, violento, conservador e estigmatizante.

A História Oral traz também uma especificidade interessante quando consideradas as cargas traumáticas e emocionais presentes em determinados depoimentos. Maria Paula

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006. p. 29.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1989. p. 3.

Nascimento Araujo fala sobre a impossibilidade do historiador em ignorá-las.²⁰⁷ Coordenando projetos de pesquisa como o “Marcas da Memória”, produzindo entrevistas com pessoas cujas histórias de vida são atreladas à perseguição política no período da ditadura, e “Vozes de Antígona”, com depoimentos de mães de vítimas de violência de Estado em contexto democrático no Rio de Janeiro, a historiadora registrou fontes orais que, para além de disputar memórias, carregam sentimentos e ressentimentos profundos.²⁰⁸ Para o depoente, narrar o trauma pode ser uma possibilidade de estabelecer uma ponte com o outro, romper muros. Esta narrativa pode ter um sentido de renascer.²⁰⁹

Ainda de acordo com Araujo, nas narrativas históricas clássicas, as emoções dos cidadãos ilustres foram úteis para explicar certos acontecimentos, diferentemente da população em geral, que até então, não tinha voz e muito menos espaço para sentir. Posteriormente, a historiografia marxista e a Escola Francesa dos Annales, já no início do século XX, adotaram a objetividade como grande eixo da escrita da história, desvalorizando o sujeito e ocupando-se “das grandes massas e movimentos de longa duração”.²¹⁰ Mesmo que o recolhimento de testemunhos para o melhor entendimento do passado não seja uma novidade do século XX, a partir da Segunda Guerra Mundial, este evento marcou a História Oral “moderna” pela iniciativa de historiadores em buscar relatos para além das elites, e pelas possibilidades trazidas através das novas tecnologias em gravar as entrevistas.²¹¹

Neste sentido, enxergamos a metodologia de História Oral como uma revolução dentro da historiografia tradicional, que torna possível a visibilidade, no caso das integrantes associadas, de seus propósitos, afetos, sentimentos e traumas. Para Dominik LaCapra, o testemunho traz para o historiador um conhecimento específico que nos transporta para um passado que não pode ser percebido através dos arquivos documentais tradicionais.²¹² O depoimento, portanto, assume um papel importante nas pesquisas sobre violência de Estado e

²⁰⁷ ARAUJO, Maria Paula. Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral. In: MAIA, Andréa Casa Nova; MORAES, Marieta de (Orgs.). **Outras Histórias. Ensaios em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2012. p. 176.

²⁰⁸ Os acervos do *Marcas da Memória* e *Vozes de Antígona* se encontram no Núcleo de História Oral e Memória do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO - UFRJ).

²⁰⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

²¹⁰ ARAUJO, Maria Paula. op. cit. p. 179.

²¹¹ ALBERTI, Verena. op. cit. p. 166.

²¹² LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005. p. 105.

história dos movimentos sociais de travestis no Brasil, por mais dolorido que seja o ato de narrar. O exercício de escutar tais depoimentos, que abarcam cargas traumáticas, ainda para LaCapra, também é pensado em uma problemática. A escuta faz do historiador uma testemunha secundária do acontecimento, sendo necessária uma compreensão subjetiva e empatia com o que está sendo ouvido.²¹³

Neste sentido, pode-se analisar também as relações tensas entre travestis e policiais em um determinado período em Campo Grande, a violência cruel e apagada, a discriminação dentro do próprio meio LGBTQIA+, a militância e a diminuição da violência como consequência de luta por direitos. Pensar em memória travesti nos obriga a repensar a economia, a política, as relações afetivas, a cultura, os costumes e a visão histórica de comunidades periféricas.

2.2.1 As depoentes

Entrevistei Cristiane Stefanny Vidal Venceslau pela primeira vez em um local público, ainda em 2019, para a construção de meu trabalho monográfico sobre sua trajetória política.²¹⁴ Com duração de uma hora, o depoimento revelou caminhos que a levaram a idealizar, aos vinte e um anos de idade, um movimento organizado. Posteriormente, nos encontramos mais duas vezes para novas gravações, uma em sua casa, atual sede da ATMS, e a outra no Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) do Mato Grosso do Sul.

A trajetória de Cristiane foi marcada, ainda na pré-adolescência, quando, em 1992, mudou-se com a família do interior da Paraíba (PB) para Campo Grande (MS), abrigando-se então na casa de uma tia, no Bairro São Francisco. Seus pais não se adaptaram à cidade, e após dois anos decidiram regressar. “Cris”, como a depoente prefere ser chamada, ficou. Neste período, já havia arrumado dois empregos, um na Floricultura Rosalândia e outro como balconista na lanchonete Gugu Lanches. Foi ausente, em seus primeiros anos na capital, a preocupação com a própria identidade de gênero, visto que a necessidade de arrumar trabalho e moradia eram questões mais urgentes.

²¹³ Ibidem. p. 115.

²¹⁴ MÜLLER, Ludmila Neves. **Memória Travesti: A trajetória política de Cristiane Stefanny Vidal Venceslau**. 2020. Monografia - Bacharelado em História. Orientadora: Maria Paula Nascimento Araujo. UFRJ/IFCS/Instituto de História, Rio de Janeiro, 2020.

[...] claro que nessa idade eu não tinha todo um entendimento sobre a questão da minha vida enquanto pessoa, enquanto gênero, tipo assim, eu estava mais preocupada em questão de como melhorar minha vida, eu não tinha uma vida sexual.²¹⁵

No decorrer da entrevista, Cris relata que seu primeiro contato com o universo trans aconteceu nos bares que passou a frequentar ao longo dos anos. Vistas como “exóticas, estranhas, bizarras e ameaçadoras” ou “delinquentes, perigosas e criminosas”²¹⁶, o imaginário pejorativo construído e atribuído às travestis, principalmente através da imprensa, parecia estar presente até mesmo no discurso de homossexuais em Campo Grande. Quando começou seu processo de hormonização²¹⁷, foi alertada que ao tornar-se travesti, seria privada de oportunidades, além de ter seus direitos violados.

[...] Nesse sábado que eu fui, começou a chegar umas mulheres exuberantes, seios grandes, de quadril, todas bonitas, tal, e eu fui fazer amizade. Aí eu lembro que os gays na época, eu era bem novinha, eu tinha o que... Quinze ou dezesseis anos na época eu acho e existia muita resistência, os gays falavam pra não falar com elas, “ai, porque elas são diabólicas, porque elas matam, roubam e andam com gilete”, enfim, toda aquela coisa... [...] E eles diziam: “ah, porque você não vai poder entrar no shopping, não vai conseguir emprego, né, e fora a violência policial, porque aqui o DEOPS, que era a delegacia de Ordem e Política Social aqui de Campo Grande descia o sarrafo mesmo, batia, espancava, torturava e tal...”²¹⁸

Esta transição, realmente, provocou desemprego e vulnerabilidade, levando Cris a passar mais de doze anos na prostituição. Foi neste período que, segundo ela, sentiu a violência abusiva da polícia.

[...] a questão da violência policial eu não só presenciei várias delas como também fui vítima de algumas delas, né... É claro que a pior de todas é a violência física, mas também tinha a violência verbal...²¹⁹

Em sua notória trajetória como líder da ATMS, Cristiane foi a primeira travesti nomeada para um cargo executivo municipal (2015), como Coordenadora de Políticas Públicas LGBT na Subsecretaria Municipal de Defesa dos Direitos Humanos de Campo Grande, e chegou, entre

²¹⁵ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 26 fev. 2019.

²¹⁶ KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 49.

²¹⁷ Para travestis e mulheres transexuais, a hormonização consiste na administração de estrogênio por via oral ou injetável e de antiandrogênicos que bloqueiam a ação excessiva da testosterona.

²¹⁸ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2019.

²¹⁹ Ibidem.

os anos de 2012 e 2016, à presidência da Associação Nacional das Travestis (ANTRA). Em 2022, finalmente realizou o sonho de ingressar no curso de Direito.

Cristiane foi a porta de entrada para o contato com outras associadas, compartilhando o nome das que, segundo ela, atuaram ao seu lado de forma ativa em muitos projetos. Cláudia Assumpção e Daniela Raylana Thaylor, integrantes desde 2001, Alessandra Oliveira, desde 2004, Hellen Kadory, desde 2007 e Dayane Vasconcelos, desde 2013, demonstraram interesse em relatar suas trajetórias, auxiliando no desenvolvimento desta pesquisa.

Devido ao isolamento social implantado entre os anos de 2020 e 2022, referente à pandemia do COVID-19, algumas entrevistas foram realizadas à distância²²⁰, via plataformas de interação online. Ricardo Santhiago e Valéria Magalhães refletem sobre o papel do corpo na História Oral e uma possibilidade de acordo entre o ambiente virtual e os princípios da metodologia. Os autores concluem que o físico não é desmaterializado no espaço remoto, mas sim reconfigurado, preservando alguns aspectos que devem ser levados em conta na produção de fontes orais, potencializando a ligação entre o entrevistador e o entrevistado. Eles também afirmam que as mudanças tecnológicas orientam hábitos, e os historiadores orais não devem estar alheios a tais avanços, parando no tempo junto ao gravador.

As novas tecnologias não podem ser ignoradas, sobretudo em situações nas quais consistem na única forma de viabilização da pesquisa. O recurso virtual deve ser entendido como mais uma ferramenta a aproximar entrevistador e entrevistado, um recurso de coligação útil, um caminho para o entendimento das complexas interações e dos pontos de vista sobre a história que não estariam disponíveis de outra forma.²²¹

Os depoimentos de Daniela Raylana e Alessandra Oliveira foram gravados em um encontro presencial e noturno, próximo à Avenida Costa e Silva, área tradicionalmente conhecida pelos pontos de prostituição. Por trabalhar há mais de trinta anos na região, Raylana, como prefere ser chamada, é tratada com respeito pelas profissionais do sexo que apareceram durante o tempo que estive no local, sendo chamada de “madrinha” e recebendo reverências. Raylana começou seu processo de hormonização ainda na adolescência, sem acompanhamento médico e escondida da família, que pouco tempo depois a expulsou de casa. Assim como Alessandra Oliveira, mudou-se ainda menor de idade de Corumbá (MS) para Campo Grande, onde começou a trabalhar na prostituição.

²²⁰ Foram realizadas à distância as entrevistas com Cláudia Assumpção, Helen Kadory e Dayane Vasconcelos.

²²¹ SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 27, 2020. p. 11.

Minha chegada mesmo na rua foi complicada, não tenho a data certa, mas foi em 1989 que eu vim. Eu comecei a trabalhar na Avenida Calógeras, na prostituição, lá realmente também era muito violento... [...] Eu ficava sozinha na época, mas depois foram chegando outras meninas, montamos um pontinho das corumbaenses.²²²

Após algumas tentativas frustradas de ir para a Europa, em busca de melhores condições de trabalho, realizou um curso de cabeleireira. Trabalhou por muito tempo em um salão de beleza, mas precisou voltar para as ruas quando ficou responsável por cuidar de seus sobrinhos, conciliando o emprego formal durante o dia e o trabalho no ponto a noite. Atualmente Raylana vende salgados todas às terças e quintas-feiras nos arredores da Avenida Costa e Silva, sentada em uma mureta, sendo um ponto de apoio para as meninas no local, além de distribuir camisinhas para a proteção das “afilhadas”, que estão na prostituição.

Vítima de diversas batidas policiais, Alessandra Oliveira relata que algumas vezes os agentes “vinham com tudo”, levando todas as travestis e profissionais do sexo para o “paredão”. Outras vezes as levavam para longe do centro, em uma tentativa de higienizar a cidade. Ao longo da entrevista, conta que foi vítima de diversos abusos policiais, testemunhando que o medo de estar nas ruas era constante. De acordo com a depoente, tais episódios aconteciam com muita frequência antes da criação da ATMS.

Nessa época a polícia apavorava, os meninos saíam do quartel e praticavam violência contra nós... Era a época da ginástica, a gente corria e corria da polícia, corríamos até de carro de bombeiro...²²³

Internada aos onze anos em uma clínica psiquiátrica por “se comportar como menina”, a travestilidade de Cláudia Assumpção não fugiu ao estigma patológico atribuído à sua comunidade. Após cinco anos tratando uma doença inexistente, voltou para a casa da família assumindo de fato quem era: uma travesti.

O meu pai me internou com onze anos em uma clínica de psiquiatria porque achava que eu era doente, fiquei cinco anos tratando de uma doença que eu nunca tive... Nunca existiu... Mas eu pego o bom disso, porque quando eu voltei pra casa da minha família eu já voltei com outra ideia, me assumi mesmo travesti que era de fato quem eu era, eu tinha vários apelidos na escola mas não sabia quem eu era... E depois eu sabia quem eu era, travesti e fiquei bem resolvida.²²⁴

²²² THAYLOR, Daniela Raylana. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 17 mar. 2022.

²²³ OLIVEIRA, Alessandra de. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 17 mar. 2022.

²²⁴ ASSUMPÇÃO, Cláudia. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 26 abr. 2021.

Esta autoafirmação fez com que, aos dezesseis anos, fosse expulsa da escola e interrompesse seus estudos. O preconceito e a falta de formação profissional a excluiu do mercado de trabalho formal, sendo jogada compulsoriamente para a prostituição. Atualmente, a partir de uma trajetória extensa de militância política, Cláudia exerce o cargo de Coordenadora de Políticas Públicas LGBTQIA+ no município de Dourados (MS).

A entrevista com Hellen Kadory aconteceu em duas etapas, sendo a primeira de forma remota, e a segunda em sua casa, nos fundos do *pet shop* em que trabalha. Aos cinquenta anos e natural de Campo Grande, a depoente afirma que apesar das dificuldades em ser uma travesti preta no Brasil, tem orgulho de ser quem é. Nasceu em uma família de classe média baixa, que apoiou o seu processo de hormonização quando ainda era adolescente. A aceitação de seus pais, exceção à regra da maioria das trajetórias trans, não foi o suficiente para desviá-la do caminho da prostituição, visto que, durante muito tempo, não encontrou lugar no mercado de trabalho formal. Nas ruas, foi vítima de diversas violências e acabou se tornando adicta.

Nasci dentro de uma família que nunca foi rica, nunca foi pobre, mas que sempre me deu condições. Aos meus dezessete anos descobri a minha transexualidade e comecei a frequentar casas noturnas, guetos de boates gays, como era falado antigamente, GLS, e fui me descobrindo... Comecei a usar hormônios, e quando vi, já tinha me tornado uma mulher travesti. Todo início é meio complicado dentro da família, mas tive apoio dos meus familiares, e por incrível que pareça, eu tive primeiro a aceitação do meu pai. Esse apoio me deu uma força maior para continuar... Esse apoio é fundamental, mas mesmo assim, mesmo com esse apoio, eu acabei indo para a prostituição. [...] Eu não me identificava com aquilo ali, eu não queria, não gostava daquilo, de ser profissional do sexo, aquilo me incomodava muito, então estar ali nas ruas era uma revolta pra mim na época. E foi nesse momento que eu conheci as drogas, e aí que foi a ladeira abaixo... Só que aí entra na minha vida a Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul, a Cris começou com aquele assunto, eu mesma não acreditava naquilo, “travesti ter direito?” [...] Eu fui um resgate da ATMS, por isso eu defendo essa instituição com unhas e dentes.²²⁵

Hellen se tornou uma artista e performer conhecida no meio LGBTQIA+ em Campo Grande, e já atuou no cargo de Presidente do Fórum Estadual LGBT do Mato Grosso do Sul.

Dayane Vasconcelos escolheu não comentar sobre sua infância e juventude, preferindo narrar sua vida a partir do início de sua militância, no 6º Congresso do Movimento Sem Terra (MST), que aconteceu em Brasília, no ano de 2013. Ao retornar para Mato Grosso do Sul, relata que procurou fazer parte da ATMS, integrando diversos projetos.

[...] quando eu retornei ao Mato Grosso do Sul eu precisava de um rumo, alguma coisa que me incentivasse a sair da rua, da prostituição... Do mundo da prostituição... E eu vi a ATMS com essa intuição, com esse intuito, de me fortalecer na militância, lutar pelos direitos da população LGBT e também de ter ali do meu lado pessoas que

²²⁵ KADORY, Hellen. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 10 mai. 2021.

queriam me ajudar a sair desse mundo da prostituição. Esse foi um dos incentivos que eu tive pra militar... [...] A ATMS também me ajudou muito, na verdade ela foi um dos pontos iniciais da minha vida, eu não tinha estudo... Eu vivia da prostituição, e isso foi uma das coisas que eu consegui largar, as duas organizações me ajudaram, hoje eu me sinto ATMS e me sinto MST, as duas organizações me representam e conseguiram me tirar do mundo da prostituição.²²⁶

José Carlos Sebe Bom Meihy afirma que o desvio, o lapso, o silêncio, os esquecimentos, as contradições e até o apagamento podem se tornar matéria passiva de análise na metodologia da História Oral.²²⁷ Através das palavras de Dayane, consideramos que a opção em não compartilhar vivências anteriores à experiência de integrar a Associação pode estar aliada a diversos significados, entre eles, a rejeição e o desgosto da vida na prostituição.

Ao analisarmos o perfil das depoentes, nota-se que as suas histórias de vida, antes da criação da ATMS, não fogem ao padrão apresentado por Bruna Benevides nas últimas edições do Dossiê da Associação Nacional das Travestis (ANTRA). Como consequência de uma longa história de exclusão, a pesquisadora afirma que travestis e transexuais brasileiras têm enfrentado níveis assustadores de rejeição familiar, geralmente, desde a mais tenra idade.²²⁸ Tal fato tem um impacto devastador em suas vidas, isolando-as dos espaços sociais essenciais ao seu bem-estar, além de provocar um aumento das dificuldades de acesso e continuidade na formação escolar. Nota-se que pela falta de suporte, a qualificação profissional se torna inviável, impondo-lhes uma interrupção do processo de acesso à cidadania.²²⁹

No Brasil, 90% das travestis e mulheres transexuais ainda vivem da prostituição, que acontece majoritariamente nas ruas, durante a noite. Esta exposição aumenta ainda mais a vulnerabilidade diante das inúmeras violências físicas e psicológicas a que são submetidas, e que resultam em mortes, muitas vezes.²³⁰ Todo este contexto se insere no que Benevides chamou de “processos de precarização e vulnerabilização de pessoas trans”.²³¹

²²⁶ VASCONCELOS, Dayane. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 30 abr. 2021.

²²⁷ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Memória, história oral e história. **Revista de História Oral**, v. 4, n. 8, 2010. p. 183.

²²⁸ BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular/ANTRA/IBTE, 2021. p. 37.

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Ibidem.

2.3 Oralidades, memórias e trajetórias: a Associação de Travestis e Transexuais do Mato Grosso do Sul (ATMS)

De acordo com a plataforma informativa *Politize*, associações são grupos de indivíduos que se reúnem para desenvolver atividades em prol da comunidade, com finalidades exclusivamente sociais.²³² A Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS), portanto, pode ser compreendida como composta por pessoas, por travestis, que em um território conservador e autoritário, buscaram transformar a realidade... e resistem.²³³

A seguir, apresentaremos a história desta organização, criada como uma resposta aos chamados “arrastões” policiais, que aconteciam frequentemente contra as travestis campo-grandenses nas ruas na década de 1990 e no começo dos anos 2000. Para tanto, narrativas das seis associadas entrevistadas serão utilizadas, destacando como a construção e/ou a entrada na Associação marcaram de forma significativa suas trajetórias.

2.3.1 Violência de Estado contra as travestis campo-grandenses: os arrastões da DEOPS

Segundo Naldson Ramos da Costa, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o ofício da Polícia no controle social esteve fortemente associado ao seu passado autoritário e violento, marcado pelo uso ilegítimo da força.²³⁴ Além disso, as rondas e operações de caça aos segmentos marginalizados em grandes centros urbanos, recorrentes durante a Ditadura Civil-Militar, parecem também ter influenciado as condutas dos agentes de Estado. Após o surgimento, no final dos anos 1980, da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Mato Grosso do Sul (DEOPS/MS), perseguições ostensivas, prisões em massa e espancamentos às travestis, conhecidos popularmente como “arrastões”, tornaram-se comuns nas ruas de Campo Grande.

²³² Inciso XVII – Liberdade de associação. *Politize*, 3 set. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/artigo-5/liberdade-de-associacao/>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

²³³ De acordo com Bobbio (2004), o termo resistência, do ponto de vista lexical, trata-se mais de uma reação que de uma ação, mais sobre uma defesa do que uma ofensiva.

²³⁴ COSTA, Naldson Ramos da. Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, 2004. p. 111.

Estas batidas aconteciam todas as quartas e sextas-feiras à noite e eram, segundo as depoentes, realizadas pelos policiais deste departamento. Passando por pontos de prostituição da capital, os policiais recolhiam travestis, profissionais do sexo, mendigos, ou qualquer indivíduo “suspeito” presente no local.

Nós não podíamos ficar paradas... Já era uma dura, não podia ficar parada, não podia sentar igual a gente está aqui agora. Você tinha que estar atenta, você via a polícia e corria. A gente corria até de carro de bombeiro, na época era a DEOPS, não deixava a gente ficar na rua, era terrível... Era um terror mesmo...²³⁵

Jogadas nas viaturas de forma agressiva e amontoada, essas pessoas eram submetidas a diversas categorias de violência. Cristiane Stefanny cita como exemplo a condução irresponsável e perigosa das viaturas, em que os agentes praticavam “cavalinho de pau”, levando-as em direção a fora da cidade, geralmente nas BRs (rodovias federais), onde realizavam sessões de tortura e espancamentos.²³⁶ As travestis eram tratadas com mais crueldade, principalmente as que estavam com as próteses de silicone, pois, de acordo com a depoente, os policiais sabiam que poderiam amassar ou deformar.

A coordenadora do programa Eros do Ibis [Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável], de prevenção à DST/Aids entre travestis e michês, Edna Lopes, afirma que, embora nunca tenha testemunhado nada, já ouviu vários relatos sobre violência policial. “Quando está se aproximando o dia de *arrastão* eles já ficam apavorados!”, afirma, explicando que o termo é aplicado às rondas em que, segundo eles, os policiais da Delegacia de Ordem Pública e Social (DEOPS) enchem o camburão com homossexuais para submetê-los a humilhações e até espancamentos. [...] O travesti Cris relata que várias vezes já foi humilhado e apanhou de policiais em dias de *arrastão*, chegando a registrar queixa contra os agressores. Pela mesma situação afirma ter passado Natália, 20 anos...²³⁷

Hellen Kadory cita situações em que eram deixadas nuas nas estradas ou obrigadas a fazer a limpeza das delegacias, sendo liberadas no outro dia pela manhã. “Na época da DEOPS a gente sofria o tal *arrastão* que faziam com a gente, colocavam vinte, trinta travestis no camburão, levava pra lavar a delegacia, lavar o camburão, ou deixava nas estradas, nuas...”.²³⁸

Através do pioneirismo de Cristiane, veremos no próximo tópico uma iniciativa de luta pelo fim de tais práticas policiais abusivas, aliada à reivindicação de direitos e respeito, não só

²³⁵ OLIVEIRA, Alessandra de. op. cit. 2022.

²³⁶ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2019.

²³⁷ *Folha do povo*. Travestis sofrem violência nas ruas. Campo Grande, 24 jul. 2000. Acervo privado ATMS.

²³⁸ KADORY, Hellen. op. cit. 2021.

para as pessoas transgêneras, mas toda a comunidade LGBTQIA+ da região sul-matogrossense.

2.3.2 Surge a Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS)

A idealização da ATMS partiu de Cristiane, após sua participação no VIII Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a AIDS (ENTLAIDS), ocorrido na cidade de Cabo Frio (RJ), em julho de 2000. Sua ida ao evento foi financiada pelo Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste (IBISS-CO)²³⁹, que na época realizava um projeto de prevenção ao HIV com as travestis profissionais do sexo de Mato Grosso do Sul.

E eu tinha ido pra esse evento, inclusive realizado pela Jovanna Baby, em 2000, lá no Rio de Janeiro, em Cabo Frio, lá eu encontrei em média de umas 280 pessoas travestis do Brasil inteiro, que debatia, discutia e falava de direito e tal e eu conheci uma pessoa que pra mim foi motivo de inspiração até pra voltar a estudar e tudo mais, que foi a Janaína Dutra, a primeira advogada travesti no Brasil. [...] E o mais interessante é que eu mesma, tipo assim, na minha inocência e até mesmo começando meu processo, porque eu tinha o que... dezenove anos pra vinte anos, e tava ainda no processo de hormonização, ainda não tinha silicone e tal, eu estava em um processo de aprendizado, né, mas era uma pessoa de um conhecimento espetacular, então aquilo foi me encantando, aquele grupo e aquele número imenso de pessoas, todas travestis em sua grande maioria, a maioria das falas eram delas, as mesas tinham seus convidados de outras ONGs, de outros movimentos, mas a fala em si, o empoderamento era dessas trans mais antigas, eu lembro da Jovanna, a Janaina Dutra, tinha várias outras nesse processo, eu não me lembro o nome de todas agora... Luciana Lins e tantas outras... E eu me encantei com aquilo ali...²⁴⁰

A depoente volta para Campo Grande influenciada pelos debates do encontro, idealizando um movimento organizado que poderia combater os arrastões. As discussões pré-formação da ATMS aconteceram ainda no ano 2000, durante as reuniões do “Projeto Eros”²⁴¹,

²³⁹ O Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste (IBISS-CO) é uma instituição sem fins lucrativos, criada em 1993. Sua atuação foi fundamental na promoção de debates e fortalecimento de organizações que hoje lutam por direitos, especialmente na região Centro-Oeste brasileira e nas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia.

²⁴⁰ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2019.

²⁴¹ Promovido pelo IBISS-CO, a denominação inicial “Projeto Eros” era equivocada, segundo Cristiane, visto que buscava promover uma ação de prevenção à profissionais do sexo masculinos nas ruas de Campo Grande, os quais se referiam às travestis. A instituição ainda realiza este tipo de ação em campo, atualmente chamado de “Projeto Afrodite: papeando na pista”.

entre travestis que há algum tempo já denunciavam condutas violentas por parte da segurança pública.

Tanto que através desse mesmo projeto eu exigi, já que tinha recursos, pra gente poder fazer as reuniões pré- formação da ATMS. E foi com esse recurso que a gente pagava o *coffee break*, porque assim, a gente ia para as atividades do projeto, mas tirava uma parte, uma hora, uma hora e meia pra debater a questão específica da criação da ATMS, inclusive alugando carro, vale transporte, essas coisas, pra que as meninas pudessem se deslocar até a sede do IBISS-CO na época, e aí depois da criação da ATMS a gente começou a andar e caminhar por conta própria.²⁴²

A formalização da Associação, em 13 de janeiro de 2001, com 47 afiliadas, ocorreu durante o mandato do ex-governador José Orcírio Miranda dos Santos (1999 - 2006), mais conhecido como Zeca do PT, que trazia propostas populares. De acordo com Cris, o contexto político fez com que ela e suas companheiras se sentissem mais confiantes para mobilizarem-se.

Em julho de 2001, a ATMS participou da Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, cuja deliberação foi o debate entre representantes das comunidades afrodescendentes, indígenas e LGBT+. Na ocasião, Cristiane mencionou o nome de um policial específico da DEOPS como principal agente dos abusos contra as travestis em Campo Grande. Sua fala foi publicada posteriormente em vários jornais da capital sul-mato-grossense, criando-se a necessidade de ser incluída no serviço de proteção à testemunha.

A travesti Cris Stephanny, da Associação dos Travestis de Campo Grande, denunciou ontem a violência praticada pela polícia e mencionou o policial da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS) Maurício Scaf como o principal agressor do segmento.²⁴³

Cristiane alega que a perda da identidade e a inevitável distância da Associação foram os motivos que a levaram a não aceitar o serviço do Programa de Proteção a Testemunhas (PROVITA)²⁴⁴, no entanto, recebeu auxílio e assistência da chamada “P2”, Polícia Descaracterizada, pelo período de três anos.

Foi um inferno, uma coisa bem horrível. A polícia descaracterizada ficava na minha porta vinte e quatro horas por dia, eu ficava recebendo uma ajuda do governo pra ficar

²⁴² VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2019.

²⁴³ *Correio do Estado*. Travesti denuncia policial. Campo Grande, 10 jul. 2001. Acervo privado ATMS.

²⁴⁴ Programa de Proteção a Testemunhas (PROVITA), criado e gerenciado pelo Ministério dos Direitos Humanos.

em casa escondida, isso quase durante três anos, eu só saía escoltada praticamente. Foi um inferno, um período bem complicado e a gente da ATMS ainda não tinha se fortalecido tanto, porém, tinha uma coisa interessante que era a união, a gente decidiu não parar, a gente protestava nas delegacias, se uma era detida, a gente procurava os direitos, íamos na defensoria, na promotoria, a gente fazia manifestação na Secretaria de Segurança Pública em relação à violência policial, aquela coisa toda, e as denúncias constantes através das corregedorias, inclusive passei a ser conhecida, “ah, chama aquela barraqueira da Cris Stefanny”.²⁴⁵

A sede da ATMS funcionou por muito tempo no Bairro Amambaí, sendo um período na Rua Nicolau Fragelli, e outro na Rua Vasconcelos Fernandes. Ter um lugar próprio simbolizou a autonomia do movimento frente ao IBISS-CO, no entanto, o medo foi o principal fator para que nunca houvesse uma placa com o nome da Associação na fachada. As assembleias eram marcadas com antecedência de quinze dias, e as reuniões aconteciam conforme a necessidade. Todos os encontros direcionados para a realização de projetos eram muito organizados, havendo a divisão de tarefas, geralmente indicadas por Cristiane. O financiamento vinha, na maioria das vezes, do Ministério da Saúde a partir das políticas públicas para prevenção ao HIV e DSTs.

Cristiane revela que uma vez por semana as associadas passavam em todos os pontos de prostituição da cidade, conversando com as travestis profissionais do sexo sobre a importância do uso do preservativo, de como deveriam se comportar frente a ameaças e as convidando para integrar o movimento. Este também era o momento em que recebiam denúncias e pedidos de orientação.

[...] acontecia muito assim, de eu ir entregar preservativo e de repente ter cinco ou seis assim em uma esquina e aglomerava todas ali e uma fazia uma denúncia, a outra fazia um pedido e tal, ou pedir uma orientação, ou era coisa de médico e tal, e a gente ali mesmo já fazia alguns encaminhamentos e tal... Eu anotava já algumas coisas pra encaminhamento.²⁴⁶

Em 2002, a ATMS atingiu o número de 150 associadas e influenciou a formação de outras duas associações: a Associação Corumbaense de Gays, Lésbicas e Travestis (ACOGLT) e a Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros de Dourados (AGLTD).

²⁴⁵ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2019.

²⁴⁶ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 14 abr. 2020.

2.3.3 “Eu sou uma militante”: espaços de formação política

Cláudia Assumpção relata que seu primeiro contato com a ATMS aconteceu em 2001, em um seminário sobre saúde da população trans no Hospital São Julião. Este foi também o dia em que conheceu Cristiane e entrou para a Associação. Impressionada com a quantidade de travestis reunidas por uma causa, passou a frequentar outras reuniões e encontros. A depoente relembra o momento em que Cristiane a inscreveu, neste mesmo ano, para o IV Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a AIDS (ENTLAIDS), realizado no Rio de Janeiro.

[...] ela me inscreveu num encontro nacional naquele mesmo ano em 2001, lá no Rio de Janeiro e eu fiquei muito feliz que lá no Rio de Janeiro tinham mais de oitocentas travestis e transexuais, que era um evento nacional pra discutir políticas de saúde para mulheres travestis e transexuais no país, era o ENTLAIDS... [...] eu lembro que falei “nossa, Cris, eu nunca imaginei que a gente tinha tanto direito”, porque a gente sempre foi muito excluída da sociedade, de tudo... [...] E com esses eventos que eu comecei a participar, foi abrindo um horizonte na minha cabeça, eu pensei “meu Deus, a gente pode tanta coisa” [...] Foi, pra mim foi muito bom, naquela época, 2001, faz vinte anos já isso... Eu nem imaginava que a gente tinha tanto direito... Aí quando eu comecei a viajar com a Cris, ela me levava para os eventos estaduais, municipais e nacionais, e eu achei muito bom porque ela quis de fato me ajudar... Pra sair da invisibilidade... [...] Aí eu criei uma meta também, porque eu fiquei muito feliz de ver pessoas iguais a mim... Mas a gente ia ter que lutar, porque o nosso estado é um estado preconceituoso também, conservador e de fronteira... Tudo é mais difícil pra nós...²⁴⁷

Cláudia Assumpção afirma que presenciou muitos arrastões cometidos pelos agentes de segurança pública do Mato Grosso do Sul, e nunca deixou-se intimidar. A consciência militante adquirida nos encontros e reuniões, no entanto, a auxiliou a se posicionar frente a tais ameaças e violências.

Teve uma vez que eles estavam fazendo uma *blitz* na rua e um tenente Polícia Militar quebrou o braço de uma travesti com cacetete, bateu nela até quebrar o braço... E eu chamei um táxi, coloquei ela num táxi e levamos ela pra delegacia, primeiro fomos pro hospital, ela fez o corpo de delito e depois pra delegacia, pra fazer o boletim de ocorrência, no outro dia eu levei isso pro batalhão e aí esse tenente começou a me ameaçar. Eu não me intimidei e aí fui na delegacia fazer o boletim de ocorrência contra a ameaça e deixei escrito lá que se eu amanhecesse morta quem tinha me matado era o tal... E aí ele foi embora da cidade...²⁴⁸

²⁴⁷ ASSUMPÇÃO, Cláudia. op. cit. Campo Grande, 2021.

²⁴⁸ ASSUMPÇÃO, Cláudia. op. cit. Campo Grande, 2021.

Da mesma forma, Dayane Vasconcelos afirma que entrar em contato com integrantes e reuniões da ATMS a fez enxergar uma posição militante que gostaria de exercer.

Mas o incentivo mesmo veio depois da ATMS, eu vi as meninas lutando pela causa, como eu era pessoa do interior, no interior não tem tanto isso, então eu senti que era aquilo que eu precisava para mim, eu senti que eu precisava ser uma militante, precisava me pôr, precisava lutar por alguma causa e a minha causa era a LGBT, né... Eu participava das reuniões ali na Fernando de Vasconcelos, né, no bairro Amambai... A gente fazia muitos trabalhos de conscientização com a população trans das ruas a noite, como elas deviam se comportar, suas vestimentas, a gente conversava com elas, a gente fazia a Blitz Solidária junto com a Polícia Militar, junto com a Guarda Municipal de Campo Grande, a gente saía pra todas as ruas de prostituição de Campo Grande e conversava, conscientizava, a gente falava sobre o HIV, sobre as infecções sexualmente transmissíveis, né, o uso do preservativo, gel, essas coisas, né, a gente fazia muito isso... Então assim, a gente andava em todos os pontos, a gente varava a noite tinha vez...²⁴⁹

A pesquisa de Alessandro Soares Silva e Renato Barboza sobre as edições do ENTLAIDS, aponta que a maioria das participantes não demonstrava interesse inicial em integrar ações coletivas ou de movimentos que necessitassem de empenho pessoal. A maioria comparece pela primeira vez por curiosidade ou como acompanhante, mas ao final dos encontros, acabam se comprometendo com as bandeiras e questões que orientam os segmentos reunidos. Para os pesquisadores, estes eventos apresentam-se como um espaço de reconfiguração identitária. Observa-se que, com base na participação no movimento, travestis passam de vítimas a agentes de pressão sobre o próprio governo, sem esperar que este venha naturalmente tomar sua defesa em diversos aspectos da vida cotidiana.²⁵⁰

Mas quando percebem a importância de sua atividade política para a superação de práticas grupais firmadas no preconceito de outros, em estigmas, elas vão atuar no grupo como agentes de saúde e facilitadoras de ocasiões de conscientização para outras 'trans'. [...] A militância lhes permite ocupar um lugar questionador, capaz de dizer publicamente sobre si e sobre aquilo que desejam para si. Nesse sentido, a luta militante lhes possibilita participação ativa em processos de formulação de políticas públicas a cada vez que pensam ações possíveis de governo, mas também em um controle social efetivo daquelas políticas públicas que são implementadas. [...] A prática militante tem produzido efeitos no processo de conscientização política das 'trans' que dele participam e faz que elas busquem diuturnamente construir estratégias eficazes para a superação da dialética da exclusão/inclusão social.²⁵¹

²⁴⁹ VASCONCELOS, Dayane. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 30 abr. 2021.

²⁵⁰ SILVA, Alessandro Soares; BARBOZA, Renato. Exclusão social e consciência política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. *Cadernos CERU*, [S. l.], v. 20, n. 1, 2009. p. 271.

²⁵¹ Ibidem.

A pesquisadora e militante Keila Simpson faz uma crítica, no entanto, à compreensão de que o ativismo travesti tenha se caracterizado como um empoderamento tutelado pelas políticas públicas de combate ao HIV.²⁵² Como vimos no capítulo anterior, a mobilização das pessoas trans no Brasil foi anterior à epidemia, pelo embate com a polícia e o enfrentamento contra a violência estatal. “O cenário das ruas, da prostituição e das performances da noite foi, sem dúvida, o mesmo que transformou as avenidas em luta política por direitos de ser, expandindo, muitas vezes, o direito a existir.”²⁵³

Simpson acrescenta que a participação das travestis em espaços de discussão de políticas de enfrentamento ao HIV se configura como um exercício de aprendizagem das ferramentas conceituais e modos de funcionamento de gestão, que posteriormente serão aprimorados.²⁵⁴ O apoio do IBISS-CO e a participação em encontros nacionais, portanto, foram para as travestis da ATMS como espaços de formação militante, onde, segundo as depoentes, compreenderam-se como cidadãs e criaram ferramentas mais eficazes para a reivindicação de seus direitos.

2.3.4 Relações de afeto e união entre associadas

De acordo com Cristiane Stefanny, o período de criação da ATMS foi muito complicado, principalmente pelo aumento da violência em consequência das denúncias. Através da imprensa, a depoente tentava alertar sobre tais represálias, que incluíam ameaças, xingamentos e agressões físicas.

Nós fazemos as denúncias, confirmamos o nome dos agressores, um a um, e com o passar do tempo, nada é feito para que eles mudem esse tipo de atitude ou para que sejam punidos. A cada denúncia, sofremos represálias e ameaças por parte deles.²⁵⁵

O fortalecimento da Associação, ao longo dos seus primeiros anos de atuação, segundo Raylana Thaylor, esteve diretamente ligado a esta ofensiva, promovendo uma união ainda maior

²⁵² SIMPSON, Keila et al. Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019. p. 9.

²⁵³ Ibidem.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ *Midiamaxnews*. “Profissionais do sexo” denunciam agressões de policiais em CG. Campo Grande, 10 dez. 2002. Acervo privado da ATMS.

entre as travestis. Outra condição a intensificar esta unidade, citada pela depoente, foi a realização, em 2004, do XI Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a AIDS (ENTLAIDS) na capital sul-mato-grossense.

Aí saímos da Calógeras para a Costa e Silva por conta da violência, aí também fomos mal recebidas pelas meninas daqui... Mas aí a gente acabou tendo que se unir porque aí começou a ATMS, começou os projetos, a Cris começou a reunir as pessoas pra participar, que muitas não acreditavam na ATMS... Muitas das vezes não dava importância. Foi muito difícil porque a gente convidava e ia uma ou duas, até que a polícia começou a incomodar aqui também, aí que começaram a se unir todas por uma causa maior...²⁵⁶

É possível perceber, em todas as entrevistas, uma grande admiração pelo trabalho e pioneirismo de Cristiane. Hellen Kadory afirma que

Eu mesma era uma pessoa que não acreditava naquilo ali, né? De travesti ter direito? A gente mal podia andar na rua naquela época. Era espancada por polícia, por homens, sofre todo tipo de violência, hoje muito mais moderado, mas eu não acreditava naquilo. E a Cris... Eu tenho muita admiração pela Cris, hoje nós somos parceiras, somos irmãs, pelo trabalho que ela fez. Eu me sinto um resgate da ATMS, por isso eu defendo essa instituição com unhas e dentes. Um dia a Cris me chamou pra trabalhar num projeto dentro da ATMS, e foi aí que eu comecei a me interessar por política, que eu comecei a ver que nós temos sim direitos, né? Nós não somos diferentes de ninguém, eu não quero agredir ninguém com o que eu sou, eu não quero prejudicar ninguém com o que eu sou. E a gente começou a trabalhar, e aí eu comecei a me interessar, voltei a estudar, e mesmo com as minhas recaídas, e tal, a Cris foi uma pessoa que nunca me abandonou.²⁵⁷

Dayane Vasconcelos relata um aspecto afetuoso e emocionante sobre a relação de irmandade entre as integrantes associadas. Uma das ações mais bonitas da ATMS, para ela, é a de arrecadar fundos para o velório e enterro das travestis que não possuem famílias. Este ato representa verdadeira lição de humanidade.

A gente fez vários trabalhos voluntários pra enterrar nossas companheiras, as nossas irmãs... Que é como a gente se chama, quando uma travesti se encontra com outra na rua a gente se apresenta e aí uma começa a chamar a outra de irmã, e como papel de irmã a gente dá um velório digno às nossas travestis mais antigas, que passaram pela ATMS, que fizeram trabalho voluntário, e pra essas muitas outras também, mesmo que a televisão fizesse o papel de só falar mal a gente ia atrás, passava horas na frente da prefeitura com a assistente social, tudo isso a gente corria atrás pra dar um velório digno pra cada travesti que se foi desse mundo nosso...²⁵⁸

²⁵⁶ THAYLOR, Daniela Raylana. op. cit. Campo Grande, 2022.

²⁵⁷ KADORY, Hellen. op. cit. Campo Grande, 2021.

²⁵⁸ VASCONCELOS, Dayane. op. cit. Campo Grande, 30 abr. 2021.

Assim como conclui a análise de Keila Simpson sobre movimentos trans em todo o Brasil, ao reconstruirmos a história da ATMS, também observamos um ativismo solidário, autônomo e sobrevivente.²⁵⁹

2.3.5 CTA e Ambulatório Transexualizador: conquistas no âmbito do direito à saúde

De acordo com uma revisão bibliográfica sobre as dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), apesar de todo o cidadão brasileiro ter direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação²⁶⁰, esta não parece ser a realidade no interior dos hospitais públicos no Brasil.

Constatarem-se sete principais desafios à garantia do acesso universal ao SUS pela população trans: a discriminação nos serviços e equipamentos de saúde; a patologização da transexualidade, o acolhimento inadequado; a exigência de cirurgia; a qualificação dos profissionais; a ausência de política de atenção básica e inexistência de rede de saúde; e a escassez de recursos para o financiamento dos processos transexualizadores e de políticas de promoção da equidade e respeito às identidades de gênero trans.²⁶¹

Para Alessandra Oliveira, a ATMS foi importante pois reivindicou, junto a outras instituições, a criação de um Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) para o estado do Mato Grosso do Sul, estendendo às travestis campo-grandenses o direito à saúde, tanto física, quanto mental. Este espaço exclusivo para o teste do HIV e das DSTs, antes realizados nos Centros Especializados Municipais (CEM), incentivou travestis profissionais do sexo a realizarem testes com mais frequência, por se configurarem como ambientes acolhedores. O local, financiado pelo Ministério da Saúde, também promove palestras e conta com profissionais como médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais. Esta conquista promove a profilaxia e o tratamento precoce das doenças sexualmente transmissíveis.

A ATMS me ajudou bastante no meu direito à saúde, igual o CTA, eu sempre fui bem tratada lá no CTA, tanto pelo médico, quanto pelos atendentes, então eu achei

²⁵⁹ SIMPSON, Keila et al. op. cit. p. 9.

²⁶⁰ BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. p. 6.

²⁶¹ ROCON, Pablo Cardozo et al. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, nov. 2019. p. 14.

grandioso o que a Cris ajudou a construir e fazer ali... A Cris sempre dá uma passadinha lá... Pra nos ver, pra orientar a gente... Porque a gente que é trabalhadora do sexo, da noite, fica um lugar mais assim privado para nós, entendeu, porque ali todo mundo sabe o que está indo atrás, diferente de você ir no hospital público e você procurar um especialista e todo mundo ficar te olhando... “Nossa, ela vai passar por essa especialista? Ai, o que será que ela têm?” Entendeu? E ali não, ali parece que a gente é acolhido, todo mundo ali ninguém olha feio pra ninguém, todo mundo sabe... É a privacidade do seu tratamento, entendeu... Seu íntimo... Você se sente acolhida e à vontade pra você expor as... Entendeu? Algumas situações às vezes que você contrai no trabalho... E eu controlo sempre lá, graças a Deus está tudo certinho, estou ótima, mas eu vou sempre lá controlar...²⁶²

O ano de 2016 marca a fundação do primeiro Ambulatório Transexualizador do SUS de Campo Grande, localizado no Hospital Universitário da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Reivindicado desde 2009 pela ATMS, o espaço atende travestis e transexuais que desejam realizar a terapia hormonal com segurança e suporte clínico de especialistas em endocrinologia, urologia e ginecologia, além de atendimento assistencial e psicológico.²⁶³

2.3.6 Realizações e relações com o poder público

Em um panorama geral sobre a trajetória da ATMS, podemos listar diversas realizações. O ano de 2001 foi marcado pela participação da Associação no *Grito dos Excluídos*, evento organizado anualmente pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil²⁶⁴ e pelo protesto contra o adiamento do julgamento de “Careca”, conhecido como matador de travestis²⁶⁵. Em 2002 destacamos a realização do primeiro ato pela livre expressão sexual, que nos anos seguintes ficou conhecida como Parada da Cidadania LGBTQIA+ de Campo Grande²⁶⁶. Ainda

²⁶² OLIVEIRA, Alessandra de. op. cit. Campo Grande, 2022.

²⁶³ Ambulatório transexualizador começa a funcionar dia 10 na Capital. **Midiamaxnews [online]**, 9 nov. 2016. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2016/ambulatorio-transexualizador-comeca-a-funcionar-dia-10-na-capital/>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

²⁶⁴ *Correio do Estado*. Crítica dos excluídos encerram comemoração. Campo Grande, 7 set. 2001. Acervo privado ATMS.

²⁶⁵ *Correio do Estado*. Adiado novamente o julgamento do assassino de gays. Campo Grande, 6 mar. 2001. Acervo privado ATMS.

²⁶⁶ *Correio do Estado*. Orgulho gay faz ato público. Campo Grande, 30 jun. 2002. Acervo privado ATMS.

hoje a Associação é organizadora deste evento, que em 2022 completa sua décima nona edição²⁶⁷.

Em novembro de 2003, representando a ATMS, Cristiane foi recebida em audiência especial na Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) para uma reunião sobre os crimes cometidos contra as travestis²⁶⁸. Pelo menos trinta travestis da ATMS protestaram em frente à SEJUSP, em 2004, pedindo segurança para as profissionais do sexo na Avenida Costa e Silva²⁶⁹ e neste mesmo ano, a Associação conseguiu que o XI Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a AIDS (ENTLAIDS) acontecesse na capital sul-mato-grossense.²⁷⁰ Em março de 2005, a organização se manifestou contra um salão de beleza que negava atendimento às travestis²⁷¹, e em dezembro do mesmo ano realizou, junto a outras quatorze entidades, um projeto de capacitação e formação profissional.²⁷² Em 2006, o *Jornal Correio do Estado* dedica uma página inteira à uma entrevista com Cristiane²⁷³, intitulada “Quem é íntegro não discrimina”²⁷⁴.

Mencionamos a formulação da Lei Estadual 3.157, sancionada em 2005 durante o governo de José Orcírio Miranda dos Santos (PT), dispondo de medidas de combate à discriminação devido à orientação sexual no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul. Esta iniciativa serviu como porta de entrada para a formulação de novas leis e decretos, a fim de inibir o preconceito e a violência contra os segmentos LGBTQIA+. Listamos a Lei 3.287/2006, que tornou obrigatória a disciplina de Relações de Gênero no currículo dos cursos de formação

²⁶⁷ Os eventos “Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande”, “Concurso Miss Trans e Miss Plus Size Trans MS” e o “Show da Diversidade” serão analisados no Capítulo 3 desta dissertação.

²⁶⁸ *Correio do Estado*. Crimes contra travestis geram reunião. Campo Grande, 29 nov. 2003. Acervo privado ATMS.

²⁶⁹ *Campograndenews*. Travestis protestam por mais segurança na Costa e Silva. Campo Grande, 26 fev. 2004. Acervo privado ATMS.

²⁷⁰ História. ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

²⁷¹ *Primeira Hora*. Travestis reagem contra discriminação em salão de beleza. Campo Grande, 10 mar. 2005. Acervo privado ATMS.

²⁷² *MSNotícias*. Associação de travestis capacita jovens de 16 a 24 anos. Campo Grande, 23 dez. 2005. Acervo privado ATMS.

²⁷³ Consideramos um marco importante a intenção do *Jornal Correio do Estado*, de posicionamento conservador, dar espaço à voz de uma travesti.

²⁷⁴ *Correio do Estado*. Quem é íntegro não discrimina: Entrevista com Cristiane Stefanny – Presidente da Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 27 mar. 2006. Acervo privado ATMS.

de policiais civis, militares, bombeiros e delegados do Estado, e a Lei 3.416/2007, acrescentando à anterior a disciplina de combate à homofobia.

Cláudia Assumpção afirma que a formulação dessas leis foram as iniciativas mais significativas para a diminuição da violência policial contra as travestis no estado, rompendo uma herança histórica do autoritarismo estatal. De autoria conjunta entre a ATMS e o então deputado estadual do Mato Grosso do Sul Pedro Kemp (PT), este fato expressa a importância da parceria e diálogo entre membros do poder legislativo e de movimentos sociais.

[...] e aí eu e a Cris a gente fez um projeto em parceria com o Pedro Kemp, que depois virou lei, pra fazer uma capacitação dentro das polícias, para todos os policiais do Mato Grosso do Sul pra gente amenizar essa violência que a gente sofria com a polícia [...] a gente fez essa capacitação, na época tinham 485 policiais participando, inclusive o coronel também, e eu vou te falar, menina, que eu fiquei muito feliz e depois dessa capacitação, toda vez que entram mais policiais militares eles nos chamam pra fazer a capacitação desses novos formandos pra poder entrar novos policiais com novas ideias e novos pensamentos, pra que nenhum deles cometa o erro que no passado cometiam. [...] Até que as coisas foram mudando, hoje em dia a gente não tem muito problema com os nossos órgãos de segurança pública, nem Guarda Municipal e nem Polícia Militar... Aqui no Mato Grosso do Sul é o quinto estado mais violento, mas problema com a Polícia Militar e Guarda Municipal a gente não tem mais...²⁷⁵

Alessandra Oliveira afirma que estas medidas, na prática, fizeram muita diferença para quem trabalha nas ruas com a prostituição.

Hoje em dia eles dão boa noite, passam, não enchem o saco assim... A gente tá fazendo programa às vezes na rua, dentro do carro, e eles só perguntam se não tem outro lugar... Eu não paro em frente de casa de família, só em lugar comercial, onde tem paredão. Hoje em dia é mais calmo... O trabalho da Cris é isso, entendeu, porque se eles fazem isso é porque eles têm informação, a Cris vai em todos essas polícias dar palestra, explica, então a gente sente aqui na rua a diferença... O tratamento... Não muda o pensamento, mas muda a atitude deles...²⁷⁶

Em 15 de dezembro de 2008, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2011), a ATMS recebeu o Prêmio de Direitos Humanos, concedido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Esta cerimônia foi um reconhecimento a pessoas e organizações que desenvolveram ações que contribuem para promoção e defesa dos direitos fundamentais.²⁷⁷ Durante a sua segunda gestão, Lula implementou significativas políticas públicas para a comunidade trans. A proposta “TRANSpondo Barreiras: Rede de

²⁷⁵ ASSUMPÇÃO, Cláudia. op. cit. 2021.

²⁷⁶ OLIVEIRA, Alessandra de. op. cit. 2022.

²⁷⁷ IBISS-CO. Associação de Travestis de MS recebe prêmio nacional de Direitos Humanos. Campo Grande, 11 dez. 2008. Acervo Privado ATMS.

Saúde, Cidadania e Prevenção das DST/HIV” (2008), financiada pelo Ministério da Saúde, e em parceria com movimentos “T” de todo o Brasil, foi uma delas.²⁷⁸ Hellen se sente orgulhosa por ter integrado este projeto, e seu trabalho compreendia a divulgação, para pessoas travestis e transexuais, dos seus direitos como cidadãs e do conhecimento sobre as DSTs em geral. Também atuou como agente multiplicadora, recrutando novas voluntárias.

[...] esse projeto teve encerramento lá em Brasília, onde a gente participou... O presidente Lula recebeu a gente... [...] a manifestação mais marcante pra mim foi quando nós conseguimos sentar com o ex-presidente Lula, foi um grande momento...²⁷⁹

O episódio narrado expressa um momento simbólico e histórico, não só para a depoente, mas para todas as integrantes da Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul. A Associação também vem realizando, desde 2013, os concursos *Miss Trans Travesti* e *Miss Plus Size Trans Travesti*, com o objetivo de promover o empoderamento e elevar a autoestima desta comunidade no estado. A organização esteve à frente da luta pelo direito ao nome social e foi responsável por fundar o Fórum LGBT do MS e a Blitz Cidadã, que consiste em uma ação conjunta com a Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana para combater crimes contra travestis e profissionais do sexo nas ruas da cidade. A seguir, apresentamos uma imagem de Cristiane e uma parceira da Coordenadoria de Políticas Públicas LGBTQIA+ de Campo Grande, ao lado de Policiais Militares em uma ação durante a pandemia do COVID-19.

²⁷⁸ Citamos também o lançamento do “Disque 100 - Serviço de denúncia à violência contra travestis e transexuais” e a Portaria MS n. 1820, de 13 de agosto de 2009, que permitiu o uso do nome social no cartão do SUS.

²⁷⁹ KADORY, Hellen. op. cit. Campo Grande, 2021.

Figura 1 – Blitz Cidadã



Legenda: Prefeitura promove blitz educativa e presta orientações a profissionais da noite em ruas de Campo Grande, 27 outubro de 2021.

Fonte: Metropole MS.

Em mais de vinte anos de história, o conjunto de debates, cursos, ações e realizações que a ATMS vem promovendo se configura como uma fissura no sistema político autoritário, conservador e violento do Mato Grosso do Sul, além de se mostrar um potencial transformador de vidas.

2.3.7 Travessias

Atualmente, por falta de verbas públicas e financiamento de projetos, a sede da organização tem funcionado na casa de Cristiane. De acordo com o Dossiê da Associação Nacional das Travestis (ANTRA) para o ano de 2022, o contexto político brasileiro dos últimos cinco anos vem piorando a situação geral das pessoas trans. Os pequenos avanços estão sendo conquistados com muita dificuldade, através do empenho dos movimentos sociais. Mesmo sem destinação de verba, investimentos ou avanço em políticas públicas por parte do Estado, continuam na luta fazendo o que podem para melhorar esta realidade.²⁸⁰

²⁸⁰ BENEVIDES, Bruna (Org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag/ANTRA, 2022. p. 14.

Todas as associadas e colaboradoras desta pesquisa trabalharam ou ainda trabalham na prostituição, e sofreram algum tipo de violência nas ruas. A maioria foi expulsa de casa ainda jovem, e as que terminaram o ensino básico, concluíram depois de adultas e até o momento, nenhuma possui um curso superior completo. Todas as entrevistadas superam a expectativa de vida da população trans feminina no Brasil, que é de trinta e cinco anos.²⁸¹

Entendendo que a história da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS) não pode ser recuperada de forma linear e contínua e que a ideia de trajetória não constitui um fim em si mesma²⁸², buscamos resgatar e discutir este passado a partir de fragmentos que unem biografia e contexto. Como proposto por Giovanni Levi, conjunturas e comparações de experiências enriquecem o objeto ou personagem estudado, e este entrecruzamento mostra-se uma importante ferramenta de preservação da memória.²⁸³

Os testemunhos utilizados também apresentaram o que Andrea Casa Nova Maia chama, dentro da metodologia da História Oral, de “pontos de saturação”, em que as respostas se repetem em várias entrevistas sobre o mesmo tema.²⁸⁴ Nota-se que a maioria das associadas começou suas militâncias por meio de eventos ou projetos sociais, e os consideram fundamentais na construção de uma consciência política. Também foram assuntos recorrentes a importância da retificação do nome no documento de identidade e o evento anual *Parada da Diversidade*, que será analisado no próximo capítulo.

Apesar do histórico de luta de Cristiane na ATMS, sua candidatura à vereadora em 2020 na capital sul-mato-grossense contou com apenas 354 votos. Este resultado demonstra a falta de visibilidade da Associação entre a atual comunidade LGBTQIA+ do estado, a onda conservadora que a ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência trouxe, e o fato de que travestis ainda estão longe de ocuparem o poder legislativo em Campo Grande.

²⁸¹ Ibidem. p. 41.

²⁸² Pierre Bourdieu pensa a trajetória como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço em que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações.” BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 189.

²⁸³ LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

²⁸⁴ MAIA, Andrea Casa Nova. *História oral e movimentos sociais: A memória ferroviária em questão*. In: ALMEIDA, Juniele Rebêlo de (Org.). **História oral e movimento social: Narrativas públicas**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Segundo a presidente da ATMS, ao mesmo tempo em que se sente vitoriosa com as suas realizações, lamenta o longo caminho que a população trans ainda precisa enfrentar por inclusão e dignidade.

Hoje em dia a gente está a ver navios, não temos projetos, não temos nenhum projeto em execução e não temos previsão de quando haverá outro... O último edital de projeto também que saiu do Ministério da Saúde que era quem mais colaborava com os movimentos, em decorrência do histórico de luta contra a AIDS e tudo mais, porque o movimento também foi muito estigmatizado... O último que nós tivemos foi no final do governo Temer... Golpista ou não ainda lançou alguma coisa, agora com esse que está aí... Impossível. Enquanto isso as instituições padecem, como você viu o escritório está emprestado na minha casa porque a gente não tem uma sede própria. Então, quando dá a gente reúne as pessoas aqui, quando não dá, cada um está na sua casa e a gente tem só um ponto de referência, pra não dizer que não tem instituição. É isso... A gente vai cansando, por mais que muitas coisas tenham mudado... Mas eu vou continuar na luta até onde der, até onde a vida me permitir.²⁸⁵

Ao longo deste capítulo, a partir de discussões que abrangem noções de território, relações de poder e movimentos sociais, analisamos a importância social e política da ATMS, organização criada como resposta às violências perpetradas contra a população trans no Mato Grosso do Sul. Também apresentamos discussões teóricas sobre memória e a importância de depoimentos na produção historiográfica.

No próximo capítulo, a partir de múltiplos conceitos que cercam a dimensão de memória, analisaremos o acervo privado da ATMS, composto por fotografias e notícias de jornais recortados e preservados pelas integrantes associadas. Também será objeto de análise eventos promovidos anualmente pela organização, como a Parada da Cidadania LGBTQIA+ de Campo Grande e o Show da Diversidade.

²⁸⁵ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 5 abr. 2021.

3 ENTRE MEMÓRIAS, LUGARES E SIGNIFICADOS: O PASSADO SIMBÓLICO DA ATMS

Lo que el pasado deja son "huellas", en las ruinas y marcas materiales, en las huellas mnésicas del sistema neurológico humano, en la dinámica psíquica de las personas, en el mundo simbólico. Pero esas huellas en sí mismas no constituyen memorias a menos que sean ubicadas en un marco que les dé sentido.

Elizabeth Jelin

Para o historiador francês Pierre Nora, com o fim das sociedades de memória, que conservavam e transmitiam saberes históricos de forma hereditária, vivemos uma aceleração da história, que produz, cada vez mais rapidamente, um passado morto.²⁸⁶ É por este motivo, segundo Nora, que a memória contemporânea passou a ser arquivística, isto é, acumulamos religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos e sinais visíveis do que passou, achando brechas para o não desaparecimento, ou esquecimento de nossas histórias.²⁸⁷

Para além das entrevistas, o capítulo anterior foi escrito majoritariamente a partir de fontes periódicas e fotográficas presentes no acervo privado da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS). A partir de uma *vontade de memória*, os documentos deste arquivo foram preservados por integrantes da organização e gentilmente disponibilizados para a realização e enriquecimento da presente pesquisa.

Ampliando o pensamento de Nora, Elizabeth Jelin afirma que, no espaço público contemporâneo, crescem os arquivos, multiplicam-se as datas comemorativas, placas de recordação e monumentos permanentes, assim como o passado também tem se estruturado e organizado em meios massivos de comunicação.²⁸⁸

²⁸⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

²⁸⁷ *Ibidem*.

²⁸⁸ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires/Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2002. p. 9.

Esta “explosión” de la memoria en el mundo occidental contemporáneo llega a constituir una “cultura de la memoria” que coexiste y se refuerza con la valoración de lo efímero, el ritmo rápido, la fragilidad y transitoriedad de los hechos de la vida. Las personas, los grupos familiares, las comunidades y las naciones narran sus pasados, para sí mismos y para otros y otras, que parecen estar dispuestas/os a visitar esos pasados, a escuchar y mirar sus iconos y rastros, a preguntar e indagar. Esta “cultura de la memoria” es en parte una respuesta o reacción al cambio rápido y a una vida sin anclajes o raíces.²⁸⁹

A partir desta afirmação, pode-se concluir que a memória pode possuir um papel significativo, como um mecanismo cultural que fortalece o sentido de pertencimento de grupos ou comunidades.²⁹⁰ No caso das Associadas, o acervo como referência a um passado comum, ou “um lugar onde podemos lembrar de nossa história”²⁹¹, permite a construção de sentimentos como confiança e autovalorização.²⁹² Ademais, nenhum documento referente à Associação ou às travestis campo-grandenses, seja periódico ou fotográfico, foi encontrado no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA). Este fato nos revela que, sem este trabalho de memória realizado pelas integrantes da ATMS, tais processos de transformação simbólica e elaboração de sentidos do passado não seriam realizados.²⁹³

Através destes arquivos, muito se pode recuperar também das Paradas da Cidadania e Shows da Diversidade de Campo Grande. Realizados anualmente no centro da cidade e de forma pioneira pela ATMS, em comemoração ao mês do Orgulho²⁹⁴, estas festividades políticas e culturais tiveram um crescimento exponencial de frequentadores em dezenove anos, passando a integrar uma média de 30 mil pessoas em suas últimas edições. Com programações que incluem passeatas, apresentações artísticas e a divulgação da história do movimento LGBTQIA+ na cidade, estes eventos podem ser analisados a partir de conceitos como *memórias territorializadas*.

Realizando uma breve discussão sobre acervos privados, no primeiro tópico do presente capítulo, apresentaremos o arquivo organizado e catalogado da ATMS. Contaremos como se deu nosso primeiro contato com tais fontes, discorreremos sobre as potencialidades e os usos

²⁸⁹ Ibidem.

²⁹⁰ Ibidem. p. 10.

²⁹¹ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2020.

²⁹² JELIN, Elizabeth. op. cit. p. 10.

²⁹³ Ibidem. p. 14.

²⁹⁴ O mês de junho é considerado o Mês do Orgulho LGBTQIA+ ao redor do mundo. O período, que é marcado por eventos e paradas, faz referência a um movimento que aconteceu em 1969, em Nova York, conhecido como a Rebelião de Stonewall.

de periódicos e fotografias em produções historiográficas e realizaremos análises de documentos escolhidos.

O segundo tópico será dedicado a um panorama da trajetória do evento Parada em Campo Grande, incluindo a utilização de diversas categorias de fontes. Também discutiremos nesta ocasião de que forma o evento tem impactado a população sul-mato-grossense em geral, que como vimos no capítulo anterior, se constitui extremamente conservadora. Da mesma forma, pensaremos como as Paradas transformam a relação do sujeito participante com a cidade, proporcionando momentos de permissividade, conscientização, ações políticas e lazer. Por fim, será feita uma breve reflexão sobre minha participação na XIX Parada da Cidadania e Show da Diversidade de Campo Grande (2022), incluindo as percepções da pesquisadora acerca da experiência no evento.

3.1 O acervo privado da ATMS

Em fevereiro de 2020, durante o segundo encontro com Cristiane Stefanny, desta vez em sua casa, atual sede da ATMS, fui surpreendida com um armário contendo dezenas de pastas de documentos. Este volume se referia a um acervo de notícias de jornais recortados sobre travestis em Campo Grande, especialmente as que citavam a organização. Fotografias também faziam parte do conjunto e ilustravam momentos importantes para o movimento, tais como a assembleia de fundação da AMTS e mobilizações políticas nas ruas. Documentos físicos foram divididos e organizados entre os anos de 2000 e 2010, e, posteriormente, com o advento da era digital, os mais recentes foram catalogados em pastas no computador. Segundo Cristiane, para as integrantes da Associação e, sobretudo, para ela mesma, esta coleção possui uma função de rememorar a trajetória do movimento.²⁹⁵

Toda a documentação deste acervo privado é tida em fragmentos, ou seja, pedaços de notícias recortadas e coladas em cadernos ou pastas catalogadas por ano. Neste sentido, fez-se necessária, da mesma forma em que ocorre nos acervos públicos, uma reflexão sobre quais intenções estariam por trás de cada recorte, ou do que se desejou ou não ser guardado. Este processo, de acordo com Rejane Silva Penna e Cleusa Maria Graebin, é controverso, pois, de naturezas variadas, tais fontes dependem das atividades dos personagens que se relacionam a

²⁹⁵ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2020.

ela, de suas vontades de acumulação e aos critérios que norteiam suas escolhas dentre o que será preservado ou descartado.²⁹⁶ As autoras afirmam que

os vestígios da atividade humana são variados e se tivermos uma maior abrangência nas concepções sobre o que é importante na História, nossos fragmentos de papel sobre pessoas, instituições e gestos culturais serão chaves de leitura para compor uma memória múltipla. O trabalho com Acervos Privados, valorizando a experiência social, oferece aproximação com personagens por muitos desconhecidos, com todo o impacto das representações que faziam de si e do mundo.²⁹⁷

Outra característica importante sobre o acervo é o fato de ser privado, porém com dimensão pessoal, visto que Cristiane afirma ter construído a maior parte dele.²⁹⁸ Neste território onde o privado e o pessoal se misturam, torna-se necessário pensar em uma dimensão de *escrita de si*.²⁹⁹ Este conceito nos leva a investigar o que a idealizadora da Associação quis registrar da história de seu movimento e de sua própria história, percebendo que categorias de notícias mais valorizou e o que parece ter sido, para ela, importante preservar.

Para Ângela de Castro Gomes, a memória ou a *escrita de si* integram um conjunto de modalidades denominadas *produção de si*.³⁰⁰ Este processo começou quando se estabeleceu uma relação entre o indivíduo moderno e seus documentos, com a noção de cidadania, sujeito de direito, institucionalização de museus e o surgimento da literatura biográfica ou autobiográfica. Segundo a autora,

essas práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários –, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções. É o caso das fotografias, cartões postais e de uma série de objetos do cotidiano, que passam a provar e a transformar o espaço privado da casa, do escritório etc. em um “teatro de memória”. Um espaço que dá crescente destaque à guarda de registros que materializem a história do indivíduo e dos grupos a que pertence. Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de

²⁹⁶ PENNA, Rejane Silva.; GRAEBIN, Cleusa Maria. Acervos privados: indivíduo, sociedade e história. **Saeculum – Revista de História**, n. 23, 31 dez. 2010. p. 124.

²⁹⁷ Ibidem. p. 132.

²⁹⁸ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2020.

²⁹⁹ GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 380p.

³⁰⁰ Ibidem. p. 10.

forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas.³⁰¹

Outro aspecto considerado ao me deparar com tais fontes, foi pensar a metodologia de análise que deveria ser empregada a cada uma delas. A utilização de fontes periódicas e fotográficas em usos de compreensão do passado, fez parte, ao longo do século XX, da chamada *revolução documental*.³⁰² Tal movimento acabou com o império do documento oficial escrito, incorporou outros monumentos à investigação histórica e foi acompanhado de uma crítica ao próprio conceito de documento. Antes, considerado um atestado de veracidade, hoje é visto pela comunidade acadêmica como um monumento, uma contribuição.³⁰³

Historiadoras como Tânia Regina de Luca, Solange Ferraz de Lima e Vânia de Carvalho sugerem diversos procedimentos para a análise de documentos periódicos e fotográficos, sendo amplas e variadas suas possibilidades metodológicas. Para Tânia Regina de Luca, para se trabalhar com registros jornalísticos, é necessária a busca pelas fontes e a construção de uma longa e representativa série, a caracterização do material iconográfico presente na notícia, pensando nas opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação. Também é preciso, para a autora, descrever o grupo responsável pela publicação, identificando seus colaboradores e por fim, analisar o material todo de acordo com a problemática escolhida.³⁰⁴

O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.³⁰⁵

No caso da fotografia, Solange Ferraz de Lima e Vânia de Carvalho afirmam que romper com a noção de documento como prova significa parar de tratá-la como uma mera ilustração do acontecimento histórico, considerando-a uma fonte importante para resgatá-lo, percebendo

³⁰¹ Ibidem. p. 11.

³⁰² MEIRELLES, William. Ler, ouvir e ver. A revolução documental na pesquisa histórica: uma abordagem das formas da construção da história. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, p. 143-150, out. 2002.

³⁰³ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

³⁰⁴ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 111-153, 2005. p. 142.

³⁰⁵ Ibidem. p. 139.

suas características, isto é, quem a produziu e com que intenções, deslocando-se para um lugar de interpretação.³⁰⁶

A totalidade das fontes periódicas se dividem em notícias recortadas de jornais como *A Folha do Povo*, *Diário do Pantanal*, *Primeira Hora* (seção especial e policial), *Diário do Povo*, *O Estado de Mato Grosso do Sul*, *MidiaMax News*, *Campo Grande News* e *Correio do Estado*. Através desses registros, é possível perceber a grande recorrência de notícias em que Cristiane aparece, seja citada no corpo do texto, ou em fotografias. Muitas vezes, o que está escrito no periódico é descartado e somente a imagem é arquivada.

Observa-se que as temáticas das notícias consistem basicamente em violências e assassinatos contra as travestis na cidade de Campo Grande, colunas e crônicas de “humor” com conteúdo transfóbico, denúncias a policiais e suas práticas abusivas, reivindicações e manifestações da Associação. Entre centenas de notícias, apresentamos a seguir os documentos que melhor exemplificam tais questões:

³⁰⁶ LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 35.

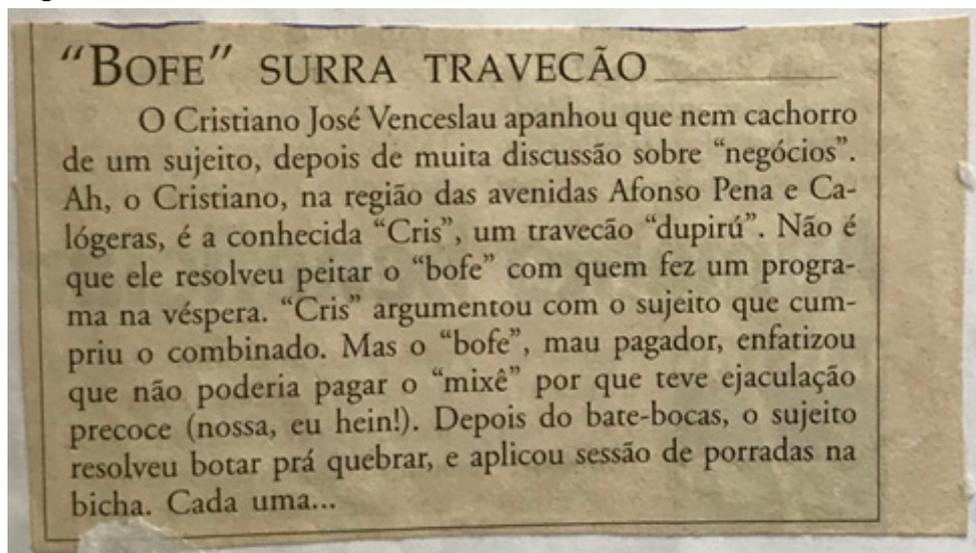
Figura 2 – Assassinato da Travesti Vamp



Legenda: Jornal Primeira Hora Polícia, 20 agosto de 2000.

Fonte: Acervo privado ATMS.

Figura 3 – Cristiane na coluna cotidiano



Legenda: Jornal Primeira Hora Polícia, 4 julho de 2000.

Fonte: Acervo privado ATMS.

Figura 4 – ATMS denuncia violência policial



Legenda: Diário do Pantanal, 11 dezembro de 2002.

Fonte: Acervo privado ATMS.

Figura 5 – Manifestação em frente ao fórum de Dourados



Legenda: Jornal Correio do Estado, 6 março de 2002.

Fonte: Acervo privado ATMS.

Figura 6 – Associação diz ser necessária a mudança de nome



Legenda: Jornal Primeira Hora Especial, 1 dezembro de 2000.

Fonte: Acervo privado ATMS.

Figura 7 – Entrevista com Cristiane no Jornal Correio do Estado



Legenda: Jornal Correio do Estado, 27 março de 2005.

Fonte: Acervo privado ATMS.

Na Figura 2, que se refere ao *Jornal Primeira Hora Polícia*, a exposição do corpo, as aspas quando o nome da vítima é citado e o uso do “um” ao invés de “uma” travesti revelam o caráter sensacionalista e preconceituoso da publicação. “Por volta das 21 de quarta-feira, foi morto com três tiros, sendo um na cabeça, um no peito e um no braço, Márcio Farias de Azevedo, 24 anos, travesti conhecido como “Vamp”.” Este último aspecto é comum também na coluna de “humor” *Cotidiano* (Figura 3), do mesmo jornal, “O Cristiano José Venceslau...”, no periódico *Diário do Pantanal* (Figura 4), “O presidente da ATMS, Cris Sthephany, disse que tanto os travestis...” e no *Primeira Hora Especial* (Figura 6), “a entidade representada pelo travesti Cris...”.

Podemos perceber uma mudança no respeito à identidade de gênero de Cristiane e suas companheiras ao longo do tempo, como mostra sua entrevista para o *Jornal Correio do Estado* (Figura 7), quatro anos após a fundação da Associação. “Cris Steffany, 25 anos, paraibana, nascida em João Pessoa...”. Este fato expressa pequenos avanços e espaços que esta comunidade alcançou através de seu movimento político.

Entre os documentos periódicos do acervo, são poucas as reportagens que relacionam travestis e criminalidade. Este aspecto parece representar o desinteresse em arquivar tais notícias, que, muitas vezes, são falaciosas, ou a intenção de documentar somente aquilo que desejam deixar para a posteridade. A iniciativa de preservar documentos, no caso da ATMS, nos possibilitou a análise do passado a partir do ponto de vista do grupo estudado, percebendo vontades, identidades e memórias.

Para Ana Maria Mauad, no caso da fotografia, independente se foi feita para registrar um fato ou representar um estilo de vida, o historiador deve se atentar aos detalhes, de maneira crítica e fazer uma interpretação. A foto pode informar determinados aspectos do passado, como condições de vida, moda, infraestrutura urbana, condições de trabalho e apresentar referências subjetivas, como emoções.³⁰⁷ A seguir, apresentamos a fotografia da assembleia de fundação da ATMS, os sorrisos presentes na imagem transmitem esperança.

³⁰⁷ MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história – possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

Figura 8 – Travestis fundam associação



Legenda: Assembleia de fundação da ATMS, 13 jan. 2001.

Fonte: Acervo privado ATMS.

No próximo tópico, apresentaremos um panorama geral sobre Parada da Cidadania e o Show da Diversidade de Campo Grande, dois eventos importantes para a história da Associação e da população LGBTQIA+ do Mato Grosso do Sul. Realizados há quase duas décadas pela ATMS, tais manifestações políticas e culturais marcaram a memória de uma coletividade.

3.2 A Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande e o Show da Diversidade

Paradas do Orgulho LGBTQIA+ são manifestações realizadas anualmente em diversos países do globo, surgindo, em cada território, a partir de diferentes contextos históricos e políticos. Para além da reivindicação de direitos para a comunidade, tais passeatas possuem outro aspecto em comum: acontecem, em geral, em junho, mês da icônica rebelião de Stonewall, em 1969, na cidade de Nova York. Este acontecimento foi um momento decisivo e

revolucionário que eletrizou o movimento pelos direitos dos homossexuais e transexuais, e que possui ressonância histórica até os dias de hoje.³⁰⁸

Em 1969, batidas policiais em bares gays na região de Manhattan, na cidade de Nova York, nos EUA, seguiam um padrão. Policiais invadiam o local, ameaçando e espancando funcionários e clientes do bar. Os clientes saíam para a rua e formavam filas para que a polícia pudesse prendê-los. Mas não foi isso que aconteceu nas primeiras horas da manhã do dia 28 de junho de 1969, durante uma operação policial no bar Stonewall Inn. Clientes e curiosos reagiram — e a consequência foi uma confusão que durou dias e resultou em uma rebelião conhecida atualmente como a Revolta de Stonewall, um marco que ajudou a desencadear o movimento atual pelos direitos civis LGBTQIAP+. [...] Em 1970, um ano após a revolta, ativistas liderados por Craig Rodwell comemoraram a data com um evento que chamaram de Dia da Libertação da Christopher Street, que atualmente é reconhecida como a primeira marcha do orgulho gay. Os acontecimentos em Stonewall têm sido celebrados desde aquela época, embora as pessoas negras e transgênero tenham sido amplamente reconhecidas por seus papéis fundamentais somente nos últimos anos.³⁰⁹

Para o pesquisador Moacir Lopes de Camargos, o acontecimento mais próximo que antecede ao que chamamos atualmente de Parada LGBTQIA+ aconteceu em 28 de junho de 1996, na praça Roosevelt em São Paulo. Promovido pelo Grupo Corsa³¹⁰, este ato reuniu cerca de 150 pessoas e foi importante para o começo de uma articulação para uma “Parada Gay”, que veio ocorrer na mesma data no ano seguinte.³¹¹

Essa primeira Parada, que tinha como tema *Somos muitos, estamos em todas as profissões*, aconteceu na Avenida Paulista, pois o pessoal decidiu que queria ocupar um espaço, sair à rua, diferente de se reunir em um local para se manifestar.³¹²

Ao longo dos anos, o evento entrou no calendário oficial da cidade de São Paulo, tornando-se o maior do mundo no gênero, chegando a contar com a participação de cerca de 4 milhões de pessoas em edições posteriores.³¹³ Em esferas nacionais, outras Paradas foram

³⁰⁸ Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQIAP+. National Geographic Brasil. 24 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³⁰⁹ Ibidem.

³¹⁰ Fundado em 1995, o Grupo Corsa é uma entidade de militância do movimento LGBTQ+ paulistano.

³¹¹ CAMARGOS, Moacir Lopes. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In: GREEN, James N.; FERNANDES, Marisa; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio (Orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda Editora, 2018. p. 424.

³¹² Ibidem. p. 425.

³¹³ SP faz sua 1ª Parada do Orgulho Gay. Memorial da Democracia. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/sp-faz-sua-1a-parada-do-orgulho-gay>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

surgindo em diversas capitais e cidades do interior do país, somando duzentas e setenta e cinco ocorrências em 2022.³¹⁴

Para Jacqueline de Jesus, o número considerável de Paradas e a sua dispersão temporal, considerando as características originais do evento, demonstram que elas foram absorvidas e adaptadas à cultura brasileira, desvinculando-se das tradições de seu surgimento.³¹⁵ Regadas de festas, trios elétricos e shows, e conhecidas como um “carnaval fora de época”, as Paradas quebram os paradigmas entre eventos de caráter reivindicatório, ditos “sérios”, com a possível presença de uma carnavalização, dita “não-séria”.³¹⁶

As Paradas assim, visibilizam a sua participação social, em um contexto não de concordância com a atual organização da sociedade, mas de crença em sua mudança. Enquanto passeatas, as Paradas têm um caráter político reivindicatório, e enquanto desfiles “carnavalescos”, dramatizam e exacerbam as diferenças internas entre LGBT, e em relação à população em geral. Essa proposição é reiterada pelo antropólogo Ronaldo Trindade, para quem as Paradas brasileiras combinam elementos de festa e de política, diferenciando-se das congêneres norte-americanas porque, nessas, somente membros de grupos organizados podem participar.³¹⁷

Promovidos pela ATMS, a Parada da Cidadania e o Show da Diversidade de Campo Grande, eventos anuais que acontecem no mesmo dia, geralmente no mês de junho, um após o outro, possuem, de acordo com Cristiane Stefanny, viés “comemorativo, ideológico e político”³¹⁸ e serão os objetos de análise deste tópico. Reconstruir um panorama e analisar a trajetória desta manifestação na cidade, da idealização em 2002 à edição de 2022, nos possibilita compreender de que maneira tais festividades políticas se consolidaram no território sul-mato-grossense, e quais foram os impactos causados pela Parada nas Associadas e na sociedade local.

As discussões continuarão sendo realizadas a partir de fontes orais das integrantes da ATMS, em especial, da entrevista de Cristiane, idealizadora dos eventos. Também serão utilizados documentos periódicos e fotográficos disponíveis online ou no acervo privado da Associação, além de fontes audiovisuais presentes em canais do *Youtube*. Marcos Napolitano

³¹⁴ Estudo aponta que Brasil teve ao menos 275 paradas LGBTQIAP+ em 2022. **QUEER IG**. Disponível em: <<https://queer.ig.com.br/2023-01-23/estudo-brasil-teve-ao-menos-275-paradas-lgbtqiap-2022.html>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³¹⁵ JESUS, Jaqueline Gomes de. **O protesto na festa: política e carnavalização nas Paradas do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)**. 2010. Tese de Doutorado em Psicologia Social – UNB, Brasília, 2010. p. 57.

³¹⁶ *Ibidem*. p. 63.

³¹⁷ *Ibidem*.

³¹⁸ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. *op. cit.* 2020.

afirma que a internet se tornou, nos últimos vinte anos, um arquivo e referência. A abordagem sugerida se aproxima de uma crítica sistemática que dê conta de seu estabelecimento como fonte histórica (datação, autoria, condições de elaboração, coerência histórica de seu “testemunho”) e de seu conteúdo potencial informativo sobre um evento ou processo histórico.³¹⁹

Anita Carneiro e Bruno Laitano complementam esta proposição, na medida que apontam a relevância de nos voltarmos sobretudo para o *Youtube*, especialmente na direção das questões referentes à transmissão, à interação com o público e aos usos do passado no ciberespaço.³²⁰

As estratégias de escolha de vídeos e/ou de canais dependerão do problema de pesquisa do/da historiador/a. Alguns dos aspectos que podem ser incluídos na seleção são: os filtros que a própria rede dispõe para pesquisas, como “Data do Upload” (Última hora, Hoje, Esta semana, Este mês, Este ano), “Tipo” (Vídeo, Canal, Playlist, Filme, Programa), “Duração” (Curto - menos de quatro minutos; e Longo - mais de vinte minutos), “Características” (4K, Alta Definição, HDR, Legendas/CC, Creative Commons, 3D, Ao vivo, Comprado, 360°, Local) e “Classificar por” (Relevância, Data de envio, Contagem de visualizações, Avaliação); as categorias de vídeos, que aparecem logo abaixo da descrição do conteúdo e que são geradas automaticamente pelo próprio *Youtube*; a ordem de aparecimento dos vídeos em pesquisas por palavras-chave; ou, ainda, a escolha de algum canal específico. Há inúmeras possibilidades de configuração daquilo que é visível aos usuários da plataforma em questão.³²¹

Buscamos, através de filtros de pesquisas, vídeos produzidos e postados pela imprensa e por frequentadores da Parada ao longo dos anos, que se referem ao momento em que o evento acontecia, alcançando um *corpus* videográfico significativo e expressando aspectos importantes a serem analisados.

³¹⁹ NAPOLITANO, Marcos. op. cit. 2008. p. 267.

³²⁰ LAITANO, Bruno Grigoletti; CARNEIRO, Anita. *YouTube* como fonte histórica: uma proposta de metodologia. In: BASSO, Alana et al. (Orgs.). **Comunicações do 3 Encontro Discente de História da UFRGS**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 239.

³²¹ Ibidem. p. 242.

3.2.1 “A gente parou e ficou”: do surgimento à consolidação dos eventos

A manifestação que marca o início da tradicional Parada da Cidadania³²² de Campo Grande aconteceu em 29 de junho de 2002, cerca de um ano após a criação da ATMS. De acordo com Cristiane, a data foi escolhida em homenagem ao dia simbólico do Orgulho LGBTQIA+, e aconteceu na praça Ary Coelho, localizada na região central da cidade. No dia seguinte ao evento, o *Jornal Correio do Estado* publicou a nota: “Pelo menos 150 pessoas participaram ontem de um ato gay em Campo Grande. A manifestação inédita na cidade, atraiu poucos.”³²³

Figura 9 – Cristiane discursando na I Parada da Cidadania



Fonte: Acervo privado ATMS.

Denominado “Ato Público pela Livre Expressão Sexual”, a manifestação foi, para todos que estiveram no local, um ato também de coragem. A maioria dos presentes na ocasião, de

³²² As denominações Parada da Cidadania ou Parada da Diversidade, como ficaram conhecidos publicamente os eventos ao longo dos anos, de acordo com Cristiane, expressam uma celebração ou movimento inclusivo para todos os cidadãos, sejam pertencentes às identidades LGBTQIA+ ou não.

³²³ *Jornal Correio do Estado*. Orgulho Gay faz ato público. Campo Grande, 30 jun. 2002. Acervo privado ATMS.

acordo com a depoente, eram travestis associadas. “E aí a gente se reuniu ali na praça e foi uma parada mesmo, porque não tinha nada... A gente parou e ficou.”³²⁴

A partir da segunda edição (2003), a Associação demonstrou preocupação com uma programação para o evento, lançando uma agenda de atividades. A realização foi possível a partir de um orçamento de dez mil reais, concedido pelo Ministério da Saúde, para ações de conscientização, especialmente sobre DSTs. Nos dias 1 e 2 de julho, e em parceria com o Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste (IBISS-CO), as Associadas realizaram palestras sobre diversidade sexual para professores da Escola Estadual Maria Constança³²⁵, em seguida, no dia 4, aconteceu a então “Segunda Parada da Cidadania”, dividida em três etapas. Pela manhã, às 9h, na Praça Ary Coelho, foram montadas barracas para a distribuição de materiais educativos, preservativos, além de apresentações de teatro e shows de Drags. Às 15h ficou marcada a “Caminhada da Diversidade”, começando pela Rua 14 de julho e terminando no calçadão da Rua Barão do Rio Branco³²⁶, com apresentações de bandas e performances em um trio elétrico.³²⁷

Cerca de mil pessoas, segundo a Agetran, participaram ontem da parada gay, ou o 2º Show da Diversidade, no centro de Campo Grande, onde o trânsito praticamente parou. Durante três horas, gays, lésbicas, bissexuais e travestis (GLBT) movimentaram a cidade com música e bandeira de 50 metros com as cores do arco íris, símbolo dos homossexuais. [...] A parada contou com apoio de oito agentes da Agência Municipal de Trânsito (Agetran) e dois da Companhia de Policiamento de Trânsito (Ciptran).³²⁸

Segundo o *Jornal Correio do Estado*, esta primeira caminhada surpreendeu a população campo-grandense, que retribuiu a manifestação com olhares de reprovação, surpresa, divertimento e apoio.³²⁹ Em relação ao comércio, Cristiane afirma que “no começo as lojas

³²⁴ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2020.

³²⁵ Professores vão receber aulas de travestis nos dias 1 e 2. **Perfil News [online]**. 16 jun. 2003. Disponível em: <<https://www.perfilnews.com.br/professores-va-receber-aulas-de-travestis-dias-1-e-2/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³²⁶ Todos os trechos em que passou a “Segunda Caminhada da Diversidade” são áreas comerciais do centro da cidade de Campo Grande.

³²⁷ *Aquidauana News*. Entidades promovem “Parada Gay” hoje em Campo Grande. Aquidauana, 4 jul. 2003. Acervo privado ATMS.

³²⁸ *Jornal Correio do Estado*. Parada Gay paralisa centro de Campo Grande. Campo Grande, 5 jul. 2003. Acervo privado ATMS.

³²⁹ *Ibidem*.

xingavam, jogavam balde de água na gente, fechavam as lojas de medo, pra não ver a gente passar...”³³⁰.

Presente no acervo privado da Associação, a imagem a seguir expressa a segunda Parada em seu momento de passeata, que contou com a participação de cerca de mil pessoas.³³¹ Na fotografia, podemos observar a atual bandeira do movimento LGBTQIA+ no centro da caminhada ao longo da Rua 14 de Julho.

Figura 10 – II Parada da Cidadania de Campo Grande (2003)



Fonte: Acervo privado ATMS.

Podemos perceber o crescimento no número de frequentadores do evento na medida em que, na edição de 2005, cerca de 5 mil pessoas participaram da caminhada, que teve como tema “Direitos: nem mais nem menos, apenas iguais”.³³² Cristiane afirma que este título fez referência à luta pela legalização do casamento homoafetivo, ainda não assegurado pelo Supremo Tribunal Federal naquele momento.³³³

³³⁰ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2020.

³³¹ *Jornal Correio do Estado*. Parada Gay paralisa centro de Campo Grande. Campo Grande, 5 jul. 2003. Acervo privado ATMS.

³³² *Jornal Folha do Povo*. Arco íris coloriu Campo Grande. Campo Grande, 16 jul. 2005. Acervo privado ATMS.

³³³ O casamento homoafetivo foi assegurado pelo STF somente em outubro de 2011.

De acordo com o jornal *Perfil News*, a Polícia Militar (PM) e a Guarda Municipal foram designadas pela prefeitura para garantir a segurança deste segundo evento.³³⁴ Este fato aponta uma problemática e um ponto de tensão, na medida em que, neste mesmo período, agentes de segurança da capital sul-mato-grossense eram denunciados pela Associação por violência de Estado contra as travestis, principalmente as que se prostituíam nas ruas.

A IV Parada da Cidadania (2005) contou com uma grande participação de pessoas de cidades do interior do estado, como Coxim, Corumbá, Três Lagoas e Aquidauana, além da presença de famílias, crianças e idosos.³³⁵

Dentre gays, lésbicas e travestis, muitas famílias curiosas com o movimento foram às ruas acompanhar a Parada. Janete de Oliveira estava acompanhada de seus filhos, assistindo à passeata, e afirma que acha muito legal eles estarem lutando pelos seus direitos. Outra mãe, Michelle Paola, levou a sua filha durante toda a passeata, a fim de mostrar desde cedo a ela a importância de respeitar as diferenças. “Não quero que ela tenha preconceitos”, disse Michelle.³³⁶

Conforme dados da PM, mais de 10 mil pessoas participaram da V Parada da Cidadania (2006), que teve como tema “Preconceito sexual e de Gênero é Crime”. Desta vez, o desfile recebeu 45 mil reais do setor público e, contando com três trios elétricos, promoveu apresentações das artistas Elke Maravilha e Rita Cadillac.³³⁷ Neste ano, a Casa da Cidadania esteve presente nas atividades pela manhã, conversando com a população sobre prevenção ao uso de drogas. Na ocasião, o IBISS-CO montou um estande para a distribuição de preservativos, e o HEMOSUL, um banco móvel para fazer testes gratuitos do vírus do HIV.³³⁸ A Parada também foi se transformando em um momento de divulgação dos projetos em andamento da ATMS, tais como o “Visibilidade Produtiva”, “Novos Sonhos” e “Nós temos direitos”, que aconteciam naquele ano.³³⁹

³³⁴ Parada gay busca vencer discriminação. *Perfil News [online]*. 16 jun. 2003. Disponível em: <<https://www.perfilnews.com.br/parada-gay-busca-vencer-discriminacao/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³³⁵ *Jornal Folha do Povo*. Arco íris coloriu Campo Grande. Campo Grande, 16 jul. 2005. Acervo privado ATMS.

³³⁶ *Ibidem*.

³³⁷ *Jornal Correio do Estado*. Parada Gay atrai cerca de 10 mil pessoas em Campo Grande. Campo Grande, 16 set. 2006. Acervo privado ATMS.

³³⁸ *Ibidem*.

³³⁹ Passeata da Parada Gay atrai 12 mil pessoas em Campo Grande. *Perfil News [online]*. 16 jun. 2003. Disponível em: <<https://www.perfilnews.com.br/passeata-da-parada-gay-atrai-12-mil-pessoas-em-campo-grande/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Com a participação de 30 mil pessoas, o triplo da quantidade do ano anterior, a VI Parada (2007) teve apoio do Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (CENTRHO)³⁴⁰. O órgão montou um quiosque e discutiu sobre a violência homofóbica, orientando a população que passava pela Praça Ary Coelho sobre a importância da diminuição do preconceito e da discriminação por orientação sexual.³⁴¹

As ações estão em consonância com o levantado, discutido e sugerido na Conferência MS Contra a Violência. Na ocasião, o coordenador do Centrho, Mateus de Castro Castelluccio falou sobre ações de prevenção e combate à homofobia. Ele explicou que as principais funções do centro são atender as vítimas, encaminhar denúncias, realizar atividades de prevenção e elaborar ações com outros órgãos para defender os direitos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis.³⁴²

O suporte financeiro do Ministério da Cultura e da Saúde, do Programa Municipal, Estadual e Nacional de DST/AIDS, Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural e Fundação Estadual de Cultura, que apoiaram as edições de 2007 e 2008, foram obtidos, segundo Cristiane, a partir de uma “procura infinita de financiamento em todos os cantos e por todos os lados”³⁴³, demonstrando que os eventos anuais vinham acontecendo com um grande empenho das travestis da Associação.

Ao longo do tempo, a Praça Ary Coelho foi se transformando em um espaço marcante para o movimento LGBTQIA+ da cidade, em especial, para as travestis da ATMS que participavam integralmente da organização da Parada.³⁴⁴ A socióloga Elizabeth Jelin compreende este fenômeno e o conceitua como *marcas territoriais*, quando um espaço físico adquire e reafirma sentidos para uma determinada coletividade.³⁴⁵

³⁴⁰ O Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (CENTRHO) foi criado em junho de 2006, a partir de uma parceria entre o Governo do Estado de MS e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia.

³⁴¹ Centro de combate à homofobia participa de parada gay. **Capital News [online]**. 19 nov. 2007. Disponível em: <<https://www.capitalnews.com.br/geral/centro-de-combate-a-homofobia-participa-de-parada-gay/36876>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³⁴² *Ibidem*.

³⁴³ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2020.

³⁴⁴ Ao longo das seis entrevistas realizadas para esta pesquisa, houve um ponto de saturação a que diz respeito a esta afirmação.

³⁴⁵ JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. Introducción. Las marcas territoriales como nexos entre pasado y presente. **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**, v. 5, 2003, p. 3.

En otras palabras, cuando en un sitio acontecen eventos importantes, lo que antes era un mero “espacio” físico o geográfico se transforma en un “lugar” con significados particulares, cargado de sentidos y sentimientos para los sujetos que lo vivieron.³⁴⁶

Este processo, entretanto, não é isento de embates. Assim como as travestis da Associação conferem sentidos a este espaço, outros grupos também o disputam, de forma simbólica ou não, desejando transformá-lo em um lugar a partir de outros sentidos e significados. A VII Parada da Cidadania (2009) inaugurou uma série de conflitos, que se desdobram até os dias atuais, com a comunidade evangélica local, que cresceu substancialmente entre as décadas de 2000 e 2010.³⁴⁷

O primeiro episódio significativo desses embates foi a proibição de crianças e adolescentes em participar de qualquer atividade do evento de 2009. A determinação foi feita por meio de uma portaria editada pela juíza da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Campo Grande, Katy Braun do Prado. De acordo com a medida, adolescentes entre 16 e 18 anos só seriam permitidos acompanhados dos pais ou responsáveis, e os que porventura desobedecessem a estas normas, ficariam sujeitos à multa, determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).³⁴⁸ Para Cristiane,

aquilo foi uma tentativa de boicote da juíza Kátia Braun, também evangélica, foi uma provocativa que queria proibir menor de idade de ir na Parada, que já estava bombando. Só poderia ir de dezesseis anos para cima acompanhado dos pais. Moral da história foi que a parada dobrou porque isso saiu em tudo quanto é imprensa, os filhos todos queriam ir na Parada e aí os pais iam junto, então foi bem legal porque foi um monte de gente, não adiantou, eles pediram pro Conselho Tutelar ir lá e o Conselho Tutelar falou para eles relaxarem porque é um evento público.³⁴⁹

Nesta mesma edição de 2009, no dia da Parada, todas as ruas que cercam a Praça Ary Coelho (14 de Julho, Afonso Pena, 13 de Maio e 15 de Novembro) amanheceram cobertas com as frases “Buscai o Senhor enquanto se pode achar!”, “Jesus Voltará” e “O pecado não te ama! Jesus sim te ama!”. As letras grandes e brancas foram pintadas à mão, tomando grande parte

³⁴⁶ Ibidem.

³⁴⁷ Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de evangélicos saltou de 26,2 milhões para 42,3 milhões entre 2000 e 2010, crescendo de 15,4% da população para 22,2%. No Mato Grosso do Sul, este número saltou de 378.654 mil fiéis para 648.831 mil. Em percentuais, o aumento foi de 18,2% para 26,4% do total da população.

³⁴⁸ Juíza proíbe menores de 16 anos em Parada Gay da Capital. **Campo Grande News [online]**. 19 nov. 2009. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/juiza-proibe-menores-de-16-anos-em-parada-gay-da-capital-11-19-2009>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³⁴⁹ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2020.

das ruas.³⁵⁰ Em entrevista para o *Capital News*, Cristiane apontou o ato como provocativo e carregado de discriminação. “Quem será que são os baderneiros? Nós que estamos em um movimento legalizado ou esses conservadores que fizeram isso? Na Marcha para Jesus nenhum homossexual foi incomodar.”³⁵¹

Figura 11 – Manifestação cristã em dia de Parada da Cidadania



Legenda: Em dia de “Parada Gay”, frases religiosas amanhecem pintadas nas vias do Centro; população não gosta. Campo Grande, 20 nov. 2009. Fonte: Capital News.

Além da Parada, parte deste trecho da área central de Campo Grande é também percurso de eventos como a *Marcha para Jesus*³⁵², que passou a acontecer anualmente na cidade desde o ano de 2003.³⁵³ Apesar de considerar a heterogeneidade de pessoas que frequentam a Marcha, Raquel Sant’Ana conclui, em uma análise sobre a marcha do ano de 2013, na cidade de São Paulo, que a maioria dos participantes defende o aniquilamento de diversas condutas com as quais não concordam, entre elas a homossexualidade.³⁵⁴

³⁵⁰ Em dia de “Parada Gay”, frases religiosas amanhecem pintadas nas vias do Centro; população não gosta. **Capital News** [online]. 20 nov. 2009. Disponível em: <<https://www.capitalnews.com.br/conteudo.php?cid=82781>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³⁵¹ Ibidem.

³⁵² A Marcha para Jesus é um evento internacional que ocorre anualmente em milhares de cidades espalhadas pelo mundo.

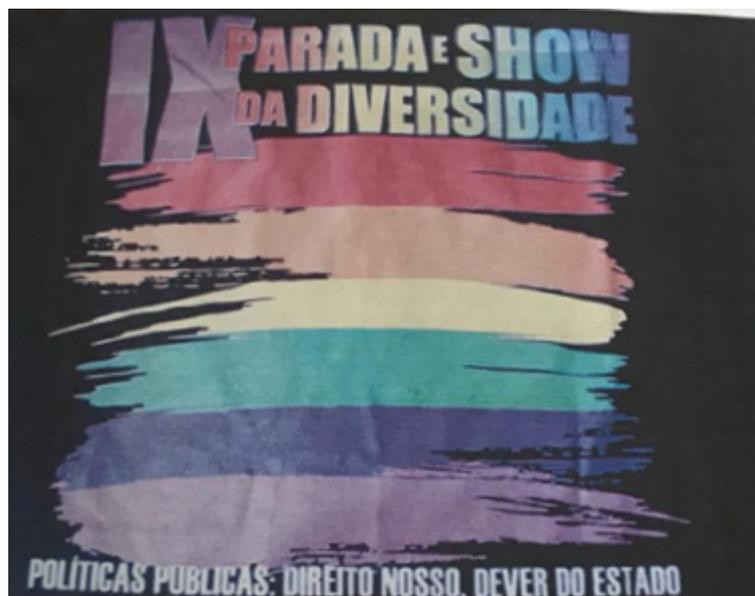
³⁵³ Com meta de reunir 120 mil, Marcha para Jesus fará coro a Bolsonaro na Capital. **Campo Grande News** [online]. 6 out. 2022. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/com-meta-de-reunir-120-mil-marcha-para-jesus-fara-coro-a-bolsonaro-na-capital>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³⁵⁴ SANT’ANA, Raquel. O som da Marcha: evangélicos e espaço público na Marcha para Jesus. **Religião & Sociedade**, v. 34, 2014. p. 212.

O alvo combatido na Marcha, no entanto, é uma manifestação mais geral do que seria a ação do Demônio. Os elementos acionados como sendo fruto da ação do Diabo sobre as vidas humanas incluem a sujeira do rio Tietê, mas também a violência urbana, a prostituição, a homossexualidade e a corrupção. O combate a esse mal não se dá apenas pela ação de um pastor mediador, mas conta com a performance coletiva do público que se torna um verdadeiro “exército de Jesus” com suas armas de “louvor” e “oração”.³⁵⁵

Com o tema “Políticas Públicas: Direito Nosso, dever do Estado”, a IX Parada (2010) passou a promover, após a tradicional caminhada, apresentações de diversos artistas na recém-inaugurada Concha Acústica Família Espíndola, na Praça do Rádio Clube³⁵⁶. Este momento foi denominado “Show da Diversidade”, e continuou a ser realizado, caso houvesse financiamento, em edições posteriores.

Figura 12 – Folheto da IX Parada e Show da Diversidade



Fonte: Acervo privado ATMS.

Algumas edições aconteceram sem o apoio financeiro de nenhuma instituição pública, como no caso da XII Parada (2013). Nesta ocasião, em entrevista ao *Midiamax*, Cristiane volta a citar a Marcha Para Jesus e critica a diferença de tratamento entre os dois eventos pelo Estado, principalmente no que se refere à distribuição de recursos.

³⁵⁵ Ibidem.

³⁵⁶ Muito próxima a Praça Ary Coelho, e por determinação da Prefeitura, a partir deste momento, as próximas edições passaram a também acontecer na Praça do Rádio Clube, desde os atendimentos sociais, à concentração para a caminhada e o show.

A decisão da Fundac (Fundação de Cultura de Campo Grande) de apoiar a Parada da Diversidade Sexual com cedência das praças Ary Coelho e do Rádio Clube, além de banheiros químicos, desapontou a Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul, organizadora do evento. [...] Pelas redes sociais, a presidente da entidade, Cris Stefanny, reclamou. Segundo ela, o orçamento para a realização da parada gay na capital de Mato Grosso do Sul é de R\$ 167.400,00. Com o alto custo, Cris disse que para a Parada acontecer em Campo Grande neste ano, será necessário que cada um dos participantes colabore com um pouco de dinheiro. [...] “Se fosse para a “Marcha para Jesus” onde até ônibus escolares foram usados por várias prefeituras para transportar fiéis ao invés de alunos e se fosse para pagar trios milionários para carregar a besta fera do Silas Malafaia, rapidinho tinha milhões. Só nos resta cantar nos banheiros químicos no meio das duas praças. É um verdadeiro absurdo isso, mas o que esperar de uma administração municipal onde prefeito, vice-prefeito, secretários, presidente da Fundação de Cultura, enfim, todos, são evangélicos?” disse a organizadora.³⁵⁷

Mesmo sem financiamento estatal, a Associação promoveu um ato público na Praça do Rádio Clube denominado “Diversificando a Diversidade”. A programação contou com palestras de voluntários e exibição de filmes. Nesta ocasião, travestis associadas também discursaram sobre o contexto político da época, referente à eleição do Pastor Marco Feliciano, assumidamente homofóbico, para presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e o momento de grande ascensão da bancada evangélica na política.

Devido à pressão popular, no ano seguinte, a XIII Parada (2014) aconteceu, com apoio da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e do Ministério da Saúde. Com o tema “Um país democrático, é um país livre, laico e sem discriminação!”, o evento pediu um país mais igualitário para homossexuais e um Estado que atue sem intervenção de preceitos morais religiosos.³⁵⁸ “Esperamos comprometimento com as causas sociais, os direitos humanos e combate severo à homofobia e transfobia. Um governo laico, democrático e que não tenha ranços e rancor por achar que os movimentos sociais sejam seus inimigos”, destacou Cristiane à imprensa.³⁵⁹

³⁵⁷ Associação reclama de pouco apoio à parada gay e causa polêmica em Campo Grande. **Midiamax [online]**. 13 set. 2013. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/geral/2013/associacao-reclama-de-pouco-apoio-a-parada-gay-ecausa-polemica-em-campo-grande/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³⁵⁸ Parada da cidadania LGBT acontece sábado em Campo Grande. **Agência Brasil [online]**. 25 out. 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-10/populacao-lgbt-de-campo-grande-pede-combate-homofobia-e-estado>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³⁵⁹ Ibidem.

Figura 13 – Participantes da XIII Parada manifestando por um Estado laico



Fonte: Arquivo Campo Grande News

A parada de 2014 também comemorou os avanços obtidos para a comunidade naquele ano, como o uso do nome social por travestis e transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), além de ações de combate à homofobia.³⁶⁰

Entre as atividades da 13ª Parada da Cidadania LGBT estão blitzes educativas em boates, bares, motéis, saunas e outros pontos de concentração dessa população para a entrega de materiais de conscientização para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e do vírus da aids e também de incentivo ao uso de preservativos. Palestras sobre direitos humanos e apresentações culturais também vão mobilizar os participantes.³⁶¹

De acordo com um participante da XIV Parada (2015), em entrevista ao *Jornal Correio do Estado*, “antes desta festa, o movimento não era visto pela sociedade. Acredito que independentemente do número de pessoas que participam, o importante é que sociedade tome conhecimento da situação e respeite”.³⁶² Este posicionamento demonstra que, de certa forma, a ATMS conquistou alguma visibilidade para a comunidade LGBTQIA+ em Campo Grande. No

³⁶⁰ População LGBT de Campo Grande pede combate à homofobia e Estado laico. **Agência Brasil [online]**. 25 out. 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-10/populacao-lgbt-de-campo-grande-pede-combate-homofobia-e-estado>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³⁶¹ Ibidem.

³⁶² Parada da Diversidade reúne 2 mil pessoas em Campo Grande. **Correio do Estado [online]**. Campo Grande, 14 nov. 2015. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/cidades/parada-da-diversidade-reune-2-mil-pessoas-em-campo-grande/263031/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

decorrer dos anos, segundo Cristiane, o comportamento do comércio em relação ao evento também foi se transformando.

Aí elas começaram a abrir as portas, decorar suas vitrines, pede para os funcionários acompanhar... Até fecha as lojas, mas não por causa da gente, mas para acompanhar a parada, pessoas jogam confete em cima dos prédios, manda tchau e tal... Então tem de tudo, né, ainda tem muita homofobia, muita violência, mas a gente não pode negar que mudou muito.³⁶³

Através de um vídeo postado no *Youtube* por um participante, em meio a gritos que ecoavam “Fora Temer”, podemos acessar o discurso proferido por Cristiane durante a XV Parada (2016), quando o trio elétrico passa pela Avenida Afonso Pena, principal trecho da cidade.³⁶⁴ Além de pedir colaboração, igualdade e respeito, a presidente de honra da ATMS propõe um diálogo tradicional e simbólico com cidadãos que passavam alheios à manifestação. A declaração de Cristiane aponta uma busca por conscientizar a população por igualdade e respeito, por ela, e por todos.

Aqui na 14 de julho com a Afonso Pena a gente sempre faz questão de ter umas paradas obrigatórias, porque este é o momento que a gente não pensa somente nos nossos direitos, mas também em conscientizar a população campo-grandense para o respeito à diversidade, à igualdade, à diversidade de pessoas que existem neste estado. É super importante saber que podemos contar com a colaboração de vocês. [...] Não estamos pedindo que vocês nos aceitem, estamos pedindo respeito.³⁶⁵

Com a criação, no ano de 2017, da Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT, que passou a integrar o organograma do Governo do Estado dentro da pasta de Cidadania e Cultura, a Parada passou a ser organizada oficialmente de forma conjunta com subsecretários.³⁶⁶ A XVI Parada (2017) teve atrações regionais, com intuito de valorizar a arte e a cultura sul-mato-grossense. Com o tema “Não há cura para o que não é doença”, esta edição protestou contra a polêmica liminar concedida pelo juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito

³⁶³ VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. op. cit. 2020.

³⁶⁴ PRADO, Francisco. XV parada da cidadania LGBT Campo Grande-MS, Novembro de 2016. *Youtube*, 9 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EO-Ulni2MLI>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³⁶⁵ *Ibidem*.

³⁶⁶ Desde 2009, a Parada vinha sendo realizada com apoio do Fórum LGBT do MS, criado também pela Associação. No entanto, a partir de 2017, o evento começou a ser organizado oficialmente junto a subsecretários como Frank Rossate e Leonardo Bastos.

Federal. Na prática, tal medida tornava legalmente possível que psicólogos oferecessem “terapias de reversão sexual”, popularmente chamadas de “cura gay”.³⁶⁷

Este ano também marcou a iniciativa dos vereadores Eduardo Romero (PT do B) e Valdir Gomes (PSD), primeiro legislativo do Mato Grosso do Sul assumidamente homossexual, de propor o Projeto Lei Complementar n. 8.613/17, que instituiria no calendário oficial do município de Campo Grande a “Parada da Cidadania LGBT e Show da Diversidade”. Amplamente discutido, o projeto acabou sendo aprovado por 13 votos a 12, porém foi vetado pelo então prefeito Nelson Trad Filho (PSD). Segundo enquete produzida pelo *Jornal TopMídiaNews*, 75% da população campo-grandense apoiou a decisão do prefeito.³⁶⁸ Apesar de avanços como a criação da Subsecretaria LGBT+ e o cargo de Cristiane na prefeitura, como Coordenadora Municipal de Políticas Públicas LGBT, o corpo político e social do Mato Grosso do Sul mostrou-se ainda muito atravessado pelo fundamentalismo religioso.

Em entrevista no programa Balanço Geral MS (TV Record), para a divulgação da XVII Parada (2018), Cristiane continuou a criticar a gestão da prefeitura de Campo Grande ao afirmar que esta apoia logisticamente a Parada, mas não financeiramente.³⁶⁹

A prefeitura apoia logisticamente, apoia com aquela questão da Guarda Municipal, da Segurança, por ser um evento público, de cunho social, não é cobrado, então tem todo esse apoio estrutural do ponto de vista logístico, não necessariamente financeiro. [...] O Governo tem apoiado, isso desde os governos anteriores até o atual, mas também através de chamamento público, com projetos sociais que nós apresentamos.³⁷⁰

A temática desta edição, “Empoderamento LGBT, Nosso Voto! Nossa Voz” se referia a iniciativa de impedir, através do voto, que o então candidato assumidamente homofóbico Jair Bolsonaro, chegasse a vencer as eleições presidenciais.³⁷¹

³⁶⁷ “Cura gay”: o que de fato disse o juiz que causou uma onda de indignação. **EL PAÍS [online]**. São Paulo, 20 set. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³⁶⁸ Em enquete, 75% dos leitores são contra a inclusão da Parada LGBT no calendário oficial da Capital. **Top Mídia News [online]**. Campo Grande, 11 set. 2017. Disponível em: <<https://www.topmidianews.com.br/campo-grande/em-enquete-75-dos-leitores-nao-apoia-inclusao-da-parada-lgbt-no/76086/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³⁶⁹ DIARIODIGITALMS. Balanço Geral MS - Sábado acontece a XVII Parada da Cidadania LGBT em Campo Grande. *Youtube*, 27 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s3qvaAmNcAM>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³⁷⁰ *Ibidem*.

³⁷¹ Empossado Presidente da República em janeiro de 2019, 65,22% da população sul-mato-grossense votou em Jair Bolsonaro.

As fotografias a seguir, capturadas por mim, apresentam momentos semelhantes aos já citados neste trabalho, mas que se reproduziram novamente na edição de 2022. A Figura 15 captura o instante em que Cristiane realiza o diálogo simbólico com a população do centro da cidade e a Figura 16, em que os participantes carregam a bandeira da comunidade LGBTQIA+ no trajeto da Caminhada, nos relembra a Figura 10, referente à segunda Parada da Cidadania, dezenove anos antes.

Figura 15 - Cristiane discursando no trio elétrico



Fonte: A autora, 2022.

Figura 16 – XIX Parada da Cidadania (2022)



Fonte: A autora, 2022.

Um dos momentos mais marcantes, para mim, foi a apresentação de Berbela Mortis, multiartista regional, durante o Show da Diversidade. Em sua performance baseada no livro “O amanhã não está à venda”, de Ailton Krenak³⁷³, Berbela denunciou uma das mais urgentes

³⁷³ KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das Letras, 2020.

problemáticas que se referem aos povos originários no Estado do Mato Grosso do Sul: o agronegócio e o genocídio indígena.³⁷⁴ Apesar do evento apresentar claras influências e tradições internacionais, observamos em apresentações como a de Berbela potencialidades na troca cultural, não só em um sentido de transferência, mas considerando a intersecção com origens e problemáticas locais.

Figura 17 – Performance “O amanhã não está à venda” no Show da Diversidade



Fonte: Fotografia: Tanaíra Sobrinho.

Em linhas gerais, ao apresentarmos um panorama da trajetória da Parada da Cidadania, idealizada e organizada até os dias atuais pela ATMS, analisamos seus diversos impactos na população e no território campo-grandense. Mencionamos a transformação da postura do comércio e a visibilidade alcançada, sobretudo na mídia local, do movimento LGBTQIA+ e suas atuações políticas. Ao longo da investigação, compreendemos momentos de altos e baixos no número de frequentadores e de financiamento para a festa e o contexto histórico do país através das temáticas de cada ano. Além disso, localizamos uma disputa territorial para além do espaço físico, pensando nas dimensões sociais, políticas e de memória, entre o movimento

³⁷⁴ De acordo com o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Mato Grosso do Sul é o segundo estado com maior número de indígenas assassinados em 2021, ficando atrás apenas do Amazonas. Fonte: MS é o segundo estado do Brasil em número de assassinatos de indígenas em 2021, aponta Cimi. **G1 Mato Grosso do Sul [online]**. 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/08/17/ms-e-o-segundo-estado-do-brasil-em-numero-de-assassinatos-de-indigenas-em-2021-aponta-cimi.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

Parada e o conservadorismo e fundamentalismo religioso de uma parcela da população sul-mato-grossense, que ocupa grande parte das cadeiras legislativas da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reflexões acerca da formação do pensamento social, político e cultural brasileiro foram fundamentais para a o entendimento do lugar da travestilidade na história do tempo presente. Com respaldo nos projetos de nação de fins do século XIX, baseados em uma família formada por pessoas brancas e heterossexuais, localizamos um processo histórico de exclusão social de pessoas que fogem à esta norma no Brasil. O olhar interseccional foi importante na consideração de questões raciais dentro da comunidade trans, para a não generalização desses corpos e existências, compreendendo que mesmo em um contexto de marginalização, existem camadas de privilégios. Ao longo do século XX, localizamos nas experiências de travestis brancas uma possibilidade maior de ascensão social, aceitação e permissividade, sobretudo através da cena artística, enquanto travestis negras raramente alcançaram visibilidade ou acumularam riqueza, admiração e status cultural.

A partir de uma revisão de literatura, foi possível reunir trabalhos que conversam entre si, respondendo questionamentos inicialmente propostos para esta investigação. Os períodos autoritários do Brasil republicano, sobretudo a ditadura militar brasileira (1964 -1985), se mostraram decisivos para a institucionalização de práticas policiais abusivas contra a comunidade trans, principalmente para as que trabalham na prostituição. As “Rondas de Wilson Richetti” ecoaram nas atuações de agentes institucionais do Estado por todo o país, através de perseguições, humilhações, espancamentos, e diversas outras práticas, mesmo após a redemocratização. A semelhança entre os relatos mobilizados por Don Kulick para a cidade de Salvador, e por mim, em relação aos arrastões da DEOPS-MS, expressam um grande exemplo desta herança e ressonância histórica.

Paralelamente a esta discussão, também concluímos que, ao longo dos séculos XX e XXI, existências trans foram construindo formas de existir e resistir em território brasileiro, seja através da linguagem, da autoafirmação ou da organização política. Esta conclusão foi pensada a partir de uma extensa bibliografia que incluiu numerosas análises historiográficas, estudos de caso e livros autobiográficos, como o de Jovanna Baby (fundadora da ASTRAL). Apresentamos os avanços significativos para esta comunidade nas últimas duas décadas, sobretudo a partir da criação de mais de 120 associações regionais e de um movimento nacional. Pessoas trans, portanto, não se configuram somente como vítimas de um sistema excludente, mas também como agentes de transformação dele.

Assim como no cenário nacional, a investigação acerca da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS) apresentou uma luta política coletiva que possibilitou a diminuição de violências de Estado contra travestis. A cidade de Campo Grande também manifestou especificidades importantes a serem observadas, principalmente no que diz respeito à sua cultura e população ultraconservadora e não propícia para a formação de movimentos de reivindicação de direitos para pessoas LGBTQIA+. Este estudo, portanto, permitiu um olhar para o contexto histórico, político e cultural da região, e demonstrou que a comunidade trans local teve mais dificuldade para se organizar do que outros grupos de grandes centros urbanos, e que suas conquistas romperam um sistema hegemônico. As metodologias de pesquisa utilizadas, que auxiliaram na análise de fontes orais, periódicas e fotográficas, foram fundamentais no resgate dessas informações, além de apresentarem histórias e trajetórias pessoais.

No caso das fontes orais, é preciso considerar que histórias de vida não são compostas somente por momentos de glória, mesmo que alguns depoimentos as façam parecer. Erros, recuos, hiatos, decepções, ou até mesmo sentimentos não tão nobres por parte das personagens são absolutamente naturais em uma trajetória, seja ela individual ou de um grupo. Esta questão metodológica foi compreendida por mim ao longo da construção do trabalho proposto, levando em consideração que o conteúdo apresentado pelas entrevistadas exprime um ponto de vista majoritariamente positivo em relação às realizações da Associação. Portanto, retomando o pensamento de Alberti, Meihy e Araujo³⁷⁵, afirmamos que o uso de depoimentos em geral, sempre carregados de sentimentos, subjetividades, contradições, mentiras e esquecimentos, não significa o caminho em uma busca da verdade sobre os fatos, mas uma interpretação deles.

Apesar das grandes realizações e conquistas da ATMS, especialmente no campo dos direitos para as pessoas LGBTQIA+, ainda existe muito a ser feito. O estado de Mato Grosso do Sul preserva fortemente a sua cultura conservadora e intolerante às sexualidades e identidades de gênero dissidentes, não possuindo nenhuma pessoa trans em seu parlamento. Durante o tempo que me dediquei à pesquisa, também pude notar uma escassez de trabalhos que tratam justamente sobre esta temática.

A memória, em suas diversas possibilidades e dimensões teóricas, também foi um assunto presente neste trabalho. Memórias coletivas, subterrâneas e em disputa corresponderam às discussões realizadas nos três capítulos desta dissertação, ampliando a investigação histórica sobre território, relações de poder e movimentos sociais.

³⁷⁵ ALBERTI, Verena. op. cit. p. 166.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. op. cit. p. 183.; ARAUJO, Maria Paula. op. cit. p. 176.

O arquivo da instituição, tão importante para a realização da pesquisa, foi analisado a partir de uma discussão sobre Acervos Privados. Semelhante às fontes orais, o *corpus* documental em questão também foi pensado através de uma noção de ponto de vista, pois, pelo fato de ser produzido por integrantes associadas, expressa desejos ou intenções em relação ao que se preservou ou descartou. Concluimos que além de ter possibilitado uma análise historiográfica sobre a trajetória da ATMS e da imprensa sul-mato-grossense, tal arquivo pode contribuir para acervos de memória da comunidade transgênera do Brasil.³⁷⁶

As discussões sobre os eventos Parada da Cidadania e Show da Diversidade de Campo Grande revelam que tais manifestações vêm promovendo momentos de empoderamento e visibilidade para a comunidade LGBTQIA+ de Mato Grosso do Sul. Além disso, a idealização e realização dos eventos, desde o primeiro, por parte da ATMS, expressam uma inovação no Brasil, visto que a maioria das Paradas do Orgulho foram iniciadas por homens gays e mulheres lésbicas cisgênero. Podemos notar que tais festividades políticas e culturais também transformaram a relação das organizadoras com a cidade. O trajeto da Caminhada da Diversidade e a Praça Ary Coelho, para as associadas, mobilizando o conceito de Jelin sobre *marcas territoriais*, foram transformados de um espaço físico qualquer para um lugar com significados.

Muita coisa mudou entre os anos que esta pesquisa contemplou (2021 -2023). Na ocasião de nossa última entrevista (2021), Cristiane transmitiu um certo desânimo com a militância, em virtude da falta de financiamento para projetos no contexto político brasileiro do governo de Jair Messias Bolsonaro (2018 - 2022) e da Pandemia do COVID-19. Com a recente posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2023), e a nomeação da ativista trans Symmy Larrat para a Secretaria dos Direitos LGBTQIA+, cargo inédito dentro do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a esperança das associadas parece ter se renovado.³⁷⁷ A organização criou recentemente uma conta no *Instagram*, para divulgação de eventos e vêm publicizando parte de seu acervo. Novas reuniões da ATMS, ainda com sede na casa de

³⁷⁶ Somente no ano de 2023 foi criado o primeiro arquivo histórico transgênero museal do Brasil, o Museu Transgênero de História e Arte (Mutha).

³⁷⁷ O Mato Grosso do Sul se destacou com a 2ª melhor nota do país em um mapeamento nacional de políticas públicas LGBTQIA+, realizado em fevereiro de 2023. Financiado pelo Fundo Positivo e em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, para Symmy Larrat, esta iniciativa se configurou como parte de "um processo de construção pública de uma política nacional". É inegável a contribuição da ATMS para este indicador, e a importância da mudança no contexto político do país para novas esperanças de transformação social, em especial, no contexto da vida de pessoas trans no Brasil. Fonte: MS tem a 2ª melhor nota do País em indicador de políticas públicas LGBTQIA+. **Governo de Mato Grosso do Sul [online]**. 17 mar. 2023. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/ms-tem-a-2a-melhor-nota-do-pais-em-indicador-de-politicas-publicas-lgbtqia/>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

Cristiane, estão sendo realizadas em 2023, inclusive com a nomeação de uma nova gestão para atuação em projetos que já começaram a realizar. Atualmente a travesti Mikaella Lima exerce o cargo de coordenadora da instituição, e Cristiane permanece na presidência.

Figura 18 – Primeira reunião da ATMS em 2023



Fonte: Instagram Attms, 2001.

Concluimos que políticas públicas, tais como ações, programas, medidas e iniciativas, bem como financiamentos para projetos, se configuram como fundamentais para a atuação de organizações travestis, em âmbito regional e nacional. A luta pelo fim dos “processos de precarização e vulnerabilização de pessoas trans” deve ser uma preocupação do Estado e de todes.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

AMARAL, Marília dos Santos; SILVA, Talita Caetano; CRUZ, Karla de Oliveira; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicologia & Sociedade [online]**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 301-311 2014.

ARAÚJO, Gabriela Costa. **Bajubá: memórias e diálogos das travestis**. 1. ed. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019.

ARAÚJO, Maria Paula. Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral. *In*: MAIA, Andréa Casa Nova; MORAES, Marieta de (Orgs.). **Outras Histórias. Ensaios em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2012.

BENEVIDES, Bruna (Org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag/ANTRA, 2022.

BENEVIDES, Bruna G. (Org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras**. Brasília: Distrito Drag/ANTRA, 2022.

BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular/ANTRA/IBTE, 2020.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. Um experimento de história oral sobre violências entre travestis e policiais na cidade de São Paulo a partir da década dos 1990. **Revista Ártemis**, João Pessoa, vol. XXV, n.1, jan-jun, pp. 240-259, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CAMARGOS, Moacir Lopes. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. *In*: GREEN, James N.; FERNANDES, Marisa; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio (Orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda Editora, 2018.

CARVALHO, M; CARRARA, S. Em direito a um futuro trans?: Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, ago. 2013.

CAVALCANTI, Céu. Patologizações, autodeterminações e fúrias – uma breve carta de amor. In: Marília dos Santos Amaral, Ematuir Teles de Sousa, Daniel Kerry dos Santos (orgs.) **Psicologia, travestilidades e transexualidades**. 1.ed. Florianópolis: Tribo Ilha.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

COSTA, Naldson Ramos da. Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, 2004.

DE AGUIAR CAMPOS, Gustavo; HUR, Domênico Uhng. Da invisibilidade à participação política: experiências e discursos sobre a luta de travestis e transexuais. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 244-261 2017.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Descolonizando sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos** [recurso eletrônico] / Estevão Rafael Fernandes. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HILTON, Erika. A revolução é transvestigênera. In: IGNÁCIO, T et al. **Tem saída? Perspectivas LGBTQ+ sobre o Brasil**. Porto Alegre [RS]: Zouk, 2020.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires/Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. Introducción. Las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente. **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**, v. 5, 2003.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v.16, nº 2, p. 104, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **O protesto na festa: política e carnavalização nas Paradas do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)**. 2010. Tese de Doutorado em Psicologia Social – UNB, Brasília, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

JORGE, Marco Antônio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2018.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das Letras, 2020.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LAITANO, Bruno Grigoletti; CARNEIRO, Anita. *YouTube* como fonte histórica: uma proposta de metodologia. In: BASSO, Alana et al. (Orgs.). **Comunicações do 3 Encontro Discente de História da UFRGS**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 111-153, 2005.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade – política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

MAIA, Andrea Casa Nova. História oral e movimentos sociais: A memória ferroviária em questão. In: ALMEIDA, Juniele Rebêlo de (Org.). **História oral e movimento social: Narrativas públicas**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MARIN, Jérri Roberto. Fronteiras e fronteiriços: os intercâmbios culturais e a nacionalização da fronteira no sul do estado de Mato Grosso. **Fronteiras**, v. 4, n. 7-9, 2000.

MARIUSSO, Vitor Hugo da Silva Gomes. “Prendam, matam e comam os travestis”: a imprensa brasileira e seu papel na exclusão da população lgbt (1978-1981). *Albuquerque – revista de história*, v. 7, n. 13, p. 44-61, jan./jun. 2015.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história – possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Memória, história oral e história. **Revista de História Oral**, v. 4, n. 8, p. 183. 2010.

MEIRELLES, William. Ler, ouvir e ver. A revolução documental na pesquisa histórica: uma abordagem das formas da construção da história. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, out. 2002.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963 – 1969). *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos [SP]: EdUFSCar, 2014.

MORO, Nataniél Dal. **Cidade de Campo Grande: cotidiano urbano (décadas 1960-70)**. *El Futuro del Pasado*, 7, 2016.

MORO, Nataniél Dal. **Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)**. 2007. Dissertação de Mestrado em História Social – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

MORO, Nataniél Dal. Uma cidade (in)civilizada: Elite, povo comum e viver urbano em Campo Grande (Décadas de 1960-70). **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 30, n. 1, p. 5. 2012.

MÜLLER, Ludmila Neves. **Memória Travesti: A trajetória política de Cristiane Stefanny Vidal Venceslau**. 2020. Monografia - Bacharelado em História. Orientadora: Maria Paula Nascimento Araujo. UFRJ/IFCS/Instituto de História, Rio de Janeiro, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.

OCANHA, Rafael. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

OLIVEIRA, Augusta da Silveira. Em busca da “Igualdade”: A luta pela cidadania da população trans em Porto Alegre (RS) na década de 1990. *In*: COLAÇO, Rita; VERAS, Elias; SCHMITD, Benito. (Orgs.). **Clio sai do armário: Historiografia LGBTQIA+**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, p. 168. 2018.

PENNA, Rejane Silva.; GRAEBIN, Cleusa Maria. Acervos privados: indivíduo, sociedade e história. **Sæculum – Revista de História**, n. 23, p. 124. 31 dez. 2010.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1989.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 14, nov. 2019.

SANT'ANA, Raquel. O som da Marcha: evangélicos e espaço público na Marcha para Jesus. **Religião & Sociedade**, v. 34, p. 212, 2014.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, p. 11, 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SILVA, Alessandro Soares; BARBOZA, Renato. Exclusão social e consciência política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 271, 2009.

SILVA, Jovanna Cardoso da. **Bajubá Odara: Resumo histórico do nascimento do movimento social de travestis e transexuais do Brasil**. 1. ed. Picos [PI]: Jovanna Cardoso da Silva, 2021.

SILVA, M. P.; TRUBILIANO, C. A. B. Código de Posturas e a modernidade em Campo Grande (1905 – 1930). **Albuquerque: journal of history**, v. 2, n. 4, 20 jun. 2017.

SIMPSON, Keila et al. Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, p. 9, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Elizeu Savério. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2009.

SOUZA, Mariana Jantsch. Fronteiras Simbólicas – espaço de hibridismo cultural, uma leitura de Dois irmãos, de Milton Hatoum. **Letrônica**, v. 7, n. 1, 2014.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

FONTES

FONTES PERIÓDICAS

Anúncio do Especial “Perigo! A Invasão dos Travestis”. (O Estado de S. Paulo, 25 mar. 1980, p. 35).

Diário da Tarde (1968, p.7).

Jornal Correio do Estado. Um triste “espetáculo” no centro da cidade. Campo Grande, p. 2, 19 nov. 1975.

MATTOSO, Glauco. “Não me expreme que eu sangro!”. *Lampião da Esquina*, n. 4, p. 5, set. 1978.

FONTES PERIÓDICAS ONLINE

Ambulatório transexualizador começa a funcionar dia 10 na Capital. **Midiamaxnews [online]**, 9 nov. 2016. Disponível em <<https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2016/ambulatorio-transexualizador-comeca-a-funcionar-dia-10-na-capital/>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

Associação reclama de pouco apoio à parada gay e causa polêmica em Campo Grande. **Midiamax [online]**. 13 set. 2013. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/geral/2013/associacao-reclama-de-pouco-apoio-a-parada-gay-ecausa-polemica-em-campo-grande/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Centro de combate à homofobia participa de parada gay. **Capital News [online]**. 19 nov. 2007. Disponível em: <<https://www.capitalnews.com.br/geral/centro-de-combate-a-homofobia-participa-de-parada-gay/36876>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Com meta de reunir 120 mil, Marcha para Jesus fará coro a Bolsonaro na Capital. **Campo Grande News [online]**. 6 out. 2022. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/com-meta-de-reunir-120-mil-marcha-para-jesus-fara-coro-a-bolsonaro-na-capital>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Conheça a FONATRANS. **Aliança Pró-Saúde da População Negra [online]**. 1 Fev. 2021. Disponível em: <<https://aliancaprospn.org/2021/02/01/conheca-a-fonatrans/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

“Cura gay”: o que de fato disse o juiz que causou uma onda de indignação. **EL PAÍS [online]**. São Paulo, 20 set. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Dados do relatório do projeto *Transrespect versus Transphobia Worldwide 2021* (TvT) da Transgender Europe (TGEU), ONG internacional que mapeia 72 países denunciando casos e índices de transfobia. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

Em dia de “Parada Gay”, frases religiosas amanhecem pintadas nas vias do Centro; população não gosta. **Capital News [online]**. 20 nov. 2009. Disponível em: <<https://www.capitalnews.com.br/conteudo.php?cid=82781>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Em enquete, 75% dos leitores são contra a inclusão da Parada LGBT no calendário oficial da Capital. **Top Mídia News [online]**. Campo Grande, 11 set. 2017. Disponível em: <<https://www.topmidianews.com.br/campo-grande/em-enquete-75-dos-leitores-nao-apoia-inclusao-da-parada-lgbt-no/76086/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Estudo aponta que Brasil teve ao menos 275 paradas LGBTQIAP+ em 2022. **QUEER IG**. Disponível em: <<https://queer.ig.com.br/2023-01-23/estudo-brasil-teve-ao-menos-275-paradas-lgbtqiap-2022.html>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

História. **ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais [online]**. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

História. **ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais [online]**. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

História. **ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais**. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

Inciso XVII – Liberdade de associação. **Politize**, 3 set. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/artigo-5/liberdade-de-associacao/>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

Janaína Dutra, primeira advogada travesti do Brasil, ganha homenagem do Google. **Uol [online]**. 30 nov. 2021. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/44535_janaina-dutra-primeira-advogada-travesti-do-brasil-ganha-homenagem-do-google.html>. Acesso em: 11 jul. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Notas sobre as travessias da população trans na história. **Cult [online]**. 12 jun. 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

Juíza proíbe menores de 16 anos em Parada Gay da Capital. **Campo Grande News [online]**. 19 nov. 2009. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/juiza-proibe-menores-de-16-anos-em-parada-gay-da-capital-11-19-2009>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Mineira se torna primeira mulher trans a ingressar na faculdade de medicina na UFBA. **Razões para acreditar [online]**. 21 mai. 2019. Disponível em: <<https://razoesparaacreditar.com/primeira-mulher-trans-medicina/#:~:text=Thaiz%20conquistou%20a%20vaga%20ap%C3%B3s,Thais%2C%20em%20entrevista%20ao%20portal>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MORANDO, Luiz. Texto apresentado no VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG, realizado entre 13 e 17 mai. 2019. Disponível em: <<https://api.ephisufmg.com.br/annals/capamescelado-compactado.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MS é o segundo estado do Brasil em número de assassinatos de indígenas em 2021, aponta Cimi. **G1 Mato Grosso do Sul [online]**. 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/08/17/ms-e-o-segundo-estado-do-brasil-em-numero-de-assassinatos-de-indigenas-em-2021-aponta-cimi.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MS tem a 2ª melhor nota do País em indicador de políticas públicas LGBTQIA+. Governo de Mato Grosso do Sul [online]. 17 mar. 2023. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/ms-tem-a-2a-melhor-nota-do-pais-em-indicador-de-politicas-publicas-lgbtqia/>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

Parada da cidadania LGBT acontece sábado em Campo Grande. **Agência Brasil [online]**. 25 out. 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-10/populacao-lgbt-de-campo-grande-pede-combate-homofobia-e-estado>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Parada da Diversidade reúne 2 mil pessoas em Campo Grande. **Correio do Estado [online]**. Campo Grande, 14 nov. 2015. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/cidades/parada-da-diversidade-reune-2-mil-pessoas-em-campo-grande/263031/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Parada gay busca vencer discriminação. **Perfil News [online]**. 16 jun. 2003. Disponível em: <<https://www.perfilnews.com.br/parada-gay-busca-vencer-discriminacao/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Passeata da Parada Gay atrai 12 mil pessoas em Campo Grande. **Perfil News [online]**. 16 jun. 2003. Disponível em: <<https://www.perfilnews.com.br/passeata-da-parada-gay-atrai-12-mil-pessoas-em-campo-grande/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Pesquisas anuais. **ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais [online]**. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/assassinatos/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

Polícia Militar de São Paulo tem 1º policial transexual em quase 200 anos de história. **G1 São Paulo [online]**. 18 abr. 2019. Disponível em: <<http://oextra.net/14784/pm-sp-tem-o-10-policial-transexual-em-200-anos#:~:text=Pela%20primeira%20vez%20nos%20seus,420%20km%20da%20capital%20paulista>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

População LGBT de Campo Grande pede combate à homofobia e Estado laico. **Agência Brasil [online]**. 25 out. 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-10/populacao-lgbt-de-campo-grande-pede-combate-homofobia-e-estado>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Primeira psicóloga trans registrada no CRP-16!. **Conselho Regional de Psicologia [online]**. 19 de set. 2018. Disponível em: <<http://crp16.org.br/primeira-psicologa-trans-registrada-no-crp-16/#:~:text=Nesta%20data%2C%20o%20Conselho%20entregou,%C3%A0%20psic%C3%B3loga%20por%20sua%20conquista.>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

Professores vão receber aulas de travestis nos dias 1 e 2. **Perfil News [online]**. 16 jun. 2003. Disponível em: <<https://www.perfilnews.com.br/professores-vaio-receber-aulas-de-travestis-dias-1-e-2/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQIAP+. National Geographic Brasil. 24 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SP faz sua 1ª Parada do Orgulho Gay. Memorial da Democracia. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/sp-faz-sua-1a-parada-do-orgulho-gay>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS. **Conselho Federal de Psicologia [online]**. 22 de mai. 2019. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde,Problemas%20de%20Sa%C3%BAde%20\(CID\)>](https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde,Problemas%20de%20Sa%C3%BAde%20(CID)>)>. Acesso em: 11 jul. 2022.

Uma reflexão sobre a história de Mato Grosso do Sul. **Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul [online]**, 3 out. 2021. Disponível em: <<https://ihgms.org.br/artigos/uma-reflexao-sobre-a-historia-de-mato-grosso-do-sul-43>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

Visibilidade Trans: Keila Simpson fala sobre como é ser mulher trans na terceira idade. **Agência de notícias da AIDS [online]**. 29 jan. 2020. Disponível em: <<https://agenciaaids.com.br/noticia/visibilidade-trans-keila-simpson-fala-sobre-como-e-ser-mulher-trans-na-terceira-idade/#:~:text=Visibilidade%20Trans%3A%20Keila%20Simpson%20fala,na%20terceira%20idade%20%E2%80%93%20Ag%C3%Aancia%20AIDS&text=%E2%80%9CQuando%20a%20pessoa%20passa%20dos,respeitar%20ou%20atender%20%C3%A0s%20especificidades.>>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

FONTES AUDIOVISUAIS

Big Brother Brasil. Rio de Janeiro: Emissora Globo, 20 jan. 2022. Programa de TV/Reality Show.

CHICO BUARQUE. Geni e o Zepelim. Rio de Janeiro: Philips. 1979. (5 min.).

DIARIODIGITALMS. Balanço Geral MS - Sábado acontece a XVII Parada da Cidadania LGBT em Campo Grande. *Youtube*, 27 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s3qvaAmNcAM>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

DIVINAS Divas. Direção: Leandra Leal. São Paulo: Vitrine Filmes, 2016. (110 min.).

DORES de Amor. Direção: Pierre-Alain Meier e Matthias Kälin. São Paulo: Jürg Müller Film, 1988. (58 min.).

Entrevista Olhar Brasileiro Retrato em Movimento: Brenda Lee (1993). *Youtube*, 19 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Sdzhg3ri6eg>>. Acesso em: 11 jul. 2022.
FÓRUM LGBT MS. Parada da Cidadania e do Orgulho LGBTQIA+ de Mato Grosso do Sul. *Youtube*, 20 set. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=04knTDaWW0g&t=2075s>>. Acesso em: 13 fev. 2023.
História LGBT de Campo Grande MS. Publicado no canal Cris Stefanny. *Youtube*. 28, nov. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vZM02MrmBJc>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

INDIANARA. Direção: Aude Chevalier-Beaumel e Marcelo Barbosa. 2020. (84 min.).

MADAME Satã. Direção: Karim Aïnouz. São Paulo: Columbia Pictures, 2002. (105 min.).

MEGG - A Margem que migra para o centro. Direção: Larissa Nepomuceno e Eduardo Sanches, 2019. (15 min.).

Megg Rayara: O lugar de travestis e transexuais na história e na sociedade. Publicado pelo canal Beija Flor Filmes. *Youtube*: 13 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yx9D3PeEtwv>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

PRADO, Francisco. XV parada da cidadania LGBT Campo Grande-MS, Novembro de 2016. *Youtube*, 9 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EO-Ulni2MLI>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

TEMPORADA de caça. Direção: Rita Moreira. São Paulo, 1988. (24 min.).

TRANS E TRAVESTI É A MESMA COISA? com Erika Hilton. Publicado pelo canal TRANSDIÁRIO. *Youtube*, 14 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0MeAlfHawfQ>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

FONTES ORAIS

ASSUMPTÃO, Cláudia. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 26 abr. 2021.

KADORY, Hellen. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 10 mai. 2021.

OLIVEIRA, Alessandra de. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 17 mar. 2022.

THAYLOR, Daniela Raylana. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 17 mar. 2022.

VASCONCELOS, Dayane. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 30 abr. 2021.

VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 26 fev. 2019.

VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 14 abr. 2020.

VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 5 abr. 2021.

ACERVO PRIVADO ATMS

Aquidauana News. Entidades promovem “Parada Gay” hoje em Campo Grande. Aquidauana, 4 jul. 2003.

Assembleia de fundação da ATMS, 13 jan. 2001.

Campograndenews. Travestis protestam por mais segurança na Costa e Silva. Campo Grande, 26 fev. 2004.

Correio do Estado. Adiado novamente o julgamento do assassino de gays. Campo Grande, 6 mar. 2001.

Correio do Estado. Crimes contra travestis geram reunião. Campo Grande, 29 nov. 2003.

Correio do Estado. Crítica dos excluídos encerram comemoração. Campo Grande, 7 set. 2001.

Correio do Estado. Orgulho gay faz ato público. Campo Grande, 30 jun. 2002.

Correio do Estado. Quem é íntegro não discrimina: Entrevista com Cristiane Stefanny – Presidente da Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 27 mar. 2006.

Correio do Estado. Travesti denuncia policial. Campo Grande, 10 jul. 2001.

Diário do Pantanal, 11 dezembro de 2002.

Folha do povo. Travestis sofrem violência nas ruas. Campo Grande, 24 jul. 2000.

Folha do povo. Travestis sofrem violência nas ruas. Campo Grande, 24 jul. 2000.

IBISS-CO. Associação de Travestis de MS recebe prêmio nacional de Direitos Humanos. Campo Grande, 11 dez. 2008.

Jornal Correio do Estado, 27 março de 2005.

Jornal Correio do Estado, 6 março de 2002.

Jornal Correio do Estado. Orgulho Gay faz ato público. Campo Grande, 30 jun. 2002.

Jornal Correio do Estado. Parada Gay atrai cerca de 10 mil pessoas em Campo Grande. Campo Grande, 16 set. 2006.

Jornal Correio do Estado. Parada Gay paralisa centro de Campo Grande. Campo Grande, 5 jul. 2003.

Jornal Correio do Estado. Parada Gay paralisa centro de Campo Grande. Campo Grande, 5 jul. 2003.

Jornal Folha do Povo. Arco íris coloriu Campo Grande. Campo Grande, 16 jul. 2005.

Jornal Folha do Povo. Arco íris coloriu Campo Grande. Campo Grande, 16 jul. 2005.

Jornal Primeira Hora Especial, 1 dezembro de 2000.

Jornal Primeira Hora Polícia, 20 agosto de 2000.

Jornal Primeira Hora Polícia, 4 julho de 2000.

Midiamaxnews. “Profissionais do sexo” denunciam agressões de policiais em CG. Campo Grande, 10 dez. 2002.

MSNotícias. Associação de travestis capacita jovens de 16 a 24 anos. Campo Grande, 23 dez. 2005.

Primeira Hora Polícia. “Bofe” surra traveção. Campo Grande, 4 jul. 2000.

Primeira Hora Polícia. A jiripoca piou no zoológico da Costa e Silva, trecho da bicharada. Campo Grande, 20 ago. 2000.

Primeira Hora Polícia. Travestis Bagunceiros. Campo Grande, 31 dez. 2000.

Primeira Hora. Travestis reagem contra discriminação em salão de beleza. Campo Grande, 10 mar. 2005.

ANEXO A – Cristiane Stefanny discursando no XI ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids), que aconteceu em Campo Grande (MS), em 2004



ANEXO B – Logo da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul



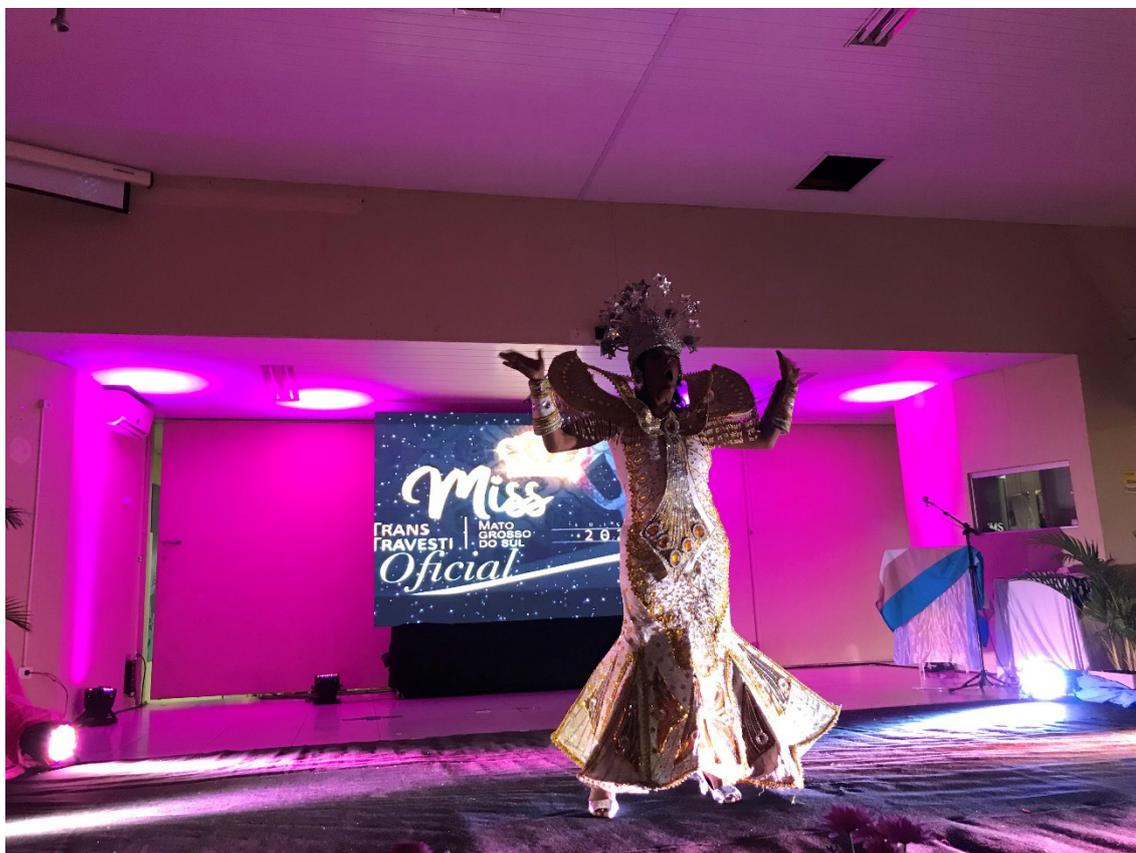
ANEXO C – ATMS (representada por Cristiane Stefanny) recebendo das mãos do Presidente Lula o Prêmio Direitos Humanos (2008)



ANEXO D – Cristiane Stefanny nomeada presidente da Associação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA), ao lado de Keila Simpson, atual presidente (2012)



ANEXO E – Hellen Kadory se apresentando no Concurso *Miss Trans Travest* (2022)



ANEXO F – Daniela Raylana Thaylor e Cristiane Stefanny

